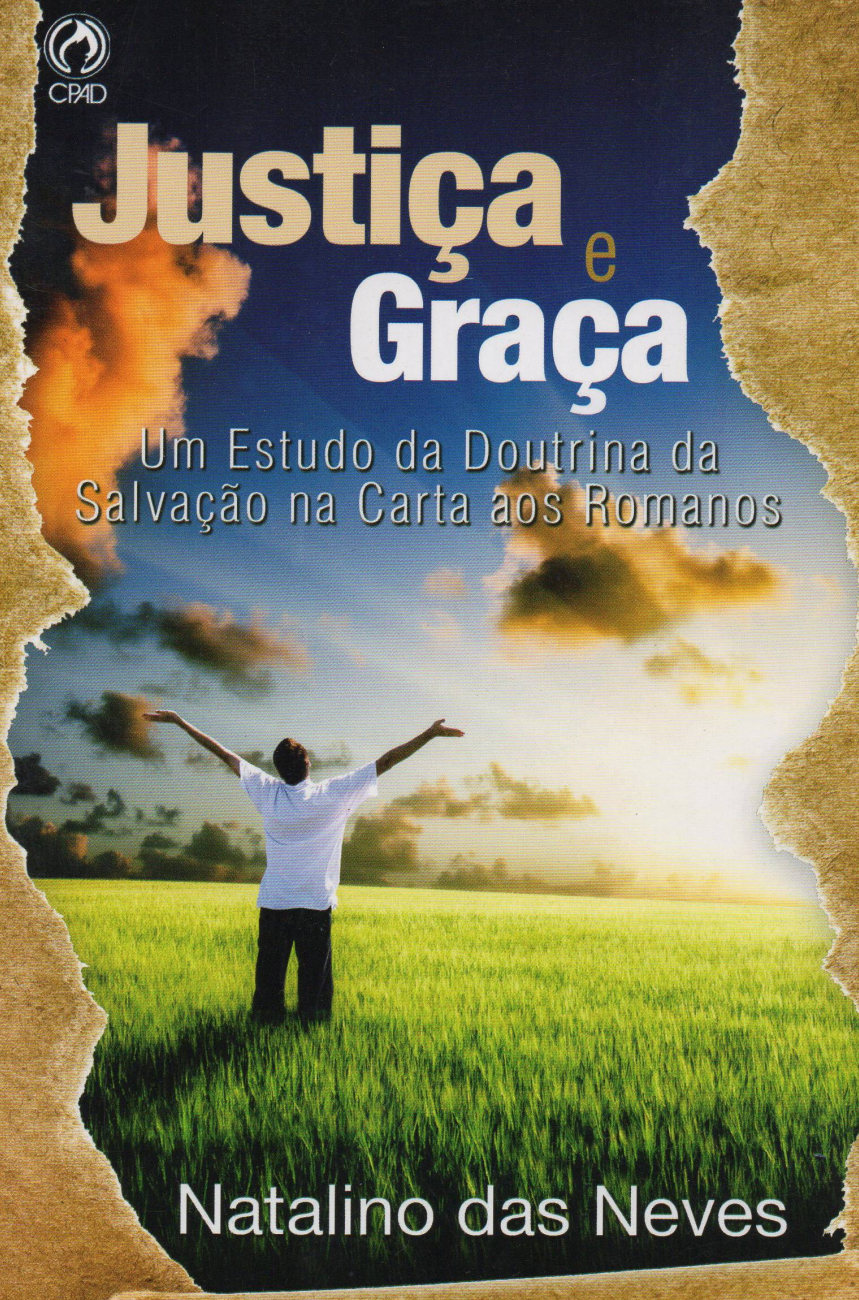
CPAD

Justiça e Graça

Um Estudo da Doutrina da Salvação na Carta aos Romanos



Natalino das Neves

Justiça e Graça

Um Estudo da Doutrina da Salvação na Carta aos Romanos

Natalino das Neves

1ª Edição

CPAD

Rio de Janeiro
2015

Todos os direitos reservados. Copyright © 2015 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

Preparação dos originais: Miquéias Nascimento
Capa:Wagner de Almeida
Editoração e e projeto gráfico: Elisangela Santos

CDD: 220 - Comentário Bíblico
ISBN: 978-85-263-1308-8

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, edição de 1995, da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Para maiores informações sobre livros, revistas, periódicos e os últimos lançamentos da CPAD, visite nosso site: http://www.cpad.com.br.

SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-021-7373

Casa Publicadora das Assembleias de Deus
Av. Brasil, 34.401 - Bangu - Rio de Janeiro - RJ
CEP 21.852-002

1ª edição: Novembro/2015 - Tiragem: 3.000

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, o princípio de tudo, soberano e regente de todas as coisas. Depois dEle, minha família: minha esposa Claudneia Gomes das Neves, meu filho Natalino das Neves Junior e minha filha Nataly Gomes das Neves, um precioso tesouro que Deus tem me dado e também razão para enfrentar vários desafios de cabeça erguida, pois são eles que me dão o apoio em todas as circunstâncias.

Um especial agradecimento aos meus pais: meu pai, Bevenute das Neves (*in memorian*), que me ensinou o respeito e a consideração aos demais seres humanos, e à minha mãe, Maria Francisca Dantas das Neves (*in memorian*), que, mesmo não sendo alfabetizada, sempre me incentivou para estudar e buscar novos conhecimentos. Sou grato ao meu pastor presidente, pastor Ival Teodoro da Silva, pelo apoio e confiança que tem depositado em meu ministério, desde quando começamos a trabalhar juntos. Uma pessoa amiga, compreensiva e flexível. Também à sua esposa, professora Aparecida Alves da Silva, companheira constante do pastor Ival e uma verdadeira mãe para os obreiros e membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em São José dos Pinhais – IEADSJP. Agradeço também ao diretor-executivo da CPAD, Ronaldo Rodrigues de Souza; ao gerente de publicações, pastor Alexandre Coelho, pela confiança e publicação deste livro. Ao meu amigo, pastor César Moises de Carvalho, chefe do Setor de Educação Cristã, que aceitou fazer o prefácio desta obra.

Enfim, a você que investiu neste livro, acreditando que o Senhor irá falar contigo por meio dele.

Apresentação

Sinto-me honrado por ter sido convidado a fazer a apresentação do autor desse livro, cujo tema é a Carta de Paulo aos Romanos. Saliento que essa carta é a maior obra de Paulo, bem como a primeira das 12 epistolas do Novo Testamento.

O pastor Natalino da Neves é membro da Assembleia de Deus desde 1981 e serve ao Senhor aqui em São Jose dos Pinhais Estado do Paraná (IEADSJP), onde sou pastor presidente, pela bondade de Deus.

Ele é membro da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do Estado do Paraná - CIEADEP. Casado com a irmã Claudneia Gomes das Neves e pai de um lindo e jovem casal de filhos, Natalino das Neves Junior e Nataly Gomes das Neves. Atualmente, é o Coordenador Geral de Discipulado e Reunião Devocional nos Lares (RDL) do campo da IEADSJP. Foi Coordenador Geral de EBD da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Curitiba - IEADC (2005-2010); Superintendente da EBD da IEADC-Sede (2005-2012); membro do Conselho Deliberativo da IEADC (2005/2006); membro do Conselho Deliberativo do Instituto Betânia de Assistência Social IBAS (2005/2006), membro do Conselho Deliberativo da Associação Educacional da IEADC.

O pastor Natalino é um exemplo de dedicação no estudo, tanto na área teológica como secular. Ele é doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR; mestre em Teologia pela PUCPR (2010); bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista do Paraná FTBP (2005); mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR (2011); especialização em Planejamento, Operação e Comercialização na Indústria de Energia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2004); especialização em Contabilidade Gerencial pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO (2002); e licenciatura Plena em Contabilidade e Estatística pela Universidade Paranaense UNIPAR (1990). Como escritor, já tem 5 livros publicados.

O Pastor Natalino também é empregado da Companhia Paranaense de Energia (Copel), desde maio de 1989. Professor de ensino superior; dentre as disciplinas que já lecionou estão: Livros Poéticos, Profetas, História do Cristianismo, História das Religiões, Sociologia nas Organizações, Filosofia e Gestão de Cultura e Clima Organizacional. Foi membro do Conselho de Administração da Copel nas gestões: 2002-2003, 2006-2007 e 2013-2015; foi gerente em várias áreas da Copel; membro do Comitê de Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação da Copel (2008 - 2011); e membro do Conselho Deliberativo da Fundação Copel (2000/2004).

Como visto, o pastor Natalino tem muito a contribuir para a IEAD por meio de sua experiência secular e ministerial. Todavia, o mais importante de tudo isso é a humildade e dedicação desse homem de Deus, em relação às coisas do Mestre da Galileia.

Pastor Ival Teodoro da Silva

Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em São José dos Pinhais – IEADSJP.

Presidente da Convenção das Igrejas Evangélica Assembleia de Deus do Estado do Paraná – CIEADEP.

Presidente da União dos Ministros das Assembleias de Deus dos Estados da Região Sul – UMADERSUL.

1º Vice-Presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB.

Prefácio

No ensejo da renovação curricular ocorrida no final de 2014, com vigência para 2015, indicamos o nome de Natalino das Neves para fazer um teste e assim compor o quadro de comentaristas. O seu teste foi aprovado com louvor e eis aqui esse livro, corolário do material da revista *Lições Bíblicas Jovens*, comentada que foi por Natalino, para ser utilizada no primeiro trimestre de 2016. Meu amigo abre essa nova empreitada e deu-me o privilégio de prefaciar a sua obra.

Torna-se desnecessário dizer que a epístola por ele comentada é por consenso unânime entre os teólogos e biblistas, considerada uma das mais profundas e teológicas do apóstolo Paulo. Os inúmeros comentários acerca da epístola escritos por expositores do quilate de Barth, Lloyde-Jones, Stott e o próprio Lutero, dão o tom de sua importância para o Cristianismo. Inclusive é muito conhecida a história de John Wesley acerca de sua experiência de conversão, transcorrida durante a leitura da obra, acerca de Romanos, do deflagrador da Reforma.

Pela CPAD há uma obra clássica de Romanos que foi escrita há décadas, de autoria do pastor Elienai Cabral. Portanto, meu amigo assumiu uma tarefa bastante desafiadora – acrescentar algo ainda não discutido em um tema amplamente abordado. Tendo em vista o fato de o material dirigir-se especificamente ao público jovem, ele cumpriu com maestria o desafio que lhe foi proposto. Portanto, trata-se de uma obra introdutória dirigida a um público ainda em formação e ávido na busca de saberes em conexão com a Bíblia. De tudo o que o leitor encontrará aqui, destaco a "discussão central" da epístola – segundo a maioria dos estudiosos e do autor da obra em questão –, que é a *justificação* ou, como posteriormente foi denominada pelos teólogos, a "doutrina da justificação".[1] Essa doutri-

[1] Alister McGrath, afirma que o "vocabulário paulino relativo a justificação baseia-se no AT e parece expressar a noção de 'probidade' ou 'retidão' em vez de 'justiça'. O AT prefere o verbo ao substantivo, presumivelmente para assim indicar que a justificação resulta de um ato de Deus pelo qual o indivíduo é colocado em um relacionamento correto com Deus – isto é, Deus o justifica ou declara que ele

na, discutida na parte dois da obra, procura responder – fundamentada na epístola paulina aos Romanos (especialmente no texto de 1.17) – a indagação: "O que precisa fazer o homem para ser salvo?" Ao deparar-se com a argumentação paulina, conclui-se, sem muito esforço, que qualquer tentativa de conseguir tal posição com méritos próprios, constitui-se em flagrante erro e, de certa maneira, um atentado à graça (Ef 2.8,9; Gl 3.1-29), isto é, ao favor imerecido de Deus. Apesar de tal insurreição parecer algo restrito ao mundo medieval e pré-luterano, não poucas vezes observa-se no panorama evangélico, imposições aos que servem a Deus, e que foram justificados por Cristo, como condição para que sejam tornados justos diante de Deus e finalmente salvos. Essa questão é fundamentalmente importante para o público cristão de forma geral, pois trata-se do ensinamento central da fé cristã.

Para o público jovem, especificamente, um dos temas importantes da obra é a discussão acerca de "mundo". Ao falar sobre o "cristão e a renovação da mente", Natalino adverte que tal "recomendação não é para o crente se excluir do mundo, rejeitar os amigos, se isolar dos relacionamentos, mas mudar a conduta, demonstrando o impacto do evangelho em sua vida". Certo maniqueísmo ascético que grassa em nosso meio como condição para que o jovem seja salvo tem trazido, ao longo de décadas, infindáveis problemas para os que ingressam nas universidades e para os que já enfrentam questões relacionadas à ética no Ensino Médio. Isso porque a medida adotada geralmente é uma de dois extremos: isolacionismo ou envolvimento inconsequente.

Resta apenas recomendar a todos que façam uso da melhor forma possível do material das páginas seguintes, instruindo-se para enfrentar um mundo de transformações e mudanças, mas também de inúmeras possibilidades para aqueles que têm uma palavra de esperança. É o que ensina Natalino das Neves nessa obra que certamente alcançará lugar perene no campo dos estudos bíblicos.

César Moisés Carvalho
Rio, 4 de novembro de 2015

---

tem razão". Assim, o "verbo designa a ação divina poderosa, cósmica e universal para efetuar uma mudança na situação entre a humanidade pecaminosa e Deus, pela qual Deus absolve e justifica os fiéis, colocando-os em uma relação correta e fiel com ele" (MCGRATH, A. *Justificação* In HAWTHORNE, Gerald F.; MARTIN, Ralph P.; REID, Danoel G. **Dicionário de Paulo e suas cartas.** 1.ed. São Paulo: Paulus, Vida Nova e Loyola, 2008, p.769).

Sumário

Introdução 10

Capítulo 1 - Conhecendo a Carta aos Romanos (Rm 1.1–17)

1. Questões Introdutórias da Carta aos Romanos 14
2. Os Destinatários e o Propósito da Carta 17
3. A Gratidão de Paulo e a Justiça de Deus (Rm 1.8-17) 21

Capítulo 2 - A Doutrina da Justificação pela Fé (Rm 1.18–3.21)

1. A Necessidade dos Gentios (Rm 1.18-32) 24
2. A Necessidade Espiritual dos Judeus (Rm 2.1-3.8) 32
3. A Necessidade Universal de Salvação (Rm 3.9-20) 39
4. A Justificação pela Fé (Rm 3.21-31) 46

Capítulo 3 - Abraão, o Exemplo Didático da Justificação pela Fé (Rm 4)

1. A Justificação de Abraão não Foi por Méritos, mas sim um Presente (Rm 4.1-8) 55
2. O Exemplo de Abraão Demonstra que a Justificação É para todas as Pessoas (Rm 4.17-25) 66

Capítulo 4 - As Bênçãos da Justificação e a Tipologia Adâmica (Rm 5)

1. Bênçãos da Justificação (Rm 5.1-11) 70
2. Adão e o Pecado (Rm 5.12-21) 77
3. Cristo, o Segundo Adão, e a Graça (Rm 5.15-21) 83

CAPÍTULO 5 - O PROCESSO DA SANTIFICAÇÃO (RM 6–8)

1. Mortos para o Pecado (Rm 6.1-14) 88
2. Mortos para a Lei (Rm 7) 92
3. A Vida no Espírito (Rm 8) 100

CAPÍTULO 6 - O PLANO DE DEUS PARA ISRAEL E AS NAÇÕES (RM 9–11)

1. A Justiça de Deus com Israel e os Gentios (Rm 9) 109
2. A Finalidade da Lei É a Justificação em Cristo (Rm 10) 115
3. Deus não Rejeitou Israel (Rm 11) 121

CAPÍTULO 7 - O MODO CRISTÃO DE VIVER E AS SAUDAÇÕES FINAIS DE PAULO (RM 12–16)

1. O Cristão e a Consagração (Rm 12.1,2) 129
2. A Comunidade Cristã (Rm 12.3-21) 133
3. O Cristão e o Estado (Rm 13.1-7) 138
4. A Lei do Amor (Rm 13.8-10) 142
5. Exortações, Orientações e Saudações Finais (Rm 14-16) 147

CONSIDERAÇÕES FINAIS 157

REFERÊNCIAS 158

INTRODUÇÃO

Paulo foi o primeiro e o maior teólogo de todos os tempos. Ele, mais do que ninguém, contribuiu para que o cristianismo se tornasse internacionalmente conhecido e intelectualmente coerente. Seus escritos moldaram o cristianismo mais do que qualquer outro; desde a primeira vez em que foram recebidos, obtiveram o reconhecimento da igreja como uma norma oficial de fé e vida. Para Kümmel (2003, p. 178), o pensamento teológico de Paulo ocupa o centro do Novo Testamento sob o ponto de vista cronológico e determina a evolução do pensamento cristão primitivo. A Carta aos Romanos é um dos escritos com maior profundidade teológica e, ao mesmo tempo, com o cuidado pastoral do apóstolo Paulo. Nesta carta, vamos perceber a paixão do apóstolo pela pregação do evangelho, ele que sempre estava em busca de oferecer o melhor para o Reino de Deus. O apóstolo escreve, excepcionalmente, para uma igreja que ele não havia fundado, movido pela paixão que tinha pela evangelização e o desejo de conhecer pessoalmente os membros da comunidade. Na época da escrita, não tinha nenhum dos principais líderes da igreja para orientar os crentes romanos. Por isso, o apóstolo dedica uma carta com profundidade doutrinária, a fim de orientar e defender a mensagem do evangelho. A igreja de Antioquia serviu como base para o empreendimento missionário do apóstolo em suas três viagens missionárias, mas a igreja em Roma era estratégica para alcançar a extremidade ocidental do Império Romano (Rm 15.23, 24). Antes, porém, Paulo precisava auxiliar a comunidade, formada, em sua maioria, por gentios e uma minoria de judeus em conflitos com relação aos requisitos necessários para a justificação diante de Deus. Nesta epístola, o apóstolo faz um espetacular tratado para demonstrar que a justificação se dá por meio da fé, e não pelas obras.

A motivação para a elaboração do tratado sobre a Doutrina da Justificação pela Fé (DJF) fica evidente quando se percebe a intriga entre os judeus convertidos ao judaísmo, que mantinham a mentalidade farisaica de impor as práticas do judaísmo para todos, e os cristãos gen-

tios. Aproximadamente uns três anos antes da escrita da carta, Paulo havia fundado a comunidade cristã na Galácia, e os cristãos judaizantes aproveitaram sua ausência para deturpar os ensinamentos paulinos, defendendo a volta às práticas judaicas para os cristãos, fossem eles judeus ou gentios. Não obstante a isto, também fizeram vários ataques sobre a pessoa e apostolado de Paulo. Como resposta, o apóstolo escreve a carta aos Gálatas, rebatendo o ensinamento dos judaizantes e afirmando que o evangelho era suficiente, e que não era necessário se enquadrar nas práticas do judaísmo para ser justificado (Gl 2.1-10; 3.23-29; 5.2-10). Todavia, na Carta aos Romanos, o apóstolo aprofunda ainda mais da doutrina da justificação pela fé.

O conceito que o apostolo tinha de Deus influenciou o pensamento que ele expressa na carta. Ela oferece um exemplo sequencialmente ordenado dos principais temas da teologia Paulina. Dentre os principais estão: a) a justiça de Deus, que é o tema da carta (Rm 1.17; 3.3, 4, 25); b) a bondade de Deus (Rm 2.4; 5.8; 8.31-39; 9.15; 10.21; 11.22, 32; 15.3, 5); c) a soberania de Deus (Rm 9-11); d) a graça de Deus (Rm 3.24-25; 6.1, 14, 20ss); e) a Lei de Deus (Rm 7.22; 8.1-17). Ao longo da carta, o apóstolo faz uso do método dialético, próprio dos mestres judeus (rabinos), caminhando entre afirmações e negações para apresentar seu pensamento. Na parte final (Rm 12-16), ele faz algumas exortações e orientações em forma de conselhos sobre o comportamento adequado aos cristãos dentro de sua comunidade, bem como na sociedade de forma geral. Destarte, a carta funciona como uma chave de leitura para entendimento de toda a Bíblia.

Na carta, o termo lei, do grego *nomos*, ocorre mais de 70 vezes; porém, nem todas as vezes que esse termo aparece tem o mesmo significado. O significado predominante é a Lei de Deus, mas em determinadas citações tem um significado específico. Por exemplo, em Rm 3.21, o termo se refere ao Pentateuco (os cinco primeiros livros da Bíblia), também conhecido como Torá. O mesmo termo, em Rm 3.19, aparenta ter uma abrangência maior, ou seja, todo o AT, o que pode ser percebido pelas citações no contexto. Rm 3.27 cita a lei da fé como contraste da lei do pecado (Rm 7.23-25). Esta lei da fé se refere à fé salvífica, que justifica o ser humano e coloca uma nova natureza na pessoa (7.12; 16.22), a vida no Espírito que conduz a pessoa na busca da vontade de Deus. Por fim, a Lei de Cristo, que, segundo Bruce (2004, p. 50), é

o amor que induz o cristão à prática do bem ao seu semelhante (Rm 13.8-10). A Carta aos Romanos é singular por ter sido um importante veículo de reavaliação teológica em toda a história das ideias cristãs e do protestantismo. Basta lembrar a importância que teve no processo de transformação da vida dos mais variados líderes durante a história de igreja. A seguir, serão destacados, de forma resumida, alguns deles:

> Em 386: Agostinho - "Não li mais nada, e não precisei de coisa alguma. Instantaneamente, ao terminar a sentença [Rm 13.13-14], uma clara luz inundou meu coração e todas as trevas da dúvida se desvaneceram" (Confissões VIII. 29).
>
> Em 1515: Martinho Lutero - "Ansiava muito por compreender a Carta de Paulo aos Romanos, e nada me impedia o caminho, senão a expressão: 'a justiça de Deus', por que a entendia como se referindo àquela justiça pela qual Deus é justo e age com justiça quando pune os injustos [...]. Noite e dia refleti até que [...] captei a verdade de que a justiça de Deus é aquela justiça pela qual, mediante a graça e a pura misericórdia, Ele nos justifica pela fé. Daí por diante, senti-me renascer e atravessar os portais abertos do paraíso." (Luther's Work, edição de Weimar, vol. 54).
>
> Em 1521: Philip Melanchthon - o companheiro de Lutero em defesa da Reforma Protestante afirmou em sua famosa obra "Loci Communes" que a Carta aos Romanos "fornecia o sumário da doutrina cristã". Evidência disso é a semelhança da carta com a dogmática luterana primitiva.
>
> Em 1534: William Tyndale - "Visto que esta carta é a principal e a mais excelente parte do Novo Testamento, e o mais puro *Euangelion*, quer dizer, boas novas, e aquilo que chamamos de evangelho, como também luz e caminho, que penetra o conjunto da Escritura, creio que convém que todo cristão não somente a conheça de cor, mas também se exercite nela sempre e sem cessar, como se fosse o pão cotidiano da alma. Na verdade, ninguém pode lê-la demasiadas vezes nem estudá-la suficientemente bem. Sim, pois, quanto mais é estudada, mais fácil fica; quanto mais é

meditada, mais agradável se torna, e quanto mais profundamente é pesquisada, mais coisas preciosas se encontram nela, tão grande é o tesouro de bens espirituais que nela jaz oculto".

Em 1539: João Calvino – o primeiro livro da Bíblia comentado por Calvino, considerado como o exegeta por excelência da Reforma, foi a Carta de Paulo aos Romanos, considerava-a como parte central e principal da escritura. Justifica a sua escolha por entender que se o ser humano conseguir uma genuína compreensão desta carta será aberta a porta de acesso aos mais profundos tesouros da Escritura (CALVINO, 2001, P. 9-23).

Em 1738: John Wesley – ao ler o prefácio do comentário que Lutero fez de Romanos, afirmou: "Senti meu coração aquecer-se estranhamente. Senti que confiava em Cristo, somente em Cristo, para minha salvação. Foi-me dada a certeza de que Ele tinha levado embora os meus pecados, sim, os meus. E me salvou da lei do pecado e da morte" (Works [1872], vol. 1).

Em 1918: Karl Barth – "O leitor perceberá por si mesmo que foi escrito com um jubiloso sentimento de descoberta. A poderosa voz de Paulo era nova para mim. E se o era para mim, certamente o seria para muitos outros também. Entretanto, agora que terminei minha obra, vejo que resta muita coisa que ainda não ouvi".

Muitos outros personagens importantes da história da igreja poderiam ser citados; porém, se considerarmos estes que foram listados, já é possível perceber o impacto da Carta aos Romanos na história da igreja. Dessa forma, o leitor poderá antecipar o que está por vir ao iniciar o estudo desta maravilhosa carta, escrita pelo apóstolo Paulo há aproximadamente dois milênios e que continua atual para nossos dias. Os comentários seguirão, prioritariamente, uma abordagem bíblica pastoral. Portanto, este livro não se propõe a ser um comentário com aprofundamento exegético teológico, o que poderá ser feito em uma nova edição.

Capítulo 1

Conhecendo a Carta aos Romanos (Rm 1.1-17)

1. Questões Introdutórias da Carta aos Romanos

Antes de iniciarmos o estudo detalhado de cada capítulo, faremos uma abordagem panorâmica da carta para uma visão geral da mesma. A visão panorâmica irá auxiliar o aprofundamento dos textos e também no estabelecimento de um direcionador durante o estudo da carta.

Algumas questões introdutórias, como autoria, data e local de escrita, propósito e o contexto histórico e socioeconômico são importantes, pois auxiliam na compreensão e interpretação de qùalquer livro, em especial, os textos bíblicos.

A. A Autoria, Data e Local da Escrita

A autoria paulina da Carta aos Romanos não é colocada em dúvida, com exceção dos dois últimos capítulos, que a crítica literária questiona a transmissão manuscrita a seu respeito. Durante os três meses que o apóstolo esteve em Corinto, hospedado na casa de Gaio (Rm 16.23, 1 Co 1,14-15), em sua terceira viagem missionária (At 20.2). Portanto, a Carta aos Romanos foi escrita aproximadamente no final do ano de 56 e início de 57 d. C. Entretanto, desta vez, o apóstolo não escreveu com suas próprias mãos, mas ditou a carta para o copista Tércio, provavelmente conhecido dos irmãos da igreja de Roma, pois ele aproveita para enviar-lhes saudações (Rm 16.22). Já havia se passado aproximadamente vinte anos da conversão de Paulo. Tempo suficiente para o amadurecimento de sua fé por meio da experiência ministerial, bem como para um embasamento teológico solidificado, principalmente, para combater os judaizantes que tanto o incomodaram durante seu ministério. Paulo, movido pelo ardor missionário de alcançar a Espanha (Rm 15.24), após levantar ofertas para as igrejas gentílicas a fim de ajudar a comunidade de Jerusalém, anuncia que fará escala na igreja de Roma, com a certeza de que seria

abençoado e abençoaria a igreja romana com a mensagem do evangelho (Rm 15.25-29). Parece que Paulo tinha poucos conhecidos na igreja em Roma, apesar de citar nominalmente quase trinta pessoas da comunidade, principalmente por não ser o fundador daquela comunidade. Isto favorecia a abordagem ainda mais firme sobre as questões doutrinárias que o incomodava na igreja em Roma. O mais antigo manuscrito das cartas paulinas é derivado do Egito e datado do segundo século. A Carta aos Romanos vem em primeiro lugar. Ela se destaca entre aquelas atribuídas ao apostolo Paulo, não somente por ser a maior em conteúdo, mas também pela profundidade de caráter doutrinário e teológico, sendo considerada o "evangelho segundo Paulo".

B. A Cidade de Roma

Para Roma, afluíam pessoas de toda espécie e de todas as partes do império romano, por meio de um moderno sistema de estradas. Pesquisas arqueológicas demonstram que era habitada desde a Era do Bronze, cerca de 1500 a. C.; neste período, foi submetida a invasões de vários povos como os gregos, etruscos e outros. Portanto, na cidade de Roma, devido a essa miscigenação, havia as mais diversas religiões e filosofias da época. A cidade era caracterizada por seus grandes empreendimentos e por suas desigualdades sociais. Para aqueles que não eram cidadãos romanos, conquistavam o senso de comunidade por meio de associações como: clubes (profissionais, comerciantes, idosos, jovens, entre outros), grêmios, corporações, confrarias, ginásios para treinar o corpo e a mente, associações religiosas e serviço religioso público.

A cultura helenística predominou desde o surgimento do grande líder Alexandre Magno, no final do século IV (333 - 323 a.C.). Em todo o lado oriente do Império, bem como grandes regiões do Ocidente, a língua oficial era o grego. Segundo Lohse (2004, p. 198-9), a língua grega adentrou no país por meio de colônias gregas da região sul, mas veio a se solidificar na região central do país somente após a conquista da Grécia pelos romanos e a transferência de muitos escravos que falavam a língua grega para Roma. Os romanos incorporaram não somente a língua, mas também tomaram como sua própria forma de vida helênica, como a cultura, as ciências, a arquitetura e a literatura. Um destaque era o entretenimento do povo romano, que também

era uma ferramenta de controle do povo. Ocorriam as competições esportivas, organizadas pelas cidades gregas desde os tempos antigos, além de muitas atrações nos teatros, principalmente, no anfiteatro do Coliseu, que fora construído pelo imperador Augustus (79 - 81). Neste local, ocorriam lutas de gladiadores, brigas entre animais ferozes e seres humanos, verdadeiros espetáculos sangrentos que arrancavam gritos e levavam seu público ao delírio.

A área religiosa era famosa pelo seu politeísmo e superstições. Dentre as formas de representação religiosa, podem ser citadas: a) o culto ao Imperador; b) os movimentos filosóficos; c) Religiões de Mistério; e d) variados movimentos religiosos e cultos orientais, como Cibele, Átis, Osíris e a influência do pensamento apocalíptico. Os deuses do panteão grego foram adotados pelos romanos; no entanto, seus nomes originais foram trocados. Entre os principais deuses romanos, estão: Júpiter, Juno, Apolo, Marte, Diana, Vênus, Ceres e Baco.

Quando o apóstolo Paulo chegou a Roma, cerca de 60 d. C., encontrou uma população diversificada e cosmopolita. Os monumentos públicos lembravam aos visitantes o poder, as tradições e a amplitude do Império Romano. No tempo do apóstolo em Roma, havia cerca de um milhão de habitantes. A mensagem cristã paulina da carta praticamente se constitui no que podemos chamar de evangelho contra imperial, um contraposto com os costumes romanos citados anteriormente. Todavia, ao estudarmos Rm 13.1-7, iremos verificar que o apóstolo orientava a comunidade a viver em santidade, devendo, no entanto, manter um bom relacionamento com o Estado, ou seja, as autoridades do Império Romano.

C. A Comunidade Judaica em Roma

Dentro da comunidade judaica, a sua maioria era contrária ao império, como os fariseus e zelotes; no entanto, havia também simpatizantes como os herodianos e os saduceus. Alguns deles conquistaram certa autonomia, pois em 61 a. C., alguns judeus trazidos para Roma por Pompeu, depois de ter conquistado a Judeia, foram resgatados por compatriotas ricos que já moravam em Roma. Júlio Cesar, por meio de decreto, deu liberdade para os judeus enviarem contribuições para o Templo de Jerusalém.

Judeus de todas as classes sociais viviam em Roma ou a visitava. Arqueólogos descobriram nas ruínas romanas várias inscrições com

nomes das mais variadas origens e também nomes judaicos; inclusive as inscrições nas catacumbas judaicas indicam que a metade dos judeus tinha nomes latinos, provavelmente obtidos por emancipação da escravidão.

A comunidade judaica era bem representada na capital do império, a ponto de, no primeiro século, constituir o maior centro judaico do mundo antigo, tendo, pelo menos, 13 sinagogas na cidade. Mesmo não sendo escravos, pertenciam, de modo geral, às classes dos pobres, mas possuíam certas regalias como a liberdade de culto, guarda do sábado, dispensa do serviço militar e jurisdição sobre seus próprios membros. Os judeus contavam com a simpatia da população. Isto refletia na prática judaica de fazer prosélitos, a ponto de terem como convertidos ao judaísmo pessoas como Fúlvia, esposa de senador; Pompéia, esposa de Nero; e Flávio Clemente, primo de Domiciano, entre outros. Entre os prosélitos no dia de pentecostes, provavelmente estavam vários romanos. Contudo, nem sempre gozavam deste privilégio, pois, em determinadas ocasiões, a tranquilidade foi interrompida devido a não aceitação, por parte dos judeus, de práticas que eram contrárias aos princípios, crença e práticas religiosas, como as citadas anteriormente.

2. Os Destinatários e o Propósito da Carta

A. Endereço e Saudação (Rm 1.1-7)

A carta de Paulo tinha um endereço certo, a comunidade cristã em Roma. Ele inicia com uma apresentação semelhante às demais epístolas que escreveu; entretanto, por não conhecer a comunidade cristã em Roma, ele acentua suas credenciais de servo, apóstolo e escolhido de Deus (Rm 1.1-7), se igualando aos profetas do AT (Am 3.7; Jr 25.4; Jr 1.5). Em sua saudação, ele argumenta que o evangelho que conhecera já havia sido predito pelos profetas. Na sequência, aborda a ação da trindade, enfatizando a encarnação de Cristo, demonstrando sua humanidade, bem como sua divindade sob a ação do Espírito Santo. Com o objetivo de obter a aprovação dos cristãos romanos, Paulo apresenta sua teologia de forma mais pessoal e defende seu apostolado. Brown (2004, p. 742-3) comenta sobre essa preocupação do apóstolo:

> Paulo julgou importante que os romanos tivessem uma correta percepção de seu ministério apostólico, de sorte que, ao mesmo tempo em que Romanos servia como uma carta de recomendação para o próprio Paulo, funcionava também como uma recomendação para o seu próprio evangelho. [...] Além do mais, os cristãos romanos, se se convencessem de que Paulo não era preconceituoso em relação ao judaísmo, poderiam ser intermediários junto a seus ancestrais de Jerusalém, pavimentando o caminho para uma acolhida favorável de Paulo por parte das autoridades judaico-cristãs dali. [...] Se ela [a coleta de dinheiro dos gentios-cristãos endereçada a Jerusalém] fosse recusada, a *koinonia* entre as comunidades de Paulo e Jerusalém estaria rompida? Paulo poderia se tornar *persona non grata* em muitos lugares, até em Roma; assim ele pode ter escrito essa carta a fim de que os cristãos daquela Igreja tão influente pudessem saber a verdade acerca do evangelho pelo qual estava disposto a dar a vida - um último testamento literário a fim de que suas intuições não se perdessem.

Desse modo, Paulo defende seu apostolado, como recebido de Deus para a salvação das pessoas chamadas à obediência. Ele estimula a comunidade, afirmando que eles faziam parte desse povo escolhido. Paulo também enfatiza que recebeu o seu apostolado diretamente de Jesus, e isso era importante para a igreja primitiva, que tinha como verdadeiros apóstolos aqueles que andaram com Cristo e aprenderam diretamente dEle. O encontro de Paulo com Jesus em Damasco dava a ele a legitimação do seu chamado apostólico.

B. A Comunidade Cristã em Roma

A igreja em Roma já estava estabelecida em 49 d.C. e, neste período, já iniciou os conflitos com os judeus (At 18.1-3). Provavelmente no início da igreja, o crescimento se deu como fruto da obra missionária entre os judeus, realizada dentro das próprias sinagogas. A igreja era constituída tanto por judeus como por gentios, sendo que estes últimos foram se tornando a maioria. Portanto, uma igreja predominantemente gentílica (Rm 1.5s, 13s; 11.13s). Esta diferença foi mais acentuada depois do decreto do Imperador Cláudio, que baniu

os judeus de Roma, aproximadamente em 49 d.C., incluindo Áquila e Priscila (At 18.1-3). Dessa forma, os cristãos de origem gentílica não se reuniam mais nas sinagogas. O centro das reuniões passou a ser as casas dos membros da comunidade, conforme pode ser observado nas saudações finais, destinadas aos líderes de algumas comunidades que se reuniam nas casas (Rm 16.1-20). A composição da igreja pode ser identificada na lista de Rm 16.1-5, maioria de gentios e destaque para a presença feminina (11 mulheres e 18 homens). O retorno dos cristãos judaicos, ocorrido em 54 a.C., provocou uma tensão com os cristãos gentílicos, pois aqueles ainda traziam consigo muito influência do legalismo judaico, enquanto estes já eram mais maduros no evangelho.

A comunidade cristã em Roma era ampla e ativa, além de manter uma boa reputação no mundo cristão mediterrâneo (Rm 1.8; 15.14). O apóstolo Paulo conheceu esta comunidade aproximadamente cinco anos depois da escrita da Carta aos Romanos, mais tarde do que planejado e em condições (transporte de prisioneiros) que não imaginava na época da escrita. Antes de chegar à cidade, foi recebido por uma delegação da igreja romana que o aguardava a uma boa distância de Roma. Este gesto deve ter emocionado, e muito, a Paulo. O livro de Atos, no capítulo 28, registra a chegada do apóstolo Paulo em Roma por via terrestre. Seu sonho estava sendo realizado, mesmo que atrasado. Pohl (1999, p. 17) comenta sobre este fato: "[...] Era um momento grandioso. [...] Tinham decorrido cinco anos desde que escrevera à igreja romana: 'estou chegando', e vinha de maneira diferente do que havia imaginado: com um transporte de prisioneiros". Antes de chegar à cidade, foi recebido pelos irmãos: "Ainda a uma boa distância fora de Roma, encontraram um grupo de homens que se apresentou como delegação da igreja romana. Vieram ao seu encontro nada mais nada menos que 65 km, para lhe dar um cortejo honorífico". Portanto, fica evidente que, se já havia uma comunidade cristã em Roma, não foi o apóstolo Paulo o seu fundador. O que também pode ser percebido no primeiro capítulo da carta onde ele menciona que rogava a Deus uma oportunidade de conhecê-los. A comunidade cristã em Roma provavelmente foi fruto da facilidade de locomoção proporcionada pelo comércio mundial e a diáspora judaica[1], como os romanos que estiveram

[1] Judeus que foram dispersos de Jerusalém e que residiam nas mais diversas regiões do mundo.

no pentecostes, fato registrado no capítulo dois do livro de Atos: "(...) É provável que esses prosélitos e alguns judeus habitantes de Roma, tendo se tornado cristãos, voltaram para Roma e proclamaram as boas novas do evangelho no ambiente que lhes era mais propício, isto é, nas sinagogas" (SOUZA, 2004, p.74-5). Moody (2001, p.1) é contrário a esta afirmação, argumentando que os judeus-cristãos naquela época não se sentiam diferentes dos judeus, nem começaram a organizar igrejas locais separadas das sinagogas. Defende que a ideia mais provável é a de que a igreja foi organizada por convertidos pela pregação de Paulo, Estevão e de outros apóstolos. Argumenta que é muito improvável que um dos apóstolos estivesse em Roma quando Paulo escreveu a carta, principalmente o apóstolo Pedro, o que certamente teria uma saudação específica da parte de Paulo. A formação da comunidade cristã em Roma, por meio de prosélitos e de alguns judeus habitantes de Roma, que retornaram convertidos ao cristianismo da Festa do Pentecoste, registrada em Atos 2, parece ser mais provável.

O propósito da epístola

Aparentemente, Paulo não tinha um único propósito ao escrever a carta. Pelo menos quatro podem ser identificados:

missionário - evidente sentimento paulino de que o trabalho missionário na Ásia e na Grécia já estava completo (Rm 15.19-20), tencionando-o a levar o evangelho até a Europa;

doutrinário - exposição de forma didática e compreensiva das verdades centrais do evangelho; provável deficiência devido a ausência de um líder apostólico;

apologético - argumentação sobre a justificação pela fé não parece ser algo simplesmente informativo, mas, sim, uma oposição aos judeus-cristãos que ensinavam a necessidade das práticas do judaísmo para a justificação;

didático - principalmente, na seção de prática geral, sobre a moral e a conduta cristã (Rm 12-15), que tem por alvo ensinar, informar e iluminar, e não meramente resolver determinados problemas.

Todavia, parece que a ênfase é a resolução das tensões entre os cristãos judaizantes e os cristãos de origem gentílica. Semelhante aos objetivos das demais epístolas que o apóstolo enviava às igrejas recém-fundadas por ele, que era: exortar à prática dos fundamentos da fé

cristã; combater os opositores, geralmente intitulados de falsos mestres; e proclamar a unidade de seu evangelho.

3. A Gratidão de Paulo e a Justiça de Deus (Rm 1.8-17)

A. Paulo Agradece a Deus pela Comunidade Cristã em Roma (Rm 1.8-15)

Após as saudações (1.1-7), Paulo faz uma oração de agradecimento pelos cristãos romanos, demonstrando seu interesse pela comunidade (Rm 1.8-15). Ele invoca o testemunho do próprio Deus para enfatizar que, mesmo não conhecendo os irmãos e irmãs da igreja em Roma, orava constantemente por eles. Provavelmente, recebia notícias sobre o andamento dos trabalhos naquela comunidade e se alegrava com o desenvolvimento espiritual deles, além de interceder pelos problemas que enfrentavam. O fato de Paulo não ser o fundador da igreja não o impediu de orar e reconhecer a fé e o trabalho de seus membros. Seu exemplo evidencia que o interesse coletivo deve estar acima dos interesses pessoais. Ele fica contente com as notícias recebidas a respeito dos cristãos de Roma, o que motiva ainda mais a vontade de vê-los pessoalmente, já que havia tentado estar com eles anteriormente, porém sem sucesso. É bem provável que ele tenha sido impedido de ir a Roma devido as diversas perseguições que sofreu.

Ele nos dá um exemplo de como devem ser conduzidas as atividades no Reino de Deus. A comunidade em Roma deve ter se sentido amada. Muitas pessoas são maltratadas nas igrejas por meio de interpretações teológicas opressoras que intimidam e provocam pavor, diferentemente do apóstolo Paulo, que fortalece e encoraja o grupo, sem descuidar da verdade do evangelho.

No verso 14, o apóstolo se diz devedor tanto a gregos como a bárbaros, sábios e ignorantes. Ele teve contato com pessoas das mais diversas culturas e posições sociais. Provavelmente, os judeus foram os primeiros cristãos romanos. Conforme visto nas questões introdutórias da carta, a influência judaica podia ser percebida até nos escalões mais elevados da sociedade. No entanto, a igreja tinha, na sua maioria, pessoas que não tiveram condições de estudo ou a sorte de nascerem em elevada posição social (ignorantes) como pequenos

comerciantes, artesãos e cidadãos livres pertencentes à classe baixa. Paulo era grato a Deus por todas as pessoas da comunidade, seja qual fosse a nacionalidade ou a classe social. Infelizmente, muitos líderes têm dificuldade de aprender esta lição com Paulo.

B. Paulo Era Testemunha da Justiça de Deus Revelada pelo Poder do Evangelho (Rm 1.16-17)

O apóstolo reconhecia a situação em que estava diante de Deus antes de conhecer a Jesus, bem como a mudança que o evangelho fez em sua vida, após o encontro no caminho de Damasco (At 9). Da mesma forma que os judeus e alguns judeus-cristãos que não conseguiam se desvincular de forma definitiva do jugo da lei judaica, ele havia dedicado grande parte de sua vida em defesa e tentado impor o jugo destas doutrinas e crenças, pensando estar na direção e na vontade de Deus. Convicto de sua justificação pela fé, e não pelas obras, ele testifica o seu amor ao evangelho, a ponto de afirmar: "Porque não me envergonho do evangelho de Cristo, pois é o poder de Deus para salvação de todo aquele que crê" (Rm 1.16).

No século atual, muitas pessoas estão se identificando como cristãos evangélicos para tirar vantagem, principalmente no meio artístico. Não podemos generalizar, pois existem pessoas famosas que têm vindo para a igreja, cujas vidas são transformadas de maneira radical. Todavia, existem outras pessoas que, por vários motivos, como exemplo a decadência de sua popularidade ou a falência financeira, têm se inserido no meio evangélico, considerando os membros das igrejas simplesmente como potenciais consumidores de seus produtos. Muitos membros de nossas igrejas, na inocência, recebem essas pessoas como se fossem mais santas do que os irmãos e irmãs que convivem juntas há anos. A igreja precisa estar atenta para não ser enganada por lobos vestidos de ovelha. Deus salva as pessoas de todas as origens, mas é preciso ter cautela com os novos convertidos, recebê-los com todo o amor e acompanhar seu amadurecimento espiritual e, como recomenda o apóstolo Paulo, atribuir responsabilidades no tempo certo.Por outro lado, existem também pessoas que tem dificuldade de se identificar como cristãos na sociedade em que vive, simplesmente por ter vergonha de ser um cristão ou evangélico. Pessoas que, provavelmente, ainda não tiveram um encontro verdadeiro com Cristo. O conhecimento experiencial de Deus leva

as pessoas a valorizarem o poder do evangelho que transforma a vida das pessoas e conduz a uma reconciliação com Deus. Paulo tinha essa convicção. A transformação que ele teve depois da estrada de Damasco mudou completamente sua vida e suas atitudes, e é por isso que ele não se envergonhava do evangelho.

C. Justiça de Deus e a Reforma Protestante (Rm 1.17)

No século XVI, o principal protagonista da Reforma Protestante, Martinho Lutero, foi profundamente influenciado por Rm 1.17. A redescoberta da justificação pela fé por Lutero trouxe consequências significativas em várias áreas além da teologia, como sociais, políticas, literárias e culturais (DUNN, 2003, P. 389). A doutrina da justificação pela fé foi a força propulsora para a reforma protestante.

Lutero frustrou-se quando a Igreja Católica não quis falar sobre o assunto, pois isso arruinaria automaticamente as vendas de indulgências e demais práticas absurdas impostas pelo clero. Entretanto, a Igreja não pôde fugir do debate por muito tempo. Uma vez que os reformadores propagaram esta doutrina, ela foi obrigada a tratar do assunto no Concílio de Trento, ocorrido no século XVI. Os Cânones e Decretos de Trento definiram que as obras são essenciais para a justificação. Eles defendem que a causa da justificação não é a fé, e sim o sacramento do batismo. Segundo o Concílio de Trento, se não forem acrescidas obras à fé, a justificação não é alcançada. Amaldiçoa todos que pensarem diferentemente à condenação eterna. A Bíblia, no entanto, ensina que a justificação é um ato declarativo de Deus, e não um processo, pois Jesus garante a salvação imediata (Jo 5.24), o que será visto com mais detalhes nos próximos capítulos. Martinho Lutero foi criticado pelo acréscimo de "somente" em sua tradução de Rm 3.28 que ficou assim: "Pois reputamos que o homem é justificado pela fé somente". Porém, do ponto de vista linguístico, Lutero tinha razão de traduzir assim por ser uma característica da língua semítica o fato da palavra "somente" e "só" ser omitida. Com isso, não há outra forma de justificação, a não ser por meio da fé. Paulo, ao utilizar o termo "justificado" ou "ser justificado", vai além da esfera jurídica. O que comanda o discurso de Paulo sobre a justificação é a conotação soteriológica, pois a justificação provém de Deus, mediante sua graça justificadora, que extravasa largamente à esfera jurídica (Rm 4.2, 5.1 e 5.9).

Capítulo 2

A Doutrina da Justificação pela Fé (Rm 1.18–3.21)

1. A Necessidade dos Gentios (Rm 1.18-32)

A história da humanidade demonstra que o ser humano sempre buscou a Deus, mas falhou porque o buscou da forma errada. A procura pelos interesses pessoais e atendimento aos desejos pecaminosos dominaram os povos. No texto a ser estudado, o apóstolo argumenta que todo ser humano criado à imagem e semelhança de Deus, tem consciência da existência divina, pois a própria natureza é a prova desta existência. Mesmo reconhecendo a existência, é necessário que se tenha um relacionamento mais estreito com este Deus. Por isso, Paulo evidencia algumas necessidades dos gentios: reconhecer que o conhecimento natural e racional não é suficiente para a salvação; reconhecer a glória de Deus e ser grato a Ele; e ter um conhecimento experiencial com Deus, único e que liberta da ira divina sobre o pecado.

A. Conhecimento de Deus para Salvação (Rm 1.18-20)

As injustiças provocam a ira de Deus (v. 18)

A perícope começa com o testemunho dos céus, demonstrando a observância divina sobre tudo o que acontece na terra. A atenção é para as injustiças que são praticadas, principalmente, pelas pessoas que detém o poder sobre os demais seres humanos, oprimindo-os na busca de benefício próprio. Tais práticas provocam a ira de Deus, que é uma linguagem antropopática para que o ser humano, mesmo em sua limitação, possa entender o agir do Senhor. O Deus de justiça não pode ser conivente com práticas de injustiças e desumanização. A ira

de Deus se ascende mais ainda quando as injustiças acontecem dentro das igrejas, lugar que deveria ser refúgio dos oprimidos e inocentes. Pessoas que oprimem outras em nome de Deus estarão debaixo da ira divina, da mesma forma que os gentios, que são o foco deste contexto.

O termo "ira de Deus" não é compreendido por muitas pessoas. Estas alegam que Deus é amor e que Ele não poderia agir com atos rigorosos ou de vingança. A partir disso, existem algumas pessoas e até mesmo teólogos que defendem a salvação universal, em que, no final, todas as pessoas serão salvas, independentemente de suas atitudes durante sua vida. Este assunto será aprofundado um pouco mais em capítulos posteriores. As expressões "Deus é amor" e "Deus é justiça" não são contraditórias, pois um Deus de Amor deve proteger os injustiçados por meio da justiça. Toda injustiça é pecado (1 Jo 5.17a), e as práticas de injustiça serão julgadas por Deus, no tempo determinado por Ele. Portanto, a ira de Deus está relacionada com a sua justiça.

O conhecimento natural e racional não liberta da ira de Deus (v. 19-20a)

O conhecimento natural e racional de Deus é acessível a todo ser humano. O Senhor, em sua soberania, define o que dEle pode ser revelado. O apóstolo argumenta que as coisas visíveis criadas por Deus são de conhecimento de todas as pessoas e representam as coisas invisíveis, que podem ser deduzidas pela lógica. As coisas criadas dizem muito sobre seus criadores, algumas mais do que outras. A identificação fica mais evidente, dependendo da intimidade com o criador ou autor. Quando se trata da criação de Deus, não existe para Paulo o ateu em estado puro, pois, pelas coisas criadas, é possível descobrir Deus. Um conhecimento universal, e não experiencial para salvação.

Como explicar o funcionamento do universo, com milhares de galáxias, além das conhecidas, e a harmonia entre elas? O reconhecimento de um Deus que governa tudo isso pode ser explicado racionalmente. O caminho da descoberta de Deus está aberto a todos. Analisar a criação e toda a sua complexidade e a forma como todas as coisas criadas se integram, bem como tudo é mantido funcionando, leva o ser humano a perceber que tudo isso não poderia surgir do acaso, mas somente um ser divino poderia ser responsável por tudo isso. Diferentemente do conhecimento natural e racional de Deus, o

conhecimento experiencial é apenas por meio da fé, sendo manifesto mediante a produção de frutos de justiça. Paulo vai esclarecer o tema da justificação por meio da fé nos capítulos 3 e 4 da carta.

A falta de conhecimento experiencial de Deus é indesculpável (v. 20b)

Os argumentos do item anterior demonstram que o ser humano não tem como justificar suas práticas de injustiças por não conhecer a Deus. Por outro lado, o fato de reconhecer a existência de Deus não caracteriza que esta pessoa praticará a justiça. Na época do apóstolo, assim como nos dias que vivemos, temos muitas pessoas que se dizem religiosas e praticantes da Palavra, mas infelizmente suas práticas não condizem com o evangelho ensinado pelo apóstolo. Dessa forma, a carteira de membro ou de ministro do evangelho não serve para se justificar diante de Deus, mas, sim, uma vida coerente com o evangelho e que manifesta o fruto do Espírito. No meio pentecostal, a cultura que predomina é a de que as manifestações dos dons espirituais são sinônimas de espiritualidade e santidade. Isto é um engano. Santidade é evidenciada pelo fruto do Espírito. Existem várias pessoas que reconhecem a existência e a criação de todas as coisas por Deus, mas não se submetem ao poder e a vontade dEle. O atendimento aos interesses próprios tem tido prioridade em relação aos interesses do Reino de Deus.

B. O Reconhecimento da Glória de Deus (Rm 1. 21-27)

A falta e o reconhecimento da Glória de Deus induzem à ingratidão (v. 21-22)

O versículo 21 usa a expressão "tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus", ou seja, trata-se aqui de uma pessoa que reconhece a existência de Deus por meio do conhecimento natural, mas não o reconhece como Deus. Uma coisa é reconhecer a existência, outra é se submeter e glorificar a Deus. Nos dias atuais, para uma grande parte da sociedade, é um retrocesso dizer que se acredita em Deus. Decadência maior é se apresentar como servo do Senhor, obediente às regras de fé e conduta estabelecidas na Bíblia. Esta cultura leva algumas pessoas que acreditam em Deus se afastarem dEle para não ficarem expostas diante da sociedade em que vive.

Algumas pessoas, mesmo sabendo da existência de Deus, têm como motivação seu interesse pessoal, priorizando a busca do poder, do prazer e da zona de conforto, mesmo que, para conquistar, precise praticar a injustiça. Esta prática é denominada por algumas pessoas como "ser esperto". Como diz o apóstolo "dizendo-se sábios, tornaram-se loucos", pois agir desta forma é loucura para Deus. Por isso, a necessidade de reconhecer a glória de Deus, ser grato por tudo que Ele tem nos proporcionado e, em tudo, glorificar ao nome do Senhor. Você tem sido grato a Ele?

O antropocentrismo ambiciona transformar a Glória de Deus em objeto (v. 23)

Quando o ser humano passa a ser o centro de todas as coisas (antropocentrismo), Deus é considerado como se fosse um objeto à disposição da vontade daquele. O apóstolo critica a prática de tentar transformar a glória do Deus incorruptível em objetos de imagem de criaturas (v. 23), como se fossem sagradas e capazes de atender os desejos pessoais (Sl 103.20; Jr 2.11). Alguns religiosos reconhecem animais como sagrados e até mesmo com possibilidade de fazer algo em favor do ser humano, a exemplo das práticas do hinduísmo. Outros acreditam que a natureza e seus objetos podem ser divinos. Pessoas que acham mais fácil crer que estes objetos sejam deuses, mas têm dificuldade para reconhecer a glória do Deus criador de todas as coisas. Mais difícil ainda é aceitar um Deus que se encarna como ser humano, dá sua vida pela sua criação de forma humilhante e maldita (morte de cruz).

Algumas pessoas entendem idolatria como somente o ato de se adorar objetos animados ou inanimados. Contudo, idolatria vai além disso. Tudo aquilo que o ser humano coloca no lugar de Deus ou como prioritário antes dEle é idolatria. Estas pessoas buscam a própria glória, priorizam seus interesses em detrimento dos interesses da coletividade. Certas pessoas, por não se prostrarem diante de uma imagem de escultura ou de qualquer objeto criado, se julgam pessoas não-idólatras. Engano de quem pensa assim, pois, quando as pessoas não reconhecem Deus como único e absoluto, acabam por substituí-lo por coisas (*status* social, cargo ministerial, bens, etc.) ou pessoas.

As práticas idólatras estão presentes na sociedade como um todo. Dentro das igrejas evangélicas, que não tem por tradição ter imagens

em seus templos, elas também acontecem. Pessoas com ações direcionadas para sua autopromoção ou para ter vantagens financeiras exercem funções ministeriais na igreja com intuito de tirar proveito a seu favor. Agem como se fossem deuses ou semideuses e impõem sobre os fieis adoração de forma velada. Colocar o ser humano como centro tem sido uma prática secular, mas também uma prática no ambiente sacro. Diferentemente do que Paulo ensinava e vivia, tendo Cristo como centro de tudo.

O antropocentrismo perverte o plano original para a sexualidade (v. 24-27)

O apóstolo afirma que Deus entrega as pessoas que não reconhecem a sua glória às suas próprias concupiscências. Estas pessoas são inclinadas a buscar sua satisfação pessoal, e uma das formas citadas é a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, algo que é diferente do projeto original de Deus (Gn 1.27; 2.18). A influência do mundo greco-romano não está alheia à realidade dos cristãos de Roma. Green (1970, p. 47) comenta sobre a depravação da população romana:

> Roma imperial do primeiro século era depravada demais. Das religiões de mistério nenhuma exigia um estilo de vida radicalmente diferente dos seus adeptos. Porém o cristianismo e o judaísmo sim. Eles faziam questão de um padrão rígido como os mais elevados ideais dos estoicos, e iam bem além destes exigindo que se amasse o próximo, em vez de manter somente um bom comportamento frio.

No mundo greco-romano da época do apóstolo, uma das práticas estimuladas era a pederastia, inclusive vista como perfeição sexual. Contudo, Paulo condena essa prática, que tem se tornado cada vez mais popular nos dias atuais. Uma orientação para os membros das igrejas cristãs não tomem a forma do mundo, assimilando suas práticas por serem consideradas comum para a sociedade, um contexto onde tudo é permitido. O cristão deve manter sua fé, influenciar de maneira positiva e não ser influenciado negativamente pela sociedade.

Este tema tem sido um tabu em nossas igrejas e, por isso, a maioria não está preparada para tratar do assunto e das pessoas com essa orienta-

ção sexual, vindas de fora ou mesmo da membresia da própria igreja. A Bíblia não aprova algumas práticas, porém ensina o amor e a não discriminação. A igreja não deve demonizar as pessoas com orientação sexual diferente, mas sim tratá-las como Cristo o faria. Jesus deu atenção a todas as pessoas, inclusive as mais excluídas da sociedade, não fazendo acepção.

Os cristãos, na sua maioria, tem tido dificuldade para agir como Jesus agiu; a tendência, infelizmente, é tratar essas pessoas com desdém. Os cristãos devem também lembrar que todas as pessoas possuem alma e são amadas de Deus. Todos têm o direito de não concordar, nem aceitar determinadas práticas, devendo, porém, tratar com respeito e dignidade o ser humano. O apóstolo recrimina o que considera como perversidade sexual; contudo, recomenda o amor ao próximo, como veremos ao estudar o capítulo 13 da carta.

C. O Conhecimento Experiencial que Liberta do Poder do Pecado (Rm 1.28-32)

O desprezo pelo conhecimento experiencial de Deus conduz à perversidade (v. 28-30)

O apóstolo amplia a lista dos atos de perversidade das pessoas que não se importam em buscar o conhecimento experiencial de Deus. A pessoa que tem o conhecimento experiencial com Deus sente a presença dEle de maneira constante, pois o Espírito Santo tem liberdade para orientá-la, bem como adverti-la quando estiver propensa a sair da vontade de Deus. Assim, ela se mantém na fé de Cristo. Essa é a grande diferença entre aquele que serve a Deus e aquele que não serve.

Existe um ditado popular que diz "fulano não tem nada a perder". Aqueles que não conhecem experiencialmente a Deus pensam não ter nada a perder e se entregam às suas próprias concupiscências, "estando cheios de toda iniquidade" (v. 29). Entretanto, o apóstolo afirma que serão julgados sob a ira de Deus. Portanto, eles têm "muito a perder". A afirmação de que Deus entrega essas pessoas ao sentimento perverso pode ser mal interpretada, como se Deus induzisse as pessoas a fazer o mal. O sentido, no entanto, é de que ao ser humano é dada a liberdade para decidir o que fazer. Como está sendo alimen-

tado pela sua própria concupiscência, ele busca seu prazer, que é se entregar ao pecado. Tiago afirma algo semelhante ao dizer que o ser humano é tentado pelo seu próprio mau desejo, que o arrasta e, uma vez concebido, dá a luz o pecado (Tg 1.14-15). A pessoa que não tem o conhecimento experiencial de Deus age como se Ele não existisse. A sua esperança está alicerçada no que é concreto, naquilo que ela almeja ter ou ser. Para ela, não importa quais os meios são necessários para atingir suas metas pessoais, sendo, por isso, alimentada pela inveja, que pode induzir o homicídio, contender sem necessidade, enganar e praticar toda sorte de mal. Quando o ser humano se coloca como centro de tudo, não há espaço para Deus em sua vida.

O desprezo pelo conhecimento experiencial de Deus torna o ser humano irreconciliável (v. 31)

A pessoa que se entrega à perversidade e não dá ouvidos ao Espírito Santo, que é o meio que Deus proveu para nos convencer do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.8-11), fica impossibilitada de se aproximar do Senhor. Desse modo, se torna "irreconciliável", pois rejeita o único meio de se religar com Deus. Entretanto, isso ocorre porque ele não se importa com Deus, e não o contrário. Deus sempre está à disposição do ser humano para se religar com Ele; no entanto, é o ser humano que, na sua maioria, procura uma vida independente de Deus. O ser humano sem a intervenção do Espírito Santo não consegue, por si só, vencer sua tendência para a prática do pecado e da injustiça. A Bíblia informa que Deus tem o desejo de que todas as pessoas se convertam e sejam justificados. Todavia, nem todas chegarão ao conhecimento da Verdade. Por mais que essa afirmação nos incomode, as pessoas são livres para aceitar ou não o Caminho. Não podemos mudar as pessoas, elas mudarão somente se quiserem e derem abertura ao Espírito Santo. Quem rejeita o projeto de Deus para a salvação abraça o projeto que torna a mentira em verdade.

As pessoas que se distanciam de Deus não tem afeição natural. Este termo tem a ver com a relação familiar, área importantíssima na vida do ser humano. Depois de Deus, a família tem a prioridade. Muitas pessoas têm mudado esta relação de prioridade e tem provocado tragédias em suas famílias. Priorizar a profissão, o ministério,

entre outras opções da vida em relação à família acaba por distanciar as pessoas de seus entes queridos, tornando-as pessoas frias, insensíveis e, consequentemente, irreconciliáveis e sem misericórdia. O bom relacionamento familiar é um suporte para que o ser humano consiga enfrentar as maiores dificuldades em sua vida. O relacionamento emocional familiar o leva a ter um sentimento de empatia, a se colocar no lugar do próximo, bem como ter misericórdia, pois qualquer um gostaria que um familiar seu tivesse o mesmo tratamento.

A cumplicidade com a injustiça é uma prática injusta (v. 32)

Paulo afirma que, mesmo conhecendo a justiça de Deus, por opção escolheram praticar a injustiça por meio de práticas egoístas. Ressalta que não somente praticam a injustiça, mas também consentem com os que a praticam. Algumas pessoas entendem que consentir com a injustiça não se faz culpado da prática; entretanto, Paulo afirma que os coniventes com a injustiça também são culpados. O Senhor é um Deus de justiça e toma para si a vingança contra os opressores.

Algumas pessoas entendem ser suficiente participar dos cultos da igreja, fazer parte dos departamentos e ter uma vida religiosa relativamente ativa. No entanto, uma atenção especial para a "parte b" do verso 32, se pode perceber que consentir com a injustiça também se constitui uma prática injusta. Em um dos discursos de Martin Luther King Júnior, ele disse: "quem aceita o mal sem protestar coopera com ele". Albert Einstein corrobora, afirmando: "o mundo não será destruído por aqueles que fazem o mal, mas por aqueles que o olham e nada fazem".

Na atualidade, muitos líderes cristãos evangélicos veem com maus olhos a participação em movimentos populares ou protesto a práticas de injustiças e desumanização. Realmente, é necessário ter prudência nestas participações, pois existem grupos que também se aproveitam dos manifestantes, usando-os como instrumentos para defender outros interesses não puros. Todavia, o cristão deve ter bom senso e ser ativo na defesa dos menos favorecidos e injustiçados, atuando como uma voz profética contra as práticas de injustiças. Poder fazer o bem e não fazer também desagrada ao Deus de justiça (Tg 4.17).

2. A NECESSIDADE ESPIRITUAL DOS JUDEUS (RM 2.1-3.8)

Ball (1998, p.150) afirma que tanto gentios como judeus necessitavam da justificação diante de Deus:

> "Paulo já era cristão há mais de 24 anos. Durante esse tempo, passara por muitas experiências e grandes decepções. Sua mente, porém, abria-se para Jesus como uma flor se abre ao sol. Amadurecera na vida crista, e o evangelho de Cristo era-lhe, mais do que nunca, uma preciosa realidade. Em sua carta, Paulo decidiu proclamar o evangelho em sua plenitude. Suas palavras, ditadas a Tércio, visavam convencer os romanos de que todos, gentios ou judeus, precisavam da salvação provida por Deus em seu Único Filho. Deus a oferecia como um dom; bastava ao homem recebê-la de graça. Homem algum pode, por esforço próprio, ser reto e aceitável a Deus".

Os judeus-cristãos de Roma eram judeus que haviam se convertido ao cristianismo, mas que ainda estavam marcados pelo poder da lei e não se sentiam à vontade (devido à opressão do jugo da lei por longa data) com a mensagem da justificação por meio da fé. O comportamento dos judeus-cristãos colocava-os da mesma forma que os gentios citados no capítulo anterior, debaixo da ira de Deus, pois também desprezavam a salvação gratuita ofertada por Deus em Cristo Jesus. Assim sendo, para estes judeus, ainda era necessário: a) se libertar do jugo da lei; b) abandonar a vida hipócrita de se ensinar e não viver o que ensina; e c) se libertar da dependência do ritualismo como se fosse requisito de justificação.

A. Libertação do Jugo da Lei (Rm 2.1-16)

O julgamento mediante a lei provoca a ira de Deus (v. 1-10)

Os judeus-cristãos possivelmente ficaram satisfeitos com as palavras que Paulo dirigiu aos gentios no capítulo anterior (1.18-32). Agora, o comportamento deles que é questionado. Eles, influenciados pela cultura que os gerou, tinham o hábito de julgar as pessoas que não cumpriam a lei judaica. O que preocupa é que eles haviam deixado o

judaísmo para se inserirem no cristianismo, mas continuavam no legalismo como os gálatas (Gl 3.1-5). O apóstolo afirma que, da mesma forma que os gentios provocaram a ira de Deus pela sua conduta pecaminosa, os judeus também estavam sob o julgamento da ira divina pelo legalismo. Na realidade, a causa era a mesma: a busca da glória para si por meio da manifestação das obras (antropocentrismo/egocentrismo). Eles queriam impor um jugo sobre as pessoas, que nem mesmo Deus requeria. Jugo que somente Jesus poderia libertar (Ver Mt 11.28-30).

Deus não faz acepção entre judeu e gentio (v. 11)

O Senhor sempre vai primar pela justiça. Alguns cristãos evangélicos têm uma tendência em pensar que Deus privilegia os judeus em detrimento aos outros povos. Isto é um engano. Um bom exemplo é a atuação dos profetas, que profetizavam a justiça de Deus tanto para as nações inimigas como para o seu próprio povo, em especial os líderes civis e religiosos. O parâmetro utilizado é a culpabilidade, ou seja, o julgamento é sobre a prática da injustiça, e não a nacionalidade ou origem das pessoas. Este comportamento de discriminação, comum ao ímpio, às vezes está presente na comunidade evangélica. O critério não é a justiça, mas sim a origem ou outros fatores que privilegiam uns em detrimentos de outros. Deus não age assim, "porque, para com Deus, não há acepção de pessoas". A graça de Deus, diferentemente do que era propagado pelos judeus, aceita tanto gentios quanto pecadores. O apóstolo vem desenvolvendo uma argumentação para demonstrar que os gentios precisavam de justificação e não tinham, como por seu próprio conhecimento, chegar até Deus. Argumento que agradava os judeus e judeus-cristãos que continuavam tendo a lei como único meio de se chegar até Deus. Todavia, o apóstolo, para introduzir a próxima argumentação que afetava diretamente os judeus-cristãos, afirma que, para Deus, não há diferença entre judeus e gentios. Para os judeus, isso era uma blasfêmia, além de algo considerado insuportável devido às interpretações baseadas e influenciadas por interesses humanos. Esse pensamento influenciou não somente a religião ao longo dos anos, mas também a relação entre muitos povos, como o exemplo da relação atual dos próprios judeus e de seus vizinhos.

Como poderia um Deus de amor e criador de todos os seres humanos privilegiarem uns em detrimento de outros? O apóstolo inicia o que vai descortinar de uma vez por todas nos próximos capítulos. Não era

uma novidade, pois essa visão de Deus já estava presente nos textos do AT, mas que os judeus ainda não haviam aprendido. O Deus que eles conheciam era um Deus de todas as pessoas, e não exclusividade de uma nação. Por isso, o apóstolo, no transcurso de sua escrita, vai utilizar várias citações do AT para demonstrar esse amor universal de Deus.

Os gentios que não conhecem a lei serão julgados pela sua consciência moral (v. 12-16)

Um questionamento comum é: como serão julgadas as pessoas que nunca tiveram a oportunidade de conhecer o evangelho? Várias pessoas já fizeram essa pergunta. Se Cristo é a única maneira de o ser humano chegar até Deus, como as pessoas que morreram e que ainda vão morrer poderiam ser justificadas diante dEle? Seria justo uma pessoa que não conheceu a Cristo, devido às circunstâncias de sua vida, que não por sua própria vontade, seja condenada pela ira de Deus? Paulo, nesta perícope, nos traz uma explicação didática quando se refere ao julgamento sobre os gentios que não conheciam a lei. Ele afirma: "porque, quando os gentios, que não têm lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, não tendo eles lei, para si mesmos são lei", ou seja, eles seriam julgados, não pelo conhecimento da lei, mas, sim, pela prática da lei, sem mesmo conhecê-la. As pessoas geralmente priorizam a fé em Cristo, e isto é bom e louvável; mas será que o mais importante para o ser humano não seria ter a fé de Cristo, mesmo não o conhecendo? Por exemplo, uma pessoa que tenha nascido num ambiente sem oportunidade de ouvir falar de Jesus, mas a sua consciência moral, como criatura formada à imagem de Deus, pratica o que Cristo ensinou deveria ser julgada e condenada? Um judeu-cristão da época de Paulo diria que sim, e o que dizem os cristãos de hoje? Paulo deixa a dica, a consciência moral é a forma de julgamento das pessoas que não conheceram a lei, como também das pessoas que ainda hoje não tiveram a oportunidade de conhecer o evangelho de Jesus Cristo.

B. Abandono da Hipocrisia (Rm 2.17-24)

Os judeus se achavam superiores por serem os receptores da lei (v. 17-18)

Os judeus, numa linguagem jovem, "achavam que estavam podendo" por terem "por sobrenome judeu". Afinal de contas, de

acordo com a tradição, foi o povo de Israel, por meio de Moisés, seu grande líder, o receptor da Lei dada diretamente por Deus. Este povo poderia ter no mínimo duas atitudes: a) se sentir superior aos demais povos pela revelação exclusiva de Deus; b) se sentir privilegiado, mas, acima de tudo, responsável pela transmissão, de forma humilde, da revelação recebida para o bem coletivo. Os judeus escolheram a primeira opção.

A tradição judaica afirmava que o próprio Deus havia escrito e entregado a lei para o grande profeta do povo israelita, Moisés. O entendimento era que um povo que teve esse privilégio não poderia ser contado simplesmente como mais um dos povos da terra, mas como um povo exclusivo e superior aos demais. Os judeus se achavam no direito de julgar as demais nações e condená-las à separação definitiva de Deus. Os gentios eram tratados como cães pelos judeus. Basta ver o relato de Jesus quando esteve em Tiro e Sidom quando se encontrou com a mulher cananeia siro-fenícia (Mc 7.24-30), para entender um pouco sobre o tratamento dos judeus com outros povos.

Será que os cristãos evangélicos aprenderam com o resultado que tiveram os judeus e hoje têm um comportamento diferente? Infelizmente, algumas pessoas que se dizem participantes do povo de Deus continuam imitando o comportamento dos judeus. Fechadas entre quatro paredes, elas se sentem como as únicas abençoadas por Deus e merecedoras de comunhão com Ele. Elas julgam aqueles que não fazem parte de seu grupo como pessoas sem salvação e sem direito de acessar a Deus. Jesus advertiu que seremos julgados com o julgamento com que julgarmos (Mt 7.1-5). Algumas pessoas e denominações têm se afastado das pessoas necessitadas do evangelho, devido a tradições e costumes que não são coerentes com a mensagem de amor de Jesus. Dizem-se cristãos, seguidoras de Cristo, mas não praticam o que Ele praticou; pelo contrário, têm atitudes semelhantes aos seus opositores, os judeus legalistas e exclusivistas.

Os judeus não viviam o que ensinavam (v. 19-23)

O apóstolo afirma que os judeus se achavam em condições de conduzir os gentios, para eles cegos, por não receberem a luz da revelação. Todavia, o apóstolo assevera que eles também eram cegos e não estavam credenciados para conduzir ninguém.

Existe um treinamento vivencial para líderes em que uma das pessoas coloca venda nos olhos, simulando não ter visão, enquanto outra a guia entre alguns obstáculos. A pessoa que está sendo conduzida precisa confiar em seu guia, e o guia precisa ser comprometido para não tirar vantagem, mas cuidar com carinho da pessoa que está guiando. O exercício serve para proporcionar vários ensinamentos. Um deles é para que o condutor perceba a dificuldade que uma pessoa cega tem para viver diante dos inúmeros obstáculos que sua limitação de visão lhe impõe. Com isso, passa a tratá-la de forma mais amorosa e, se pudesse, a libertaria de sua condição de sofrimento. Outra aprendizagem é que somente uma pessoa que tem visão pode conduzir uma pessoa cega.

Por isso, no sentido espiritual, quem tem a visão deve se compadecer de quem não tem e apontar a solução para seu problema, que é Cristo. No entanto, Paulo afirma que os judeus eram cegos espirituais e não tinham condição alguma de conduzir os gentios que também eram cegos. Paulo aponta a evidência da cegueira dos judeus e de seu comportamento hipócrita. Eles ensinavam a lei, mas não a praticavam. A atitude judaica faz lembrar o ditado popular: "faz o que eu mando, mas não faça o que eu faço". O que os judeus faziam bem era julgar os gentios.

Os judeus envergonhavam o nome de Deus (v. 24)

Neste verso, o apóstolo trata da consequência das atitudes dos judeus-cristãos citadas no item anterior. As pessoas estão atentas para o comportamento das outras, principalmente, quando estas professam uma fé diferenciada e se vangloriam de fazer parte de determinado grupo. Como o comportamento dos judeus era hipócrita, ou seja, ensinavam uma coisa e faziam outra totalmente contraditória em nome do seu Deus (Yahweh), agindo assim o desonravam. O texto diz que os gentios blasfemavam contra Yahweh devido ao comportamento reprensível deles.

Os judeus se julgavam superiores aos outros povos, batiam no peito e se diziam os únicos dignos de ter contato e servir a Deus por serem um povo escolhido de Deus e executores de sua vontade. Contudo, as suas atitudes não eram de amor e nem de justiça. Quem olhava para a maneira que eles se comportavam não viam nenhuma grandeza, por isso blasfemavam contra um Deus que, teoricamente, incentivava tal atitude.

No meio das comunidades cristãs evangélicas, existem também pessoas com comportamento parecido aos dos judeus, e isso é bíblico,

o joio cresce com o trigo (Mt 13.24-30; 36-43). Por isso, precisamos estar constantemente nos examinando como nos exorta o apóstolo em outra carta (1 Co 11.28-32) para não desonrarmos a Deus e não sermos julgados com o mundo. O cristianismo tem sido questionado pelos críticos de ser uma religião teórica, pregar o amor de Cristo e não praticar o que ensina. Acusação semelhante à que Paulo havia feito aos judeus. A Igreja de Cristo precisa fazer a diferença na sociedade em que está inserida para que suas práticas glorifiquem a Deus.

C. Libertação do Ritualismo (Rm 2.25-3.8)

Os judeus exigiam a circuncisão, mas eram incircuncisos de coração (Rm 2.25-29)

A circuncisão, uma operação cirúrgica que remove o prepúcio, uma pele do órgão sexual masculino, é um sinal externo que representa a fidelidade do judeu com sua fé e sua nação. Esse ritual era tão relevante para identificar o judeu com sua fé que, na época do Império Grego, muitos judeus apóstatas, para garantir a fidelidade aos gregos, reverteram a circuncisão por meio de cirurgias.

A circuncisão era obrigatória para o judeu e também motivo de vanglória por pertencer ao "povo escolhido". Ele valorizava tanto o ritual de um sinal externo por entender ser uma evidência de cumprimento da lei. Ora, o apóstolo já havia afirmado que eles ensinavam, mas não praticavam a lei. Portanto, de nada valeria um sinal externo se as práticas não condissessem com o que ensinavam. Paulo afirma que a verdadeira circuncisão é aquela que acontece no interior do ser humano, em seu coração. Entretanto, isso não significa que o exterior não seja importante, mas sim que a interior do ser humano é a que transforma seu exterior, e não o contrário. A circuncisão e a lei somente têm valor se for uma representação do que realmente está no interior. Jesus disse que o ser humano é contaminado pelo que está dentro do seu coração, e não no seu exterior (Mt 7.15). Não adianta viver de aparências, com uma religiosidade firmada na exterioridade e nos rituais. O que está no interior das pessoas vai se expressar por meio do que ela fala e de como trata ao próximo, como lida com os negócios, entre outros comportamentos. As pessoas devem ser valorizadas pelo que são, e não pelo que aparentam ser.

Os judeus transformaram somente em privilégio o que era uma responsabilidade (Rm 3.1-2)

A leitura descuidada da carta pode dar a impressão de que Paulo desmerece o privilégio do povo judeu de receber a revelação de Deus, mas esse não é o caso. Ele tem como precioso o privilégio judaico, mas reprova a atitude de não saberem valorizar esta prerrogativa. O recebimento direto da revelação divina, a Palavra escrita, bem como a representação da circuncisão é considerado como um favorecimento honroso. O recebimento da revelação das escrituras foi um privilégio, mas, acima de tudo, era uma grande responsabilidade da nação conhecida como povo de Deus, ser intermediária da revelação para toda a humanidade.

Na realidade, Deus escolheu o povo de Israel para abençoar toda a humanidade, como intermediários das bênçãos de Deus, como a promessa a Abraão de que por meio dele seriam benditas todas as nações da terra (Gn 12.3) e não somente os seus descendentes naturais, mas também, como será visto mais adiante, as bênçãos espirituais são para todos os descendentes que creem a exemplo da fé dele.

Há um grande risco em transformar responsabilidades em privilégios. O privilégio é para ser desfrutado, uma vantagem pessoal, enquanto que a responsabilidade são atribuições que devem ser executadas com afinco e compromisso. O cristão que recebe as bênçãos de Deus é um privilegiado, mas tem, acima de tudo, uma grande responsabilidade de compartilhar essas bênçãos, a exemplo de Cristo e dos primeiros apóstolos, como o próprio Paulo.

Deus transforma a maldade humana em benção para o ser humano (Rm 3.3-8)

A perícope deste item é polêmica e pode ser mal interpretada, pois pessoas podem querer justificar suas mentiras e más intenções por um suposto bem para os outros. A intenção do apóstolo não é "liberar geral", como dizem os jovens, mas sim enfatizar a ação de Deus sobre a humanidade para salvaguardar a paz e o bem comum, independentemente da ação humana. Doutra forma, como ficaria a situação do mundo se tudo de mal que as pessoas fizessem tivessem suas consequências de forma plena?

Na realidade, os judeus, pela sua ingratidão e rebeldia, mereciam mais a ira de Deus do que os pagãos que não haviam tido a revelação de Deus:

> Ironicamente Paulo afirma que Israel teve uma função pedagógica para si próprio e para os não judeus. Visto que transgrediu a Lei, comportando-se como pagão; que fez da circuncisão um mero sinal na carne, favorecendo a hipocrisia; e visto que é até mais merecedor da ira de Deus do que os pagãos, a função dele é simplesmente ressaltar a fidelidade e a veracidade de Deus (BORTOLINI, 2013, P. 36).

Dessa forma, tudo o que aconteceu serviu como uma função didática para o bem tanto de judeus como de gentios. O AT fornece também outro exemplo que ajuda a compreender o conceito paulino. Trata-se do relato de José e de seus irmãos, filhos de Jacó. Quando José foi vendido como escravo para os egípcios pelos próprios irmãos, Deus o acompanhou e o transformou no segundo homem mais poderoso do Egito. No reencontro deste com seus irmãos, após a morte de seu pai, ele os tranquiliza, dizendo que o mal que intentaram contra ele, Deus havia transformado em bem (Gn 50.15-21). Faça o bem, pois Deus está no controle de tudo e de todos!

3. A Necessidade Universal de Salvação (Rm 3.9-20)

Precisamos caminhar lentamente junto com o apóstolo Paulo para perceber a paciência e o cuidado de um bom mestre com seus discípulos. Nos textos estudados até aqui, o apóstolo começa com a saudação, apresenta suas credenciais, elogia o que os membros da igreja de Roma tinham de positivo e incentiva-os a continuarem no Caminho. Ele demonstra seu carinho e a vontade de estar com eles. Testemunha o poder do evangelho em sua vida e a importância de perseverar nele, de fé em fé. Em seguida, ele começa apresentar a condição de indesculpabilidade dos gentios e judeus até chegar ao momento atual. Neste estágio do comentário do apóstolo, por meio de forte argumentação, ele demonstra que todas as pessoas, independentemente de raça, cor, gênero, classe social, entre outros, estão na mesma situação e necessitam da mesma solução para a justificação diante de Deus. Acompanhar esta evolução é importante para entender o que realmente o autor quer transmitir.

O apóstolo afirma que nem os gentios com seu conhecimento natural e racional, nem os judeus com a lei e a circuncisão foram justificados diante de Deus. Como o conceito judaico de mundo se divide entre judeus e gentios, o apóstolo apresenta a realidade de que TODOS são indesculpáveis e precisam de um meio alternativo para salvação. Para isso, ele primeiro reforçará o conceito de que tanto judeus como gentios eram indesculpáveis. Em seguida, demonstrará o estado pecaminoso do ser humano no sentido universal e esclarecerá que a lei era insuficiente para justificação e salvação de qualquer ser humano, apontando para Cristo.

A. A Alternativa para Salvação da Humanidade (Rm 3.9)

A filosofia humana não apresentou o caminho da salvação

"Pois quê?", o início do versículo demonstra que o apóstolo está dando continuidade a um assunto anterior: a indesculpabilidade dos gentios e judeus. Os gentios, influenciados pela filosofia grega, buscaram chegar ao conhecimento de Deus e da salvação por meio do raciocínio humano. Os filósofos trouxeram grandes contribuições tanto para a ciência como para a teologia, basta ver a influência destes nos pais da Igreja. Entretanto, a revelação divina está acima do raciocínio humano, que apenas consegue obter "lampejos" da revelação maior, que somente é possível por meio do Espírito Santo.

A filosofia levou muitas pessoas a acharem que o ser humano pudesse, por meio de sua competência intelectual, entender Deus e sua obra. Por exemplo: no século passado, um movimento que se sobressaiu foi o cientificismo, que, influenciado pelo avanço da tecnologia, entendia que poderia resolver o problema da humanidade.

No século XX, ocorreram muitas descobertas revolucionadoras (computadores, penicilina, transplante do coração, clonagem de mamíferos, estrutura do DNA, energia nuclear, exploração espacial, fibra ótica, laser, internet, avião, pílula anticoncepcional, radar, televisão, entre outras) que motivaram a sociedade a ponto de terem a esperança de que o desenvolvimento e o avanço tecnológico iriam resolver os problemas de uma forma geral. No entanto, a euforia foi diminuindo com o advento das duas grandes guerras mundiais. Sempre que há um maior desenvolvimento, aliado ao surgimento de tecnologias, também ocorre as maiores atrocidades humanas. Algumas pessoas acreditam que a resolução dos

problemas está na capacidade de criação de objetos e tecnologias, coisas objetivadas. Na realidade, a solução está no interior dos seres humanos, na sua subjetividade, desde que influenciadas pelo amor de Cristo.

A lei e a circuncisão não libertaram o povo judeu

Conforme visto anteriormente, os judeus se achavam superiores aos gentios por serem os receptores da lei. Eles mantinham sua identidade e exclusivismo por meio da circuncisão, um ritual obrigatório e que apenas aumentava mais a arrogância e hipocrisia dos judeus. Eles buscavam a Deus, mas de maneira equivocada. Os rituais e as práticas de purificação e pretensa santificação não foram suficientes para alcançarem a tão sonhada justificação diante de Deus. A religiosidade e o legalismo não salvam. Algumas pessoas buscam a religiosidade, a manutenção de uma aparência de pureza, espiritualidade e santidade, ou seja, uma vida hipócrita que não liberta ninguém. Infelizmente, esse comportamento nas igrejas tem se repetido e assustado alguns, que até propagam uma vida espiritual fora das instituições religiosas. A Bíblia recomenda que congreguemos juntos, que vivamos uma vida de amor e com objetivo comum, e não que tenhamos uma vida de religiosidade baseada no legalismo. A dificuldade judaica de entender a verdadeira mensagem do evangelho fica evidente ao lermos nos relatos dos evangelhos os inúmeros conflitos entre os principais líderes judaicos com os ensinamentos de Jesus.

Sentença igual para todas as pessoas

O apóstolo continua o versículo com uma pergunta interessante: "Somos nós mais excelentes?" Ele agora se dirige a Igreja de Cristo, formada por um único corpo e vários membros, colocando todas as pessoas "no mesmo barco" e debaixo da mesma sentença (Rm 1.20; 2.1). A pergunta chama todas as pessoas que se dizem discípulas de Cristo a refletir. Ele mesmo responde: "De maneira nenhuma!"

Os conflitos que surgiram entre os dois grupos da igreja romana, judeus e gentios, causaram dissensões e prejuízos para o bom andamento das atividades na igreja. De um lado, os judeus que se julgavam superiores e defendiam a necessidade de retorno aos rituais e costumes judaicos para a justificação. Do outro, os gentios que, mesmo sendo os últimos a receberem a revelação, aceitaram-na. Dentre eles, também existiam alguns que desprezavam os judeus por não entenderem a reve-

lação da salvação plena por meio de Cristo. Paulo coloca os dois grupos nos seus lugares, ou seja, de pecadores indesculpáveis e dependentes da graça de Deus, independentemente de nacionalidade.

O apóstolo vai desenvolvendo, cuidadosamente, uma abordagem para que os membros da igreja reconheçam sua condição de pecadores e dependentes da graça de Deus, por meio de Jesus. Salvos sim, porém precisando manter o "velho homem" sob controle. Os membros da igreja atual não são melhores ou piores do que os gentios e judeus da época de Paulo. Todas as pessoas estão na mesma condição, indesculpáveis diante de Deus e totalmente dependentes da graça dEle. Pessoas pecadoras justificadas por meio da fé em Cristo, um presente de Deus.

B. Paz com Deus (Rm 3.10-18)

Não há nenhum justo sequer (v. 10-12)

A partir deste verso, o autor faz vários recortes do AT, chamando, assim, a escritura judaica para testemunhar a culpa universal, tanto de judeu como dos gentios. Inicia citando Sl 14.1-3 para demonstrar que toda humanidade estava corrompida pelo pecado. Paulo não traz algo novo, mas busca do próprio texto sagrado para os judeus, em que se diziam mestres e conhecedores. Todavia, faltava a eles uma correta interpretação das escrituras. A interpretação continua sendo um problema, não somente para os judeus, mas também nas mais diversas denominações evangélicas que, por falta de uma dedicação ao estudo sistemático da Palavra de Deus, têm deturpado muitas verdades bíblicas.

O apóstolo indiretamente já havia afirmado a culpabilidade universal, mas aqui, embasado pelo AT, enfatiza que ninguém consegue ser justo por si mesmo, pois a natureza humana é má. Por isso, é preciso entender que ninguém é melhor do que o outro e que a alternativa para o bem-estar da humanidade é adotar uma posição de humildade e de misericórdia. O único que foi justo por mérito próprio foi Jesus, e ele não se considerou superior, nem desprezou as pessoas por isso. Pelo contrário, Cristo tratou as pessoas como iguais, incluindo os que eram considerados excluídos do seu convívio.

Postura de superioridade por se considerar espiritualmente menos falível, como os judeus, conduz à ruína. Jesus, em diversas ocasiões, criticou a hipocrisia dos mestres da lei e fariseus, e se colocou ao lado dos

excluídos da sociedade. Como discípulos de Jesus, devemos compreender que o evangelho são boas-novas de salvação, e não de hipocrisia e superioridade.

O ser humano sem Deus não consegue vencer o poder da carne (v. 13-16)

O autor prossegue citando Sl 5.10 e 140.4 para falar sobre o perigo da língua e das trapaças. O poder devastador da língua e a necessidade de controlá-la são abordados de forma graciosa por Tiago (Tg 3.1-12). Portanto, trata-se de uma leitura obrigatória para uma melhor compreensão sobre o que Paulo quer dizer sobre os males da língua. Tiago aconselha seus leitores para não se considerarem mestres e superiores, pois serão julgados com maior rigor. Destaca o fato de como um membro tão pequeno pode causar tantos males. Compara a língua como o leme que, mesmo tão pequeno, controla toda uma grande embarcação marítima. Afirma que a língua pode contaminar o ser humano como um todo e, assim como um fogo, pode incendiar todo o curso de sua vida. O ser humano que consegue domar os animais, as tecnologias, entre outras coisas, não consegue domar sua língua. O autor afirma que quem consegue, este é perfeito. Quem consegue dominar a língua e usá-la adequadamente tem o caminho aberto em sua frente em todos os sentidos. O apóstolo continua citando o Sl 10.7 e Is 59.7 para falar sobre a boca cheia de maldições e de amargor e os pés velozes para derramar sangue e causar ruína e desgraça. O ser humano sem Deus tem em seus lábios palavras de maldição e amargura, pois isso é o que domina seus corações. Por isso, o cuidado que se deve ter ao falar, em vez de amaldiçoar a boca deve ser usada para abençoar as pessoas. A mesma boca que adora a Deus pode amaldiçoar as pessoas (Tg 3.9-12). Tiago afirma que de uma mesma fonte não pode sair água doce e salgada.

Além da língua, Paulo cita outro membro do corpo, os pés, para demonstrar que o ser humano sem Deus tem a tendência de usar os pés para fazer o mal. Em uma linguagem figurada, ele afirma que os pés do ser humano têm pressa para derramar sangue e causar desgraça. Práticas de impiedade e injustiça, denúncia que o autor cita aqui e que perpassa toda a carta. Paulo demonstra que o ser humano não consegue, por si só, dominar sua língua, e nem o poder da carne.

A humanidade não alcança a paz, a não ser em Cristo (v. 17-18)

O autor faz referências ao AT (Is 59.8; Sl 36.2), destacando a busca sem sucesso da humanidade pela paz por não terem aprendido a temer a Deus. O livro de Provérbios tem como um dos temas centrais o temor do Senhor como o princípio de toda a sabedoria. Esta vida de sabedoria é possível somente com a fé de Cristo, aprendendo com o exemplo que Ele deixou. Não é servir a Deus por ter medo de ir para o Inferno, mas sim ter um conhecimento experiencial com Ele tão profundo, que o ser humano não se vê vivendo de outra forma, a não ser servindo a Ele.

Esta vida de paz é possível somente com a reconciliação com Deus por meio de Cristo. Como o apóstolo afirmara anteriormente, o ser humano sem Deus está na posição de inimigo de Deus. Como ter paz sendo inimigo do Deus soberano e criador? A Bíblia afirma que há somente um mediador entre Deus e os seres humanos, Jesus Cristo (At 4.12). O caminho da paz, que não significa uma vida sem conflitos, mas a paz apesar dos conflitos e aflições (Jo 16.33). Quando sou questionado: "tudo tranquilo?", eu costumo dizer: "tranquilo não, mas em paz. A tranquilidade não depende de mim, mas a paz sim". Apesar das turbulências da vida, mantenha sua fé e a paz com Deus!

C. Uma Solução Definitiva para o Pecado (Rm 3.19-20)

A lei tem a função de mostrar ao ser humano sua condição de pecador (v. 19)

Paulo afirma que a lei é para aqueles que estão debaixo da lei, mas não como uma vantagem, e sim como uma desvantagem. A lei não justifica ninguém, apenas serve para condenar. Fica evidenciado qual o propósito da carta até este momento, ou seja, demonstrar que toda a humanidade tem uma dívida pelo pecado, que é impagável. Fica claro que a função da lei não era justificar ninguém, mas tornar o pecador consciente de sua condição de pecador e merecedor da ira de Deus. Paulo estava dizendo aos judeus-cristãos que insistiam em buscar a justificação mediante a lei, que não era suficiente eles reconhecerem a divindade de Cristo e continuarem agarrados a lei, pois ela somente servia para demonstrar a condição de miséria do ser humano sem Deus. Dessa forma, a condição deles permanecia a mesma.

Esta afirmação de Paulo serve para calar os judeus que se vangloriavam por causa da lei. Eles se diziam superiores por terem recebido a lei e serem "zelosos" por ela; Paulo agora diz que a lei de nada serve do que demonstrar que são pecadores. A revelação do apóstolo é semelhante a uma pessoa que está bem enferma. Ela sabe que algo está errado, se sente mal e desconfia que algo pode resultar em sua morte. Então, ela vai ao médico e sai com uma relação de exames que, depois de realizados, apresentam, como resultado, a doença que a está afligindo. Os exames realizados com base em critérios previamente estabelecidos serviram apenas para nominar a doença que a estava matando e em qual estágio ela estava naquele determinado momento. Voltando para a carta, a lei exerce a mesma função dos exames, apresentando apenas um diagnóstico da situação do ser humano sem Deus, a sua doença, ou seja, o pecado. Até esse momento, não há cura. Há apenas a constatação da doença.

O ser humano não pode se justificar pelas suas próprias obras (v. 20a)

O apóstolo, então, apresenta o motivo da culpabilidade da humanidade citada anteriormente: "Por isso, nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei". O ser humano pode se vangloriar de suas obras perante as demais pessoas, mas perante Deus não encontrará justificativa, pois nem mesmo Abraão alcançou por méritos (Rm 4.1-3). Se houvesse um só ponto ou característica de ser humano que o pudesse justificar, existiriam outros caminhos para se alcançar a justificação além do caminho da morte e cruz apresentado por Jesus, e, certamente, os seres humanos escolheriam o caminho mais simples.

Os judeus fizeram várias interpretações das escrituras para exigir práticas com o intuito de se justificar diante de Deus. Por exemplo, chegaram ao cúmulo de questionar Jesus por ter curado no sábado. Colocavam a tradição de guardar o sábado acima do ser humano. Eles dedicavam várias horas de oração e jejum como forma de se santificar diante de Deus. Não há problema em orar e nem em fazer jejum, mas sim na intenção de se justificar ou granjear méritos divinos por esses atos. Essa era uma prática comum dos judeus e que, infelizmente, alguns cristãos evangélicos também têm praticado.

A busca de sacrifícios para compensar a infidelidade à aliança com Deus. Nas igrejas, existem pessoas que fazem a obra de Deus na base do sa-

crifício. Não por amor, mas para compensar pecados cometidos, geralmente ocultos. Não é assim que se alcança a misericórdia e o perdão de Deus.

A lei não liberta, mas serve de tutor para conduzir a Cristo (v. 20b)

O apóstolo conclui a perícope estudada apresentando a função da lei no plano de salvação para a humanidade. Uma vez que ele evidencia que a lei era insuficiente para salvar, qual era então a função da lei? O apóstolo deixa mais evidente a função quando escreve a epístola aos gálatas (Gl 3.23-25), na qual afirma que a lei serviu como aio para se chegar a Cristo. A palavra grega "aio" significa "uma pessoa que conduz uma criança", tutores responsáveis por proteger os filhos de seus senhores, educá-los, bem como corrigi-los. Portanto, o aio tinha uma função transitória, e não definitiva, pois, quando o filho chegava à sua maturidade, não tinha mais função a desenvolver. Dessa forma, a função da lei era dar consciência tanto a judeus como gentios de sua culpabilidade e conduzi-los a Cristo, a solução para o pecado da humanidade.

Voltando ao exemplo da pessoa enferma que foi utilizada no item anterior, ela foi ao médico e realizou alguns exames que apontaram uma determinada enfermidade. Os exames não tinham a função de curar, mas unicamente de identificar a causa da enfermidade. Esta mesma pessoa apresenta o resultado ao médico, que repassa uma receita com medicamentos para curar sua enfermidade. Da mesma forma, a lei não cura, apenas identifica a enfermidade do pecado e aponta para a necessidade da cura, possível apenas por meio da fé na obra vicária de Jesus.

A lei em si era insuficiente para a salvação, mas tinha sua função, que era a de conscientizar o ser humano de sua miserabilidade e a necessidade de alternativa para se salvar. Dessa forma, abre-se o caminho para apresentar a grande revelação da justiça de Deus para a humanidade, que é apresentada na carta, as boas novas da salvação para uma humanidade em pecado e que não têm como pagar sua dívida. Paulo está preparando o leitor para receber a doutrina da justificação pela fé.

4. A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ (RM 3.21-31)

A doutrina da justificação pela fé foi o grande fundamento teológico utilizado pelo Lutero na Reforma Protestante. Paulo vai esclarecer o que ele já havia indicado no primeiro capítulo (Rm 1.17). Para

nivelar os conhecimentos, de início será: a) apresentado os principais conceitos da doutrina da justificação pela fé; e b) ratificado a insuficiência da circuncisão e da lei para a justificação.

A. A Doutrina da Justificação pela Fé (Rm 3.21-26)

O que é a doutrina da justificação pela fé?

A doutrina da justificação é a forma fundamental e mais pessoal com que Paulo expressa a mensagem do agir de Deus para a salvação escatológica de Deus. Goppelt (2003, p. 379) afirma que a doutrina da justificação tem ocupado o centro das atenções da teologia neotestamentária. Ela é o cerne da teologia paulina, utilizada especialmente quando em confronto direto com o ensino judaico ou dos judeus-cristãos. Paulo contra argumenta, dizendo que basta ao ser humano ter fé na eficácia do sacrifício de Cristo na cruz para que o Senhor o declare justo.

Segundo Jeremias (2005, p. 72-3), a doutrina da justificação não pode ser entendida sem a antítese entre achar a graça de Deus pela fé e pelas obras meritórias do ser humano. Paulo utiliza essa antítese para combater o judaísmo e o cristianismo judaizante, que defendiam que o ser humano encontra a graça de Deus quando cumpre a vontade divina por meio da lei judaica. Quem procura estabelecer sua própria justiça, ou mistura a fé com as obras não alcança a justificação, que é alcançada apenas por aqueles que confiam na obra de Jesus para a justificação somente pela fé. Jeremias afirma que Deus concede sua misericórdia com base numa façanha, mas complementa que esta façanha não é do próprio ser humano, e sim de Cristo na Cruz, e que a mesma não é uma simples façanha, "mas a mão que apanha a obra de Cristo e a dirige para Deus. A fé diz: eis a façanha - O Cristo morreu por mim na cruz (Gl 2.20)".

MacArthur (2005, p.11) afirma que esta doutrina é a mais importante da teologia evangélica. Cita Lutero para defender que a doutrina da justificação é o princípio fundamental da reforma, que define se uma igreja está em pé ou caindo. A denominação que não preserva este princípio tende ao liberalismo e a apostasia da fé, ao desvio da doutrina bíblica central. O abandono desta doutrina era a base da apostasia de Israel (Rm 10.3). Alguns tendem a outro extre-

mo ao declarar que a obediência à lei moral de Deus é facultativa e, com isso, procuram mudar a graça de Deus em libertinagem. Os gálatas são chamados à atenção por Paulo por desprezar o sacrifício de Cristo e confundir a justificação com a santificação, confiando nas obras de justiça (Gl 1.6,9), o que Paulo chama de outro evangelho. Martinho Lutero, quando traduziu Rm 3.28, acrescentou "somente" para dar ênfase "[...] pela fé somente".

Do ponto de vista linguístico, Lutero tinha razão de traduzir assim por ser uma característica da língua semítica o fato da palavra "somente" e "só" ser omitida. A justificação pela fé é uma doutrina bíblica que acertadamente exclui a necessidade de obras meritórias para a salvação do ser humano, porém não abre possibilidade para o outro extremo, do antinomismo; mas a justificação produz outro processo, que é o da santificação.

O aspecto forense da doutrina da justificação pela fé

O termo forense está relacionado a assuntos do sistema e práticas judiciais como também com o falar em público, oriundas dos chamados "eventos forenses", que são conferências e debates formais promovidos por escolas e universidades. No que se refere à justificação pela fé, tem a ver com o conceito de declaração judicial e envolve não um tribunal comum, mas o supremo tribunal de Deus. Como poderia um pecador, um ser humano decaído e miserável, sobreviver diante do tribunal de um Deus absolutamente santo e justo, sendo que não possui nenhuma possibilidade de reparar seu erro? Não há alternativa, a não ser a justificação vinda do próprio Deus. Porém, fica um questionamento se o ser humano é declarado justo ou feito justo por meio da justificação divina. Esta controvérsia, a partir do advento da reforma, acompanha a história da igreja por meio da diferença de posicionamento dos protestantes e católicos.

Kümmel (2003, P. 247) afirma que não há dúvidas de que o verbo empregado por Paulo designa "declarar justo, justificar". Portanto, significa o agir salvífico de Deus, que declara justo e recria o ser humano pecador como novo ser humano, desde que a ação divina seja relacionada com Jesus e tendo a fé como condicional. O termo também tem sentido escatológico, apontando o que é necessário para o ser humano ser liberto do julgamento divino. A justiça é a an-

títese de condenação, e o verbo justificar é o oposto de condenação divina. Aquele que inicialmente estava condenado pela ira de Deus, tem com a justificação a sentença divina retirada como uma dádiva redentora de Deus, concedida pelo evangelho de Cristo a todo que crê. Hodge (1999, p. 24-8), em seu comentário sobre a Confissão de Fé de Westminster, afirma que a justificação é um ato judicial que declara justo aquele que aceita o sacrifício de Cristo e que atende às exigências da lei. Em favor deste, é lançado o crédito da justiça de "seu grande Representante e Fiador, Jesus Cristo". Portanto, trata-se de um ato declarativo de que a pessoa está de acordo com as exigências da lei, mas não significa que este ato a torna santa (Gl 2.16; 3.11). Justificação e santificação são apresentadas como graças distintas, porém inseparáveis. A justificação é um ato forense, pois Deus coloca o ser humano na relação correta consigo mesmo. Contudo, ela é condicional, ou seja, é válida enquanto se está a serviço da justiça.

Para Lutero, quem é justificado é "ao mesmo tempo justo e pecador". O pecador é judicialmente considerado justo por meio da imputação da justiça de Cristo, enquanto permanece ainda um pecador, porém justificado. A intenção não é afirmar que a pessoa não foi transformada e que não há um processo de santificação, mas que, uma vez justificada, imediatamente começa a produzir frutos oriundos da obediência. Contudo, a base da justificação continua sendo a justiça imputada de Cristo, e somente por esta justiça, que não é do ser humano, é que se pode ser declarado justo.

Para os reformadores, a única base da justificação é a justiça imputada de Cristo e não inerente do ser humano. Portanto, a imputação da justiça de Cristo para o pecador que crê é o cerne da justificação forense. A obra de Cristo satisfaz a necessidade da justiça de Deus pelo pecado da humanidade, pois anulou a sentença de morte. Dessa forma, conquistou o direito da justiça perfeita, que é atribuída a todo aquele que crê e aceita o sacrifício vicário de Cristo.

O fato de a justiça de Cristo ser a base da justificação acentua amplamente a graça de Deus. A graça tem como centro a cruz de Cristo, para onde tudo se converge e onde os justificados são perfeitamente reconciliados. No decorrer dos capítulos da carta, Paulo vai demonstrando a transformação da figura de Deus, ou seja, antes da justificação, Deus é como um juiz irado que mantém a condenação

da lei, mas após a justificação, Ele é um Deus que, em Cristo, inocenta e trata o pecador como filho.

Jesus e a doutrina da justificação pela fé

A doutrina da justificação pela fé está presente na mensagem propagada por Cristo, como pode ser percebida em diversas parábolas e, também, em seu próprio estilo de vida. Paulo apresenta uma maior compreensão da mensagem de Jesus do que qualquer outro autor do Novo Testamento. Um ensinamento tão crucial como a doutrina da justificação não poderia estar ausente nos ensinamentos do "Mestre dos mestres", Jesus.

Os conceitos da doutrina da justificação pela fé permeavam toda sua pregação do evangelho. Um dos exemplos clássicos é o relato do encontro de Jesus com o ladrão que estava ao seu lado na cruz. Por meio de sua fé em Cristo, aquele homem recebeu a promessa de que estaria com Ele no paraíso (Lc 23.43), sem exigir nenhum sacramento, obra ou ritual para que alcançasse a justificação. Outro exemplo é a parábola do fariseu e do publicano (Lc 18.9-14), que será analisada no próximo item.

B. A Insuficiência da Lei e Obras para a Justificação (Rm 3.27-31; Lc 18.9-14)

A justiça do ser humano é como trapo de imundícia (v.27-30)

A justiça inerente do ser humano é insuficiente para a justificação, considerada como trapo da imundícia (Is 64.6; Fp 3.8-9), sendo necessária uma justiça superior que esteja fora do ser humano e que lhe seja atribuída. Deus imputa a própria justiça de Cristo para a justificação forense. A essência da justificação é de que o ser humano é perdoado com justiça, mas a justiça alcançada por Cristo por sua perfeita obediência e o sacrifício de si mesmo, que é atribuída ao crente. Essa justificação traz como efeito o perdão, a paz com Deus e a certeza da salvação. As boas obras não são a base, mas a consequência da justificação.

A prática de boas obras não é considerada como causa, mas como consequência da justificação. Antes da justificação, Deus é um juiz irado que mantém a condenação da lei; mas após a justificação, Ele inocenta e trata o pecador como filho.

A parábola do fariseu e do publicano (Lc 18.9-14)

Os fariseus observavam os mais rigorosos padrões legalistas com jejuns, orações, esmolas e outros rituais que excediam a leis cerimoniais mosaicas. Jesus apresenta por meio da parábola algo que chocou seus ouvintes: colocar um cobrador de impostos, considerado traidor pelos judeus, em melhor posição quanto à justificação do que um fariseu. A lição de Jesus é clara.

O publicano reconhecia que sua dívida era muito alta e que não tinha condições de pagá-la, e a única coisa que poderia ele fazer era rogar pela misericórdia de Deus. Não recorreu a obras que havia realizado, nem ofereceu fazer nada. Ele simplesmente rogou a Deus que fizesse por ele o que ele próprio não podia fazer, somente baseado na fé e misericórdia divina. Por outro lado, o fariseu demonstrou arrogância, confiando que os jejuns realizados, dízimos e outras obras consideradas justas o tornariam aceito por Deus. Uma cobrança de retribuição. Porém, Jesus afirma que, dos dois, somente o publicano foi justificado.

A justificação pela fé e a santificação (v. 31)

O apóstolo tem o cuidado para não ser entendido como um libertino, sem regras e disciplina. A justificação pela fé não significa que, uma vez justificado, o crente pode fazer o que bem entender. É preciso tomar cuidado com algumas afirmações teológicas como: "uma vez salvo, salvo para sempre". A justificação, como já vimos, é imediata, instantânea. No entanto, uma vez justificado, o crente deve manter sua vida de comunhão com Deus e desenvolver a santificação, que é progressiva.

Alguns críticos da Bíblia afirmam que Paulo contradiz com Tiago, porque este assegura que a fé é comprovada pelas obras. Isto é um equívoco, pois eles tratam de momentos diferentes da salvação. Paulo fala da justificação, que é mediante a fé e acontece instantaneamente na conversão (ato estático), enquanto que Tiago fala da santificação, que vai sendo desenvolvida após a conversão (processo contínuo).

C. Como Explicar a Doutrina da Justificação pela Fé a um Judeu?

A Carta aos Romanos oferece um exemplo ordenado sequencialmente dos principais temas da teologia Paulina. No centro, está o tema

da justificação pela fé, que não era um assunto fácil de ser ingerido pelos judeus, pois contrariava o cerne da doutrina judaica. Nos capítulos anteriores, o apóstolo Paulo inicia com a defesa de seu apostolado, dando ênfase ao valor do evangelho, semelhantemente ao que faz em outras cartas, como a enviada aos Gálatas, incluindo o assunto principal de toda a Carta: a justificação pela fé. No segundo capítulo, apresenta a condenação de toda humanidade desde os tempos da criação, por sua ingratidão com o Supremo Criador em relação à sua excelente obra, além de registrar os atos pecaminosos que todos estão sujeitos a cometer. Os judeus e alguns judeus-cristãos, baseados na tradição judaica, se vestiam de uma santidade externa para esconder a impiedade interior. Porém, o apóstolo os convida a colocar suas obras diante do tribunal de Deus. Em seguida, coloca os judeus e os gentios em separado diante do tribunal divino, ou seja, os gentios que desconheciam as escrituras não eram escusáveis, pois tinham a consciência como parâmetro; e os judeus, sendo conhecedores, deviam ser julgados pela própria escritura.

Paulo afirma que o pacto divino dava privilégios aos judeus, porém pela misericórdia de Deus, e não por mérito deles. Entretanto, ele prova, a partir da autoridade das escrituras, que tanto judeus e gentios são todos pecadores, e ainda apresenta a justificação como exclusiva pela fé e que, diante desta afirmação, perante Deus, tanto judeus como gentios estão em pé de igualdade. Como poderia um judeu com a crença milenar de que pertencia ao povo escolhido diretamente por Deus e com direito exclusivo de justificação aceitar a doutrina da justificação pela fé?

Paulo precisava buscar no AT um exemplo para demonstrar que a doutrina da justificação que ele ensinava não era nenhuma novidade, mas estava presente na mesma escritura que era venerada pelos judeus. Além disso, reforçar aos gentios o privilégio que eles haviam alcançado por meio da fé em Jesus. Paulo encontra em Abraão a figura mais adequada para demonstrar que a justificação pela fé é o único meio da salvação, tanto na antiga aliança (Antigo Testamento) como na nova aliança (Novo Testamento).

O apóstolo Paulo coloca Abraão acima de todas as figuras dominantes para o povo judeu e dedica todo o capítulo quatro da carta para falar sobre como ele serve de modelo para a explicação didática da justificação pela fé por meio da observação do seu modelo de fé e obediência (KASEMANN, 2003, P. 131). Abraão é apresentado como superior

ao próprio rei Davi, figura do Rei-Messias, que é de muito respeito entre o povo judeu e é utilizado para atender a norma rabínica que exige duas testemunhas para qualquer questão controvertida, que, no caso, foi a explicação cristã para Gn 15.6 (NVI) "Abraão creu no SENHOR, e isso lhe foi creditado como justiça", porém Abraão ocupa a função da testemunha principal. O apóstolo se concentra em Gn 15.6, citando 3 vezes, no capítulo quatro, um texto-chave que conecta firmemente "fé" e "justiça", que são conceitos centrais da doutrina da justificação pela fé. Paulo não poderia utilizar outro exemplo para combater a doutrina da justificação pelas obras, pois Abraão era considerado para o judaísmo como paradigma original de virtude.

D. Utilização e Limitação de Figuras

Gusso (1998, p. 41-2) alerta do perigo de não conhecer as diferenças entre a grande quantidade de tipos literários na realização da interpretação de um texto bíblico. A interpretação deve ter como objetivo principal chegar à realidade mais próxima possível do que o autor quis dizer. Enfatiza que, apesar dos tipos serem diferentes, não existe diferença de valor, ou seja, os tipos literários têm o mesmo valor como palavra de Deus. Alguns intérpretes têm atitudes extremadas ao analisar todas as partes da escritura do mesmo modo. Ainda que sejam boas, as intenções podem prejudicar, e muito, a interpretação do texto. Gusso (1998, p. 53-60) utiliza o texto de Lc 19.40 para demonstrar que há uma "tendência de se pensar que aquilo que é figurado também é uma alegoria". Afirma também que o texto citado geralmente é utilizado como uma alegoria para a evangelização, mas que a intenção do texto é demonstrar que era "impossível" fazer os discípulos se calarem depois de presenciarem os milagres realizados por Jesus, assim como fazer as pedras clamarem. Portanto, além de conhecer e identificar corretamente os tipos literários, também é necessário respeitar as suas limitações. Berkhof (2004, p. 66-7) afirma que é de suma importância ter o conceito claro das "coisas" nas quais as figuras estão baseadas, devendo essas coisas serem entendidas para que se tenha uma interpretação segura das figuras derivadas dela, e que o objetivo do intérprete é descobrir a ideia principal, sem dar ênfase demasiada nos detalhes; mesmo que sejam encontrados mais

pontos de correspondência, deve se limitar aos pretendidos pelo autor (BERKHOF, 2004, P. 66-7). Diante disso, será analisado nós próximos capítulos o motivo pelo qual o apóstolo Paulo escolheu a figura de Abraão para explicar que a justificação não se dá por meio de obras ou rituais religiosos, como também não é exclusiva para uma nação. Também será provado que a justificação pela fé não é uma novidade paulina, pois estava presente também na escritura aceita e ensinada pelos judeus, não deixando, dessa forma, meios para que os judeus-cristãos pudessem exigir o cumprimento da lei como requisito necessário de salvação para a comunidade cristã em Roma e em nenhum outro lugar do mundo.

Portanto, deve ser observada a limitação da figura, ou seja, que a figura de Abraão não pode ser usada como um modelo ideal que responda a todas as definições da doutrina da justificação pela fé, mas somente naqueles pontos em que o autor quis evidenciar. Para demonstrar aos judeus a validade da doutrina da justificação pela fé, Paulo não poderia enfocar somente o seu momento presente, mas também apresentar sua profundidade histórico-salvífica. Ele recorre ao exemplo de Abraão, não como faz o autor de Hebreus, que usa seu exemplo, dentre muitos outros, de forma aleatória, mas como um exemplo impossível de se repetir (POHL, 1999, P. 79). Dentre as principais razões, duas se destacam: a) Abraão era o primeiro pai da nação israelita, o favorecido pela recepção da aliança e das promessas de Deus; b) Abraão era considerado pelos rabinos judaicos como a síntese da justiça e amigo especial de Deus, razões suficientes para os judeus considerarem que ele havia sido justificado pelas suas obras. Os rabinos citavam as escrituras para argumentar que Deus prometera abençoar Abraão pela sua obediência, sem observar que a promessa havia sido dada após a sua justificação, antítese bem explorada pelo apóstolo no capítulo 4 de Romanos.

Portanto, Abraão era o único que possuía todas as características que o credenciava para ser o modelo ideal a ser usado pelo apóstolo Paulo, a fim de explicar que o ser humano é justificado somente por meio da fé em Cristo e na sua Ressurreição.

Capítulo 3

Abraão, o Exemplo Didático da Justificação pela Fé (Rm 4)

1. A Justificação de Abraão não Foi por Méritos, mas sim um Presente (Rm 4.1-8)

A. A Justificação de Abraão não Foi por Obras Meritórias (v. 1-3)

O apóstolo demonstra, por meio da escritura do AT, a doutrina da justificação pela fé, pois não há dúvida de que a principal intenção é a antítese entre a justificação pelas obras e a justificação pela fé. Uma das grandes características do apóstolo Paulo é a convicção pela sua fé, pois não evita o campo escolhido pelos seus adversários, pelo contrário, utiliza-o para fundamentar sua teologia. Mesmo reconhecendo a importância das obras, ele defende que Abraão não foi justificado por elas, mas, sim, por sua obediência adquirida por meio da fé na palavra de Deus.

O ser humano pode até se gloriar de suas obras perante os homens, mas perante Deus não encontrará justificativa, pois nem mesmo Abraão alcançou por méritos próprios. Apesar de a história proclamar a fama de Abraão como homem de caráter, herói e personalidade brilhante, caso ele fosse justificado por estas qualidades, a justiça de Deus seria semelhante à justiça humana. A justificação de Abraão foi efetiva quando demonstrada pela sua confiança na promessa de Deus, constatada por meio de suas atitudes, assim como os crentes em Cristo devem demonstrar por meio de uma vida cristã sadia e transformada. Foi o arrependimento sincero de seu coração penitente (Rm 2.4), a obra conforme for aceita e "paga" por Deus (Rm 2.6) e a circuncisão do coração (Rm 2.29) que permitiu Abraão "gloriar-se perante Deus".

Calvino (2001, p. 146-7) argumenta que Paulo refreia os judeus que se gloriavam por serem filhos de Abraão, uma vez que demonstra a justificação gratuita de Abraão, a partir do questionamento: "O que Abraão obteve segundo a carne?". Segundo ele, Paulo tinha o intuito de conceder aos judeus um laço de união mais estreito, a fim de exortá-los a não se afastarem do exemplo de seu antepassado, o pai Abraão. Käsemann (2003, p. 138) afirma que não podemos entender a fé como obra nossa, mas, sim, como obra do Criador, mediante a sua palavra. Diante disso, Paulo utiliza a citação de Gênesis 15.6 em Romanos, para anunciar a justificação do ímpio por meio do exemplo de Abraão, dando assim à sua teologia a mais forte capacidade de ataque. Esta era a principal base da argumentação de Paulo, o fato de que a fé de Abraão estava em primeiro plano.

Segundo Calvino (2001, p. 152), "somente aqueles que têm consciência de que, por natureza, são ímpios é que alcançarão a justiça [procedente] da fé". A citação de Gênesis 15.6 é utilizada por fazer parte da escritura hebraica, totalmente aceita pelos judeus, para demonstrar que Abraão foi justificado por reconhecer sua própria miséria e por ter clamado pela misericórdia de Deus, e não por qualquer obra efetuada. Com isso, garante que a justiça pela fé é o referencial para todo pecador destituído de obras. Segundo Pohl (1999, p. 80), o sentido literal do texto citado de Gênesis é de que a "fé em Abraão não era praticar com fé as prescrições, mas submeter-se sem reservas à promessa de Deus".

O texto hebraico de Gênesis 15.6 é semelhante ao do Salmo 106.31: "Isso lhe foi imputado por justiça, de geração em geração, para sempre" que se refere ao zelo de Fineias pelo Senhor. A justificação dos dois, Abraão e Fineias, é similar; porém, a de Fineias era no sentido ético e religioso, enquanto que a de Abraão era de natureza bem diversa. Este foi o motivo pelo qual Paulo não utilizou o Salmo 106.31, pois seria uma contradição inerente, a justificação por meio de um ato justo e de zelo, excluindo, assim, o ímpio sem obras. Gênesis trata da justificação, enquanto que o Salmo 106.31 trata das boas obras que são fruto da fé.

Calvino também utiliza o texto do Salmo 106 para defender a aparente contradição da afirmação de justificação da ação de Fineias, o sacerdote do Senhor, que vingou o opróbrio de Israel ao castigar um adúltero e uma meretriz com o argumento paulino da justificação de Abraão, concluindo que um só vem complementar o outro.

> [...] Como, pois, pode tal vingança por ele infligida ser-lhe imputada para justiça? Era-lhe necessário que antes fosse justificado pela graça de Deus, pois aqueles que já se acham vestidos com a justiça de Cristo têm a Deus, não só em favor deles mesmos, mas também em favor de suas obras. As manchas e defeitos dessas obras são cobertos pela pureza de Cristo, a fim de que não se apresentem para juízo; e, se não são encontradas com alguma mancha, são por isso consideradas justas. É plenamente evidente que, sem tais abstenções, nenhuma obra humana poderia agradar a Deus. Mas se a justiça [procedente] da fé é a única razão por que nossas obras são consideradas justas, quão absurdo é o argumento daqueles que dizem que a justiça não é tão-só pela fé, visto que ela é atribuída às obras (CALVINO, 2001, P. 154).

Barth (2003, P. 191) qualifica Abraão de ímpio igual aos demais seres humanos: "com sua retidão humana e sua falta de retidão perante Deus, Abraão é apenas 'ímpio' (1.18); apenas pode enquadrar-se como toda a humanidade, em o NÃO divino". A única base de sua justiça consiste em esperar todas as coisas como provindas de Deus. O autor de Gênesis teve a intenção de destacar o caráter que Abraão possuía diante de Deus, e não o que as pessoas pensavam dele. A questão não é o que os seres humanos inerentemente são, e sim como Deus os considera, pois, quando se busca a razão do amor de Deus para com o ser humano e do fato de ser justificado por Ele, Cristo deve ser contemplado como aquEle que nos veste com sua própria justiça.

Paulo descarta qualquer possibilidade de o ser humano se gloriar diante de Deus e, semelhantemente à prática de Jesus, ele usou da autoridade da escritura para esta afirmação. A justificação é possível somente se vier de Deus. A certeza de Abraão de que Deus se dirige às coisas que não são como se já fossem é o grande milagre da justificação pela fé.

B. A Justificação de Abraão Foi um Presente Divino (v. 4-8)

Os versículos 4 e 5 são uma continuação do pensamento expresso no versículo 2, ou seja, há uma antítese entre a recompensa resultante de obras e o método da graça. Para enfatizar esta afirmação, Abraão é

contado entre as pessoas sem Deus. Pohl (1999, p. 80) defende a ideia de que a intenção é apontar para a descendência gentílica do patriarca, desafiando, assim, e de forma corajosa, a interpretação tradicional judaica. Estes versículos não intencionam tratar da vida de pessoas que vivem na prática de boas obras, que é um dever de todo servo de Deus, mas se refere a uma figura para simbolizar a salvação, ou seja: Deus não comunica justiça como dívida, mas a concede gratuitamente, como dádiva.

Paulo, então, passa a trabalhar com o significado de "creditar". Existem duas formas que são incompatíveis para se creditar algo em conta de alguém: como salário que é um crédito por direito, dívida ou obrigação a receber; ou como presente que se aplica no contexto da justificação, que é recebido sem o mínimo direito de pagamento.

Segundo Barth (2003, p. 188), trata-se de uma ação divina inteiramente livre, desvinculada do ser humano e originária da vontade soberana, real e poderosa de Deus. Se Deus for retribuir por obras realizadas pelo ser humano, já não será mais o "Deus Criador, Senhor e Redentor, que pratica a misericórdia e atribui justiça", mas um Deus pagador de dívidas, semelhante a um contratante ou empreiteiro. Murray (2003, p. 159-60) afirma que "a antítese não é simplesmente entre o trabalhador e a pessoa que não trabalha, e sim entre o trabalhador e a pessoa que não trabalha, mas crê". Não se trata apenas de crer, mas crer com uma específica qualidade de direção – crer "naquele que justifica o ímpio". Esta afirmação mostra a magnitude e a abrangência da graça de Deus para com o pecador.

Barth (2003, p. 192) afirma que não há mérito algum sem Cristo e sua ressurreição e, se Abraão tivesse que se gloriar, teria de ser no sangue de Jesus. Ele argumenta que, se Abraão pudesse se gloriar como ser humano, seria unicamente do privilégio de ser na história da redenção "o primeiro marco que aponta a Jesus. É a primeira confirmação clara, precisa, definida, do 'pequeno evangelho' a boa nova contida na declaração que Deus fez à antiga serpente: A semente da mulher ferirá a tua cabeça – (ver Gn 3.15)". Barth se precipita ao fazer a afirmação anterior, como se Abraão conhecesse a Jesus, pois o próprio apóstolo Paulo, no capítulo 4, somente faz referência a Jesus nos versículos finais.

O fato como Deus concede seu favor ao homem e a mulher é contrário a toda forma de pensar do ser humano. Jeremias (2005, p.74) afirma que "isto salta aos olhos, se consideramos quem é justificado, ou seja, o ímpio (Rm 4.5). Aquele que não trabalha, mas confia em Deus, que justi-

fica o ímpio, sua fé lhe é creditada como justiça". A salvação de Deus lhe é concedida a título gracioso (Rm 4.4; 5.17), como um dom gratuito (Rm 3.24). A graça de Deus, diferentemente do que era propagado pela lei judaica, aceita gentios e pecadores. Portanto, Abraão foi justificado, não porque tinha crédito com Deus, mas porque a fé demonstrada de que Deus pode justificar o ímpio foi suficiente para alcançar a graça do Senhor.

O apóstolo utiliza mais uma citação do AT nos versículos 6 a 8 para reforçar a afirmação de que a justificação pela fé já estava inserida na antiga aliança. Muda de Abraão para Davi, de Gênesis 15.6 (NVI) "Abraão creu no SENHOR, e isso lhe foi creditado como justiça" – para Salmo 32.1-2 (NVI) "Como é feliz aquele que tem suas transgressões perdoadas e seus pecados apagados! Como é feliz aquele a quem o SENHOR não atribui culpa e em quem não há hipocrisia!", demonstrando que há uma concordância fundamental entre os dois.

Davi era considerado pelos judeus digno de nota pelas suas obras. Calvino (2001, p. 152), entretanto, afirma que Davi também confiava na graça de Deus para sua justificação. A justiça proveniente da fé é gratuita e independe de obras, pois Deus justifica os seres humanos em razão de não lhes imputar seus pecados, diferentemente da crença dos judeus que, para obter a justiça divina por meio do perdão dos pecados, deve ser mediante as obras.

O rei Davi está falando de sua própria experiência quando fora cobrado pela sua consciência. Um homem que havia servido a Deus por longos anos se vê de repente na mesma posição daqueles que desobedecem ao Senhor e são colocados diante do tribunal de Deus, declarando que não há outro caminho para a bem-aventurança, a não ser a busca da graça de Deus para que não sejam imputados os pecados. Este exemplo demonstra que Davi recebeu gratuitamente o perdão e foi declarado "sem culpa" diante do tribunal de Deus. O que contou não foi o que havia feito, mas, sim, o reconhecimento de sua situação diante de Deus e o arrependimento, mediante a fé na misericórdia de Deus.

Parece contraditória a afirmação já citada de que Abraão é um protótipo da justificação do ímpio, mas Käsemann (2003, p. 140) argumenta que, pelos critérios do mundo judaico e grego, em hipótese alguma Abraão poderia ser considerado justo. Aliado a isso, cita o Salmo 32.1-2 para demonstrar que "o perdão é concedido necessariamente

somente àquele que não é piedoso no sentido usual, da justiça das obras, isto é, que é sem Deus. Por outro lado, a divindade de Deus se manifesta no fato de Ele agir perdoando, isto é, de voltar-se para o ímpio".

Na justificação de Abraão, as obras de justiça não foram consideradas. Este princípio é válido também para o ímpio, a exemplo do publicano da parábola de Lc 18.9ss, que foi justificado, não por confiança em si mesmo, mas por confiar na graça de Deus. Parece contraditória esta afirmação de que Deus justifica o ímpio quando confrontada com textos do AT, que afirmam que a absolvição do culpado é denunciada como ato de juízes injustos. Entretanto, a resposta se encontra em Rm 5.6 (NVI) "De fato, no devido tempo, quando ainda éramos fracos, Cristo morreu pelos ímpios".

O que Davi define como não imputação e perdão de pecados, Paulo interpreta como imputação de justiça. A partir da citação da afirmação de Davi, o apóstolo considera a justificação como correlativa à remissão de pecados. A pessoa bem-aventurada não é aquela que tem as obras lançadas em sua conta, mas a que não tem os pecados cometidos lançados em sua conta. Não podemos definir toda a natureza da justificação na remissão de pecados, mas a justificação também inclui a remissão de pecados. A remissão não define a justificação, porém esta envolve a remissão. A bem-aventurança não é a recompensa proveniente de obras, mas, sim, a graça mediante a fé.

Stott (2000, p. 148) utiliza o exemplo de Davi para referenciar a disputa do século XVI entre católicos e reformadores, se Deus "infunde" (defesa da Igreja Católica) ou "imputa" (defesa dos reformadores) justiça. Ele afirma que os reformadores tinham razão em afirmar que a justificação pela fé é um ato declarativo, e não que torna o pecador justo. Este se torna justo somente com o processo da santificação.

Segundo Barth (2003, p. 195-6), o ser humano considerado bem-aventurado pelo salmista é "aquele que nada é e que, no seu constante morrer, se renova de dia a dia". Ele é beneficiado pela imputação da justiça divina, e não pela imputação das transgressões cometidas. Trata-se de uma experiência pessoal do salmista, a saber, o evento do assassinato de Urias. O reconhecimento do erro, o pedido de perdão por Davi, sem tentativa de justificar-se pelos atos da vida pregressa e o sentimento de alívio e felicidade ao perceber o perdão de Deus.

C. A Justificação de Abraão não Foi por meio da Circuncisão, nem da Lei (Rm 4.9-16)

A justificação de Abraão não foi por meio de ritual externo (vv. 9-12)

Paulo introduz o versículo 9 com uma nova pergunta: a bem-aventurança da justificação era somente para os circuncidados, ou também se aplicava aos incircuncisos? Ele mesmo responde que Abraão fora justificado (Gn 15) antes de ser circuncidado (Gn 17) para argumentar contra o ensinamento dos rabinos de que era necessário se circuncidar para depois alcançar a justificação. Segundo Stott (2000, p. 148), o período que separava os dois eventos (justificação e circuncisão de Abraão) era de, pelo menos, 14 anos, enquanto que a tradição rabínica defende ser de 29 anos. O importante é que a justificação ocorre antes da circuncisão, demonstrando que a segunda não é requisito para a primeira. Paulo procura demonstrar nos versículos 9 a 12 que Deus vai tratar os incircuncisos da mesma forma que os circuncisos. O exemplo da justificação de Abraão demonstra que a circuncisão serviu apenas como um sinal externo do estado de justo como dom de Deus. A circuncisão não lhe acrescentou nada. Paulo não considera a circuncisão como um mero rito secular ou sinal de identidade racial, mas que sua importância procedia de sua relação com a fé e com a justiça da fé, ou seja, simbolizou e selou a fé que Abraão possuía.

A comunidade judaica baseava-se em rituais como meio de justificação diante de Deus. Segundo a doutrina rabínica, no juízo final, Deus perdoará apenas os circuncidados, e esse ensinamento paulino traria uma grande dificuldade para os leitores do apóstolo. Por isso, ele pacientemente inicia uma nova fase de explicações. Os hipócritas que se gloriam de obras também disfarçam por meio de sinais externos. No caso dos judeus, a circuncisão era um deles, o qual simbolicamente iniciava o povo judeu na obediência à religião judaica e a Deus. A circuncisão era motivo de orgulho judaico por ser considerada base da justiça procedente da lei e, por isso, consideravam-se superiores aos demais povos. Um dos argumentos mais fortes utilizados pela Carta aos Romanos da paternidade de Abraão de todos aqueles que creem e da justificação pela fé, encontra-se nos versículos 9 a 12. O período em que Abraão foi declarado justo pela sua fé na palavra de Deus, conforme descrito em Gênesis 15.6, correspondia a uma época bem anterior à sua circunci-

são, ritual este muito defendido pelo judaísmo como requisito essencial para a salvação do ser humano. Se a justiça de Abraão consiste na remissão de pecados e foi efetuada antes da circuncisão, então a remissão não pode ser obtida por méritos antecipados, ou seja, a causa sempre precede o efeito. Logo, deixa irrefutável a afirmação de que a circuncisão não era requisito para a justificação de Abraão, mas somente um sinal de legitimação da justificação já efetuada. O argumento paulino destrói o que era considerado como um grande argumento dos judeus: "(...) são postos por terra os privilégios reivindicados por Israel. A justiça de Deus não se limita ao âmbito da circuncisão, no qual, o próprio Abraão já entrou justificado" (KÄSEMANN, 2003, P. 141). Para o desespero dos judaizantes, Paulo afirma que a verdadeira circuncisão é aquela que se dá no coração, independentemente de ritual externo. Se a fé e a justificação de Abraão ocorrem antes da circuncisão, ele também é o pai dos gentios que creem, independentemente de circuncisão. Porém, não exclui os judeus quando afirma que, se a circuncisão é um sinal da justificação de Abraão, ele também é pai dos judeus circuncisos, os quais tiveram a mesma fé dele e receberam a circuncisão como um sinal, e não como requisito para a justificação. Segundo Barth (2003, p. 200), nenhum rito ou qualquer forma de religiosidade, ou mesmo pertencer a uma religião é o fato preponderante para Deus, mas sim a fé e os frutos oriundos dela:

> O vocacionamento dos homens por Deus precede aos contrastes [das situações humanas], entre a circuncisão e incircuncisão, a religiosidade e a irreligiosidade, entre o pertencer e o não pertencer a uma Igreja, e essa precedência se verifica, não raro, até cronologicamente. [Deus Chama o homem independente, e mesmo antes, de ele haver cumprido ou se submetido às formalidades religiosas (batismo, profissão de fé, etc.)]. A fé que encontramos em Abraão [e que lhe foi imputada por justiça] ainda não é religião nem fenômeno histórico espiritual da crença [ou da conversão]. A fé é o fator inicial [e a condição preparatória, preliminar] das manifestações [exteriores que tornam públicos os frutos da fé]; ela é a origem comum de todos eles, porém não é nem religiosa nem irreligiosa; nem santa, nem profana, contudo é sempre ambas essas coisas, têm as duas posições, simultaneamente.

A justificação de Abraão se deu pelo que é invisível. Sua fé, que emana de Deus, nada tem a ver com o que procede do mundo ou que nele se faz, nem com a religião. Somente a fé é imputada por justiça. Barth (2003, p. 201), porém, não exclui a igreja da vida do cristão, mas afirma que é, ou deve ser um sinal de testemunho da graça de Deus. Caso isso não ocorra, perderá o seu objetivo. Ele descreve a igreja e a religião como "sinetes e símbolos" que apontam para a efetivação do pacto entre Deus e os seres humanos.

O exemplo de Abraão, uma vez que não foi justificado por obras meritórias, nem por rituais externos, faz dele o protótipo da fé do verdadeiro cristianismo, uma fé que não é baseada em ritualismo e religiosidade, sendo ele, portanto, pai de todos os crentes, circuncidados ou não. Estes versículos demonstram que a justificação de Abraão foi unicamente pela fé e que o mundo religioso é transitório, temporal e finito. Isso faz o cristão atual refletir se não está incorrendo no mesmo erro dos judeus que Paulo advertiu, colocando a religião e os dogmas aprendidos acima da própria justificação e salvação.

A justificação de Abraão não foi por meio da lei (vv.13-16)

O interesse fundamental nesta perícope é o mesmo da anterior; porém, entra em cena um novo elemento no versículo 13, a antítese entre a lei e a promessa. A lei mosaica, estabelecida 430 anos depois da promessa, não a anulou ou suspendeu, continuando válida e em pleno vigor.

Abraão ocupa um lugar de evidência na história da salvação, superior a Adão e ao próprio profeta Moisés, representante da lei e da antiga aliança, quando é apontado como anterior à lei e como, pela promessa, aponta para a nova aliança. Novamente, o ensino apostólico entra em conflito com a doutrina de redenção sinagogal judaica quando cita "pela fé, sem lei". Esta frase não pode ser compreendida num contexto judaico, pois, para eles, o cumprimento concreto da lei constitui o ser humano justo diante de Deus. O cumprimento da lei, segundo o ensinamento judaico, garante ao judeu um tesouro para a absolvição no dia do julgamento. Segundo essa crença, a posse da lei é exclusiva dos israelitas e única garantia da justificação, um privilégio exclusivo daquela nação.

Os judeus não conheciam outra forma de salvação, a não ser pela lei, sendo este o cerne da doutrina judaica. Paulo não nega o privilégio especial dos judeus por serem receptores da dádiva da lei (Rm 9.4), mas

demonstra a ineficiência absoluta da lei como meio de salvação que serve apenas como sombra para a eficácia redentora da morte e ressurreição de Cristo. Ninguém melhor do que Paulo para testemunhar esta superioridade de Cristo, pois, anteriormente, ele também havia atribuído o mais alto valor às obras da lei; mas, na ocasião da conversão, um fardo pesado caiu de seus ombros. A justificação pela fé não limita a salvação a um determinado grupo de pessoas com tradições legais exclusivistas, mas trata com o mundo todo, e não somente para pessoas piedosas, ampliando o conceito que era disseminado pela tradição rabínica. A justificação de Abraão não serviu para um fim em si próprio, mas apontava para frente, o futuro longínquo, independentemente do estabelecimento da lei.

Os judeus se apropriaram da lei e colocaram sua confiança absoluta nela, em vez de apoiarem-se em Deus; orgulhavam-se por possuírem a lei como povo de Deus, servindo de empecilho para alcançar o verdadeiro objetivo da lei. O zelo demasiado fazia com que eles confiassem em suas próprias obras e impedia que eles alcançassem a justificação para qual a lei aponta. Paulo precisava reverter essa visão em prol do seu argumento em relação à justificação pela fé. Por isso, questiona como seria se a promessa feita ao patriarca dependesse do cumprimento de prescrições legais. O apóstolo afirma que seria anulada a fé e a promessa cancelada, e o que seria evidenciado, seria de que o ser humano estaria entregue à culpa por causa do pecado. A promessa só pode ser eficaz se for baseada incondicionalmente na ordem da graça, por meio da fé. A lei produz a ira quando violada e não conhece a graça, enquanto que a promessa é a garantia da outorga da graça. Portanto, a promessa não foi por intermédio da lei.A ênfase exclusiva na fé contrastada com as obras da fé tem um significado negativo à medida que a justificação é baseada naquilo que o ser humano é ou realiza. Mas o apóstolo demonstra que o ser humano é justificado com base no que não possui, porém pode receber por meio da fé. Para Moody (2001, p. 22), a escolha do legalismo como base para conquistar a herança do mundo e agradar a Deus "significa abandonar a fé e a promessa que nela se baseia". Pohl (1999, p. 84) reforça que a graça de Deus é dada sem lei e uma experiência caracterizada pela alegria que causa: "pois, para recebê-la, não existe, por parte do receptor, nem pressuposto, nem preparo, nem expectativa. Ela sobrevém como presente puro. Ela jorra surpreendentemente do mundo de Deus sobre nós, como criação do alto (v 17)". Não é a Lei de Moisés o fundamento para interpretar a justificação de Abraão, o que tornaria

Deus exclusivo para a nação israelita, contrariando, assim, a promessa de que em Abraão seriam benditas todas as nações da terra (Gn 12.3). O apóstolo contesta a doutrina do judaísmo que afirmava ser Abraão o pai de todos os judeus e prosélitos, além de inverter seu sentido ao afirmar ter Abraão se tornado participante da aliança de Deus antes da lei, sendo, portanto, o pai de todos os que creem, independentemente da lei. Não se quer dizer com isso que Paulo havia rompido com os apóstolos judeus-cristãos. Mesmo não havendo consenso pleno, jamais rompeu com eles. O evangelho de Cristo, para eles, era mais importante do que "questões particulares de soteriologia e ética". Porém, Paulo entendeu que o chamado de Deus para sua vida era, em especial, aos gentios, conhecidos como "os sem lei", mas justificados por meio de Cristo Jesus. Moody (2001, p. 22) argumenta bem ao dizer que a promessa é baseada na fé para que seja entendido que ela é dada como um favor, e não como uma retribuição de algo que Abraão tenha feito, além de ser para toda sua descendência e sem exigência, a não ser a mesma fé exemplar de Abraão.

Paulo faz uma releitura dos textos do AT e, ao contrário do que se propagava, apresenta argumentos para a renúncia a todas as possibilidades humanas de justificação e a busca da intervenção redentora de Deus (RIDDERBOS, 2004, P. 193). Fica claro que a justificação de Abraão não tinha nada a ver com a lei e que Deus justifica tanto judeus como gentios sobre a mesma base: a fé. Isso, independentemente da obediência à lei, pois a promessa não se restringe aos que são "da lei".

O conteúdo histórico-redentor da doutrina de Paulo demonstra que a única base para a justificação é a morte e ressurreição de Cristo, sendo que Jesus é o fim da lei para justificação de todo aquele que crê (Rm 10.4). Com isso, é possível compreender nossa insuficiência, culpa e dependência da graça de Deus. Os judeus deveriam ter deixado de procurar estabelecer a sua própria justiça pela prática da lei porque por ela ninguém será justificado, visto que todos, judeus e gentios, estão debaixo do pecado. Antes, eles deveriam ter se submetido à justiça de Deus crendo em Cristo, que realizou aquilo que é impossível aos seres humanos, para obter-lhes a justiça, a qual Ele lhes oferece gratuitamente pela fé, à parte das obras da lei. Os judeus deveriam, portanto, ter compreendido que Cristo, para aquele que crê, põe um fim a esta maneira errônea de buscar a justiça pelas obras da lei.

Conforme já parcialmente mencionado, Paulo não está afirmando que a lei foi abolida, nem que Cristo é o alvo da lei, nem que a

lei foi posta de lado. Ele está tratando, a partir da perspectiva da experiência dos crentes, do problema do legalismo dos judeus: Cristo, para o crente, é o fim do legalismo.

2. O EXEMPLO DE ABRAÃO DEMONSTRA QUE A JUSTIFICAÇÃO É PARA TODAS AS PESSOAS (RM 4.17-25)

Paulo preparou todas as explicações anteriores para chegar a esse ponto: demonstrar que a justificação de Abraão está relacionada com Jesus e com sua obra na cruz, a qual é meritória e capaz de justificar todo aquele que crê.

A. A Justificação É para todos (v. 17-22a)

Este tema já foi introduzido anteriormente, principalmente quando foi afirmado que a justificação pela fé não está baseada em ritos externos como a circuncisão, ou na obediência a preceitos da Lei mosaica. Por algumas vezes, foi demonstrado nas afirmações de que Abraão foi justificado antes de ser circuncidado e antes da lei que o torna pai de todos os que creem, independentemente de nacionalidade ou religião. Porém, a partir do versículo 17, é dada uma ênfase maior neste tema.

O apóstolo Paulo, em defesa da doutrina da justificação pela fé, faz oposição à tradição judaica atacando o ponto central da defesa do judaísmo, onde julgavam ser invencíveis, colocando Abraão como o pai de todos os judeus. O apóstolo atribui a Abraão o título de pai da fé de todo aquele que crê em Cristo, e não apenas e exclusivamente de uma nação. Este é o cerne da teologia paulina. Outro argumento considerado forte e utilizado pelo judaísmo em defesa de sua fé era o "direito" exclusivo de interpretação da escritura. Porém, com o argumento paulino, fica clara a liberdade real do cristão sobre a escritura, bem como em relação ao patriarca. Pois, no versículo 17, ele recorre novamente às Escrituras – "como está escrito" – para confirmar sua argumentação de que Abraão é pai de todos os que creem, sem discriminação, de todas as nações, como herdeiros da promessa feita a Abraão.

Quando Paulo cita que Deus faz viver os mortos, relembra Hb 11.17-18, que é uma referência ao acontecimento de Moriá e a confir-

mação da fé de Abraão em um Deus poderoso para ressuscitar. Deus ordenando o sacrifício de Isaque, e Abraão obedecendo, mesmo sabendo que nele havia sido feita a promessa de posteridade. Esta compreensão e crença de Abraão de que Deus era poderoso para fazer reviver o seu filho é importantíssima para fazer uma conexão de sua fé com a do cristianismo. A fé naquEle que ressuscitou Jesus Cristo dentre os mortos.

A expressão "e chama à existência as coisas que não existem" ressalta que Abraão tinha tanta certeza de que a promessa de Deus seria cumprida, que se considerava como se já havia sido concretizada e descansou em Deus. Entretanto, Abraão e Sara não possuíam condições humanas para o cumprimento da promessa, por isso a expressão "esperando contra a esperança". A fé de Abraão levou em conta a onipotência e a fidelidade de Deus. O apóstolo Paulo, ao escrever que Abraão não fraquejou na fé, não quis dizer que ele jamais sentiu fraqueza, mas, sim, que a superou. Ele afirma que, embora Abraão levasse em conta seu próprio corpo amortecido, pois, tanto ele como sua esposa eram fisicamente incapazes de gerar filhos, a credibilidade em Deus continuou sendo a realidade prioritária para ele. Abraão se fortaleceu na fé ou confiança. Ele não deixou que esses fatos avolumassem em seus pensamentos, a ponto de abalar sua fé na promessa de Deus. Com esta atitude, Abraão glorificou a Deus.

Paulo diz que Abraão estava convencido de que o Deus que havia prometido a ele uma descendência era poderoso para cumprir. Moody (2001, p. 22) observa que o verbo "prometer" está no perfeito, significando que Abraão estava na posse da promessa, "tão grande era sua convicção de que a promessa se realizaria. E este era o tipo de fé creditado a Abraão como justiça".

Käsemann (2003, p. 144) argumenta que Paulo não considera como necessário uma continuidade cronológica da história da salvação por meio de uma transição de Israel, como filhos de Abraão, segundo a carne para o cristianismo: "Paulo não atesta uma continuidade perceptível e humanamente ininterrupta entre Abraão e Cristo, que se possa enquadrar na fórmula teológica de promessa e cumprimento". Portanto, o apóstolo não separou a fé da história universal.

A afirmação de Käsemann parece lógica e real, a salvação não se originou da nação de Israel. A promessa física foi a formação de um povo, uma nação, enquanto que a promessa espiritual, que inclui a justificação e a salvação, foi feita a todas as pessoas de todas as nações.

B. A Justificação É Possível somente por meio de Cristo (v. 22b-25)

Nos últimos versículos do capítulo, finalmente é revelado definitivamente o público alvo de tudo o que foi escrito sobre o patriarca Abraão: a comunidade cristã. Estes versículos finais destacam a fé exercida por Abraão e seu alcance. De acordo com o exemplo de Abraão explicitado por Paulo, todos os que crerem como ele creu serão igualmente justificados pela fé.

Bruce (2004, p. 96) afirma que o versículo 25 provavelmente tenha -se originado de uma confissão de fé primitiva e que o verbo "entregar-se" (*paradidomi*) ocorre duas vezes no capítulo 53 de Isaías, podendo indicar que a linguagem usada por Paulo foi baseada neste texto do profeta. Abraão é um protótipo da fé cristã, que crê no Deus que ressuscitou Jesus dentre os mortos. Porém, fica evidente que as circunstâncias da fé cristã não são idênticas às de Abraão, pois o contexto é outro. O objeto da fé cristã é explicitado pelo apóstolo, a fé naquEle que ressuscitou Jesus dentre os mortos. Paulo faz a relação com a fé de Abraão ao afirmar que ele cria no Deus que tinha poder para vivificar mortos. Todavia, Abraão confiou sem um exemplo ou um acontecimento anterior semelhante para comprovar o poder de Deus, diferentemente dos que vivem depois da morte e ressurreição de Jesus, portanto, depois do fato consumado. Assim, para o cristão atual, é mais razoável crer do que foi para Abraão. Segundo Ridderbos (2004, p. 187-8), a base para a absolvição no julgamento divino é a morte de Cristo. Segundo ele, até Cristo, Deus não havia dado o castigo devido pelos pecados de todas as gerações anteriores. Portanto, reteve seu julgamento, mas fez de Cristo o meio de propiciação mediante sua morte. Após ter ajuntado os pecados do mundo e lançado sobre Cristo, por meio de sua ressurreição ocorreu a justificação da humanidade, a saber, dos que creem em Jesus Cristo e em sua ressurreição.

Na morte de Cristo, Deus demonstra o julgamento justo e, em sua ressurreição, a prova de sua justiça. A ideia legal de um ambiente forense é demonstrada no fato de Cristo, ao sofrer a morte de cruz, ter se tornado maldição em nosso lugar. Ele que, sem pecado, foi feito pecado por nós, para que nEle o ser humano fosse feito justiça de Deus. Aqueles que estão em Cristo pela fé são absolvidos no julgamento de

Deus. Cristo morreu pela humanidade não como um estranho, mas, sim, como Filho de Deus que encarnou em forma humana com o propósito de morrer em lugar do ser humano, a fim de que este pudesse receber a justiça de Deus pelo seu sacrifício. É, portanto, o antítipo do primeiro Adão pelo seu ato de justiça pela obediência de entrega de si mesmo à morte, para revelar o julgamento justo e justificador de Deus no sentido escatológico da palavra. Tornando todos em uma unidade corporativa com Ele. A relação entre o primeiro e o segundo Adão (Cristo) será abordada no próximo capítulo.

Murray (2003, p. 181-3) apresenta duas alternativas para interpretar o versículo 25. A primeira afirma que, em relação à morte e ressurreição de Cristo, a nossa justificação foi concretizada antes mesmo da ressurreição, e esta é consequência da justificação, que precisa ser compreendida como equivalente à reconciliação e a propiciação, consumada de uma vez por todas. A segunda afirma que a morte é para fazer a expiação de nossos pecados, e a sua ressurreição é para nossa justificação. Porém, conclui a questão dizendo ser mais apropriado considerar os dois fatos como inseparáveis da obra da redenção, tanto a morte como a ressurreição. Ressalta também que o apóstolo, neste contexto, enfatiza as ações de Deus Pai. O versículo 24 afirma que a justificação se dá pela fé naquEle que ressuscitou Jesus dentre os mortos, que lança em nossa conta a justiça conquistada por Cristo pela sua morte e ressurreição. O mesmo Deus que creditou fé a Abraão como justiça creditará a todos que crerem no Deus que ressuscitou Cristo dentre os mortos.

Capítulo 4

As Bênçãos da Justificação e a Tipologia Adâmica (Rm 5)

1. Bênçãos da Justificação (Rm 5.1-11)

Até o momento, foi apresentado pelo apóstolo como ocorre a justificação pela fé, iniciando agora um novo momento na vida do crente. A justificação traz consigo alguns benefícios que são concedidos por Deus. Dentre estes benefícios, está a bênção do regozijo nas tribulações, o que pode parecer contraditório para alguns. Há quem diga que não é uma benção, mas sim uma apologia ao sofrimento. Por isso, a dificuldade de algumas pessoas lidarem com situações adversas, às quais todas as pessoas inevitavelmente estão sujeitas. Jesus afirmou que teríamos aflições (Jo 16.33).Um relato que alguns leitores da Bíblia têm dificuldade de entender é que, logo após a ascensão de Cristo, os discípulos que foram perseguidos e maltratados pelo amor ao evangelho se diziam alegres e glorificavam a Deus por se acharem dignos de sofrerem por amor ao nome de Jesus. Talvez essa seja a maior dificuldade de aceitação para alguns; já as demais bênçãos são mais fáceis de aceitação e entendimento.

A justificação se dá por meio da fé no poder regenerador da morte de Jesus. A partir deste momento, o cristão ressurge em novidade de vida de forma similar à ressurreição de Cristo. A justificação elimina a culpa e reconcilia o ser humano com Deus. Esta nova situação trás alguns benefícios, reforçados pelo correto sentimento motivador do amor de Deus, que não envergonha o crente na sua esperança, e nem nos sofrimentos em nome dEle.

A. Paz, Acesso à Graça e a Esperança da Glória de Deus (Rm 5.1-2)

A bênção da paz com Deus (v. 1)

O ímpio não tem paz porque vive na prática do pecado (Is 57.21; Sl 28.3). A consciência do ímpio está constantemente acusando-o pelos seus pecados. Todo pecado tem sua consequência, e o ser humano não tem como não responder pelos seus atos. Em determinado momento, "a vida" irá cobrar pelos atos cometidos. O mal trará consigo os seus aborrecimentos, enquanto que o ato de bondade trará consigo a recompensa da paz. Inúmeras pessoas gostariam de voltar atrás, em momentos específicos de suas vidas para fazer tudo de maneira diferente. São pessoas que estão sofrendo por se entregarem à prática do pecado, bem como fazendo outras pessoas sofrerem também. Feliz é o ser humano que tem paz consigo mesmo e com Deus.

Os pecados da pessoa que foi justificada em Cristo não lhe são mais imputados, sendo ela reconciliada com Deus (2 Co 5.18-19). Ela não é cobrada mais pela sua consciência, pois seus pecados foram purificados no sangue de Jesus derramado na cruz. Aquela pessoa que era inimiga e separada de Deus, com a justificação se torna amiga e herdeira de Deus. Esta reconciliação traz a paz com Deus, pois o castigo ao qual estávamos condenados é imputado sobre Jesus, que nos traz a paz (Is 53.5). O sacrifício de Jesus derruba a parede que separa o ser humano de Deus (At 10.36; Ef 2.14), sendo religado (significado de religião) com Deus.

A paz com Deus é somente para aqueles que conservam sua vida em constante comunhão com Deus (Is 26.3; Jo 14.27; Fp 4.7). Diferentemente do incrédulo, o salvo vive no Espírito e, assim como o Espírito é eterno, eterna será sua paz com Deus.

A bênção do acesso à graça de Deus (v. 2a)

Somente em Jesus pode ser evidenciada a gratuidade da justificação, pois somente Ele é o que pode redimir o pecador de sua condição no tribunal de Deus (Rm 3.24). A vida de pecado é uma vida que conduz para a morte, uma vida de opressão debaixo da culpa e da solidão espiritual; mas na justificação se aplica a justiça para a vida eterna por meio de Cristo (Ef 2.5-8; Rm 5.21).

Semelhantemente à vitória de Cristo sobre a morte por meio de sua ressurreição, a pessoa justificada vence a morte que traz o pecado e ressurge vivificada juntamente com Cristo, tudo pela graça de Deus (Ef 2.6). Esta graça de Deus, acessada somente pela fé (Ef 2.18; Rm 4.12; Hb 4.16), é que fortalece o crente por não estar mais debaixo da lei, nem do domínio do pecado (Rm 6.14-15). Somos o que somos pela graça de Deus (1 Co 15.10); por isso, devemos ser gratos a Deus por tudo. O que o ser humano recebe gratuitamente e como presente não pode servir para sua vanglória, mas sim para reconhecer sua inteira dependência desta graça tão gloriosa, que transforma a perspectiva de vida de um pecador justificado.

Esperança da glória de Deus (v. 2b)

A pessoa justificada é bem-aventurada, pois nela repousa a grande esperança da manifestação da glória de Deus (Tt 2.13), o que é muito diferente de uma pessoa que leva sua vida à margem da Bíblia, alimentada de alegrias e motivações efêmeras e passageiras. Os justificados são transformados de glória em glória (2 Co 3.18), ou seja, se tornam já participantes da glória de Deus como herdeiros juntamente com Cristo, para também com Ele serem glorificados (Rm 8.17). A sua esperança não é somente para um mundo futuro, mas quem entende a verdade do evangelho desfruta da glória de Deus já no momento presente, vivendo uma vida feliz, com objetivo e com a certeza da presença de Deus, caminhando junto em sua jornada terrena. Todavia, a maior esperança é para uma vida eterna com o Senhor.

Esta é a grande diferença entre ser criatura e ser filho de Deus. A primeira condição é genérica, sendo característica natural de tudo e todos os seres criados. A segunda é somente para as pessoas que foram justificadas. Que privilégio receber como presente de Deus um corpo glorificado, uma vida eterna sem os aborrecimentos e aflições que afligem a humanidade no tempo presente. A Bíblia informa que ainda não sabemos como haveremos de ser, mas clarifica que seremos semelhantes ao Cristo glorificado e adverte-nos para mantermos esta condição, possível somente por meio da manutenção da obediência (1 Jo 3.1-3). Assim, essa esperança que extrai lágrimas dos olhos dos crentes ao pensar na glória futura é uma benção imensurável que acompanha os justificados em Cristo.

B. Regozijo nas Tribulações (Rm 5.3-8)

As tribulações conduzem à maturidade (v. 3-4)

No caminho para a glória, citado anteriormente (Rm 8.17), inevitavelmente estão as tribulações e aflições. Jesus não prometeu uma vida sem conflitos, mas afirma de maneira categórica que passaríamos por aflições (Jo 16.33). Ele não engana para ganhar seguidores. Seria fácil o evangelho se, com a conversão, as tribulações e aflições também deixassem de existir, assim como o pecado perdoado. No entanto, não é bem assim. Todas as pessoas passam por momentos indesejáveis, justificados ou não. Todavia, existe uma grande diferença de como o ímpio e o salvo encaram as aflições e tribulações. O crente que tem maturidade espiritual consegue passar por esses momentos dando exemplo de fé e superação, enquanto que o ímpio, ou aquele que é fraco na fé, tem atitudes incoerentes com a fé cristã, chegando até mesmo a blasfemar contra Deus.

A própria história do povo de Israel demonstra como as tribulações lhe serviram para a maturidade espiritual (Dt 8.15-16). Os maiores exemplos foram os exílios: o primeiro, quando Israel ainda não era uma nação, e o povo serviu como escravos no Egito; o segundo exemplo foi o exílio babilônico no qual Judá era uma grande nação, mas os seus principais símbolos são destruídos (a monarquia, o templo, a cidade de Jerusalém fortificada, entre outros). Como toda comparação não serve em sua totalidade, esse exemplo precisa ser utilizado com cuidado. O povo de Israel estava sofrendo consequências por seus atos; todavia, muitos judeus justos sofriam juntos com os desobedientes. Ao final do exílio, muitos judeus puderam rever suas vidas, alguns renovando seus votos de aliança, outros fortalecendo cada vez mais sua confiança em Deus, reconhecendo sua fidelidade, independentemente das circunstâncias.

A caminhada do cristão não é diferente. Paulo assevera que as tribulações levam à perseverança, à experiência (caráter aprovado) e à esperança que não confunde. Portanto, quando você pede a Deus mais experiência e esperança, mesmo que inconscientemente, você está pedindo por mais aflições que te levarão à experiência, que, por sua vez, lhe trará esperança. Trata-se de um processo contínuo de causa e efeito. Tiago (Tg 1.2-4,12) afirma que é motivo de alegria o passar por várias provações, pois, por meio delas, se obtém experiência, com vistas alcançar a coroa da vida, prometida aos que amam a Deus.

O crente, nas tribulações, tem a certeza do amor de Deus (v.5)

Um texto bem conhecido da carta aos Romanos é a perícope de Rm 8.35-39. Neste texto, o apóstolo relaciona uma série de intempéries indesejáveis na vida de um ser humano, mas conclui que mesmo estas coisas não são suficientes para separar uma pessoa salva de Deus. Quantos exemplos existem na Bíblia de pessoas que abriram mão de, praticamente, tudo de valor que tinham ou poderiam ter, inclusive a própria vida, constrangidas pelo amor de Deus. Basta ler o capítulo 11 da Carta aos Hebreus, que apresenta a conhecida galeria dos heróis da fé, para constatar isto. Os discípulos de Jesus, logo após a sua ascensão, experimentaram esse gozo no sofrimento. Os relatos no livro de Atos sobre a alegria dos discípulos por sofrerem pelo nome de Cristo assustam alguns leitores da Bíblia. Como pode um ser humano se sentir feliz por estar sofrendo prisões, acoites, desprezo, entre outras aflições? A experiência que os discípulos tiveram com Jesus durante seu ministério terreno e o contato com o Cristo já glorificado foram muito impactantes na vida deles. O sofrimento não tirava o foco deles em pregar o evangelho, que liberta os oprimidos pelo pecado. Eles estavam cada vez mais maduros e confiantes em Deus. Quem mantém sua fidelidade a Deus, independentemente das circunstâncias, pode perceber o amor de Deus, a exemplo do grande Mestre Jesus. Ele, no Getsêmani, sentindo a dor do cálice a ser tomado, questiona este abandono, mas ao final se submete à vontade de Deus por saber que tudo era por amor, inclusive sua morte. Que o exemplo do povo de Israel, dos discípulos e, principalmente, de Jesus sirva para fortalecer a nossa fé em Deus e ajudar a perseverarmos em nossa caminhada cristã rumo à vida eterna com Deus.

O amor de Deus é provado pela morte vicária de Cristo (v. 5-8)

O Espírito Santo nos faz perceber o amor de Deus para conosco (v. 5). Amor que pode ser evidenciado pela doação de Deus, mesmo sabendo que não tínhamos possibilidade de retribuir esse amor por sermos fracos (v. 6). O apóstolo afirma que morrer por algum justo não seria considerado algo tão incomum (v. 7), pois, ao longo da história, há vários registros de pessoas que deram sua vida por uma pessoa amada, um líder carismático ou uma causa maior. No entanto, um justo morrer em benefício de injustos e pecadores, isso nunca havia sido

visto, algo humanamente inconcebível. Por isso, a grande demonstração de amor de Deus pela humanidade é o fato de Cristo ter morrido por nós, sendo nós ainda pecadores (v.8). A essência do amor é dar, como registra o texto áureo do evangelho de João: "Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3.16). A intensidade desse amor é definida pelo quanto custa a doação e o quanto o recebedor é digno da doação recebida. Stott (2003, p.167) afirma que "quanto mais custa o presente ao doador, e quanto menos o receptor o merece, tanto maior demonstra ser o amor. Medido por esses padrões, o amor de Deus em Cristo é absolutamente singular [...]". Quem era o ser humano para que Deus lhe desse tamanho presente? Quanto custou para Deus entregar seu próprio filho pela humanidade? Os primeiros capítulos da carta já estudados apresenta a situação da humanidade: indesculpável, miserável e sob a ira de Deus. Mesmo assim, Deus entregou seu filho para salvá-la. O exemplo de doação de Cristo evidencia que não tem como mensurar o amor de Deus pela humanidade. O crente deve ter em mente este amor, principalmente nos momentos de tribulações, sabendo que muito maior sofrimento Jesus passou, a fim de que fôssemos justificados e participantes da glória presente e da glória que haveremos de ter.

C. Salvação Passada, Presente e Futura (Rm 5.9-11)

A salvação no passado

Como é grande a satisfação de saber que, um dia, no passado, tivemos o privilégio de experimentar a justificação mediante a fé em Jesus Cristo pregada por Paulo. O que seria de nós se não tivéssemos feito esta decisão? Onde estaríamos hoje? Quem nós seríamos? Nós estaríamos vivos ou não? Certamente, não seríamos melhores do que somos e, acima de tudo, continuaríamos na condição de pecadores, condenados ao julgamento da Ira de Deus, na condição de inimigos dele (v. 9; Rm 2.5; 3.5). Fomos reconciliados com Deus quando ainda éramos seus inimigos devido aos nossos pecados. Reconciliados gratuitamente, sem nenhuma condição prévia, a não ser a fé em Jesus. Por isso, agora temos paz com Deus, estamos firmes na sua graça, e nos gloriamos na esperança pela certeza do amor de Deus. Algumas

pessoas se esquecem das bênçãos do passado. Seja grato a Deus e não se esqueça de nenhum de seus benefícios do passado. Assim como os autores do AT lembravam repetidamente o que Deus fizera com Israel, advertindo-os a serem gratos e obedientes a Deus, a mensagem do apóstolo também nos faz lembrar o que Deus fez por nós e o quanto devemos ser gratos a Ele por isso.

A salvação no presente

Nos escritos do apóstolo Paulo, fica evidenciada a gratidão pela mudança que o encontro com Cristo provocou em sua vida. A mudança deu a ela uma convicção que o ajudou a superar as dificuldades do dia a dia. Antes de conhecer a Cristo, ele tinha uma posição privilegiada no ambiente judaico, uma posição almejada por muitas pessoas. Quando escreveu a Carta aos Romanos, ele já não tinha mais aquele *status*, mas a experiência da justificação o libertou do domínio do pecado e deu-lhe a segurança que nunca havia conquistado com sua vida religiosa pregressa. Ele já tinha mais de cinquenta anos de idade e uma experiência cristã de mais de vinte anos. As experiências com Deus lhe davam a segurança que tanto almejava e nunca havia alcançado. A garantia da salvação presente e da comunhão com Deus proporcionava ao apóstolo a convicção, pouco antes de sua morte, de ter combatido um bom combate, guardado a fé e de que em breve estaria descansando em Deus (2 Tm 4.6-8). Paulo desfrutava no presente de sua nova situação em Cristo, bem como, pela fé das bênçãos que ainda o aguardavam. Essa garantia dava ao apóstolo uma força que o fazia superar os obstáculos e se sentir vencedor, mesmo quando a vitória ainda não havia sido alcançada. Esta benção presente da salvação é garantida somente às pessoas que, por meio de uma vida devotada e de santidade, mantém sua vida de obediência e gratidão a Cristo, a exemplo de Paulo.

A salvação futura

Paulo desejava que todas as pessoas tivessem a mesma paz e certeza que ele tinha. Ele não se arrependeu do que havia feito e de tudo que havia deixado para traz para seguir a Cristo. Ele tinha por certo que a obra de Deus na vida do ser humano não havia acabado e que continuaria se aperfeiçoando até a vinda de Cristo (Fp 1.6). Esta con-

vicção do salvo em Cristo incomoda muitas pessoas. Todavia, o conhecimento experiencial com Deus, desenvolvido após a justificação, dá esta segurança. A reconciliação, que liberta da escravidão e da prática do pecado, aliada à promessa de um Deus fiel de que, da mesma maneira que Cristo foi glorificado após passar por várias provações e se sair vencedor, as pessoas justificadas também serão. Esta certeza alegra o coração e permite ao crente desfrutar antecipadamente o gozo da glória que a salvação futura tem a proporcionar. Esta é a gloriosa esperança. Paulo, além de ter certeza de ter combatido um bom combate, também tinha a certeza de receber a coroa da justiça no futuro (2 Tm 4.8), uma vida eterna com Deus.

2. Adão e o Pecado (Rm 5.12-21)

O pecado entrou no mundo por meio do primeiro ser humano e, como consequência, veio também a morte. O pecado se prolifera e gera consequências para toda a raça humana. O exemplo de Adão demonstra a carência humana da graça de Deus. O texto em estudo será utilizado para este capítulo e também para o próximo, com vistas destacar o lado negativo do primeiro Adão (o pecado que traz condenação) e a parte positiva do segundo Adão (a justiça gratuita por meio de Cristo).

A. O Pecado de Adão Suscitou Morte para a Humanidade (v.12)

O pecado entrou no mundo por meio de Adão (v. 12)

Paulo muda o estilo de sua escrita, deixando de falar na primeira pessoa do plural até o versículo 21. O texto, no entanto, está estreitamente interligado com o anterior. Para falar sobre a situação da humanidade diante de Deus, o apóstolo reporta à história da queda de Adão, descrevendo sua consequência para chegar até a solução apresentada em Cristo. Paulo já havia reportado às principais figuras do povo judaico para identificar este povo com Jesus. Agora, ele faz um *link* com a figura do "pai da humanidade" para relacionar a humanidade como um todo com Deus. Nos versículos 11 e 12, ele não menciona o nome de

Adão e, muito menos, o de Eva, mas, para ele, o culpado pela entrada do pecado no mundo foi Adão. Não adiantou Adão transferir a culpa para Eva, assim como tem sido uma prática comum dos seres humanos transferir suas culpas para alguém ou algum acontecimento, ao invés de assumir a responsabilidade pelos seus atos. Neste texto, Paulo não demonstra preocupação com a origem do mal, mas sim com a forma que o pecado entrou no mundo.

O pecado de Adão é explicitado no relato da queda (Gn 3), quando ele rejeitou seguir o caminho traçado por Deus para seguir seu próprio caminho. O resultado disso foi a perda de comunhão com Deus e a nova situação de condenação sob a ira de Deus. O ser humano não encontra força em si mesmo para resistir ao pecado.O exemplo de Adão simboliza a situação do ser humano sem Deus, a condição da humanidade desde a queda. Pohl (1999, p. 96) afirma que "a humanidade não é um aglomerado de indivíduos isolados, mas forma um corpo. Cada um de seus membros vive em 'simbiose', vive junto com os demais membros, para o benefício recíproco ou também para o prejuízo mútuo". Adão, como a figura do primeiro ser humano, traz consigo a responsabilidade de transmitir para os descendentes as consequências pelos seus atos. Todavia, Paulo vai mencionar o ato pecaminoso de Adão somente a partir do versículo 14.

A morte entrou no mundo por meio do pecado (v. 12)

Adão foi a porta de entrada do pecado no mundo, e o pecado, por sua vez, a porta de entrada para a morte. Neste texto, a interpretação para a morte se refere à morte espiritual, como punição pela desobediência humana, uma referência a Gn 2.17 e 3.19. A morte como algo antinatural, pois o pecado torna o ser humano mortal e condenável, mesmo que biologicamente vivo. Toda causa tem sua consequência. As pessoas, às vezes, confundem o perdão com não ser mais responsável por seus atos falhos. Uma pessoa que se rende a Cristo e deixa a vida de pecado, como já vimos em lições anteriores, é imediatamente justificada diante de Deus (declarada justa), mas ele continua responsável pelas consequências dos erros já cometidos. Por exemplo, vamos supor que esta pessoa tenha cometido um assassinato antes da conversão. Com o arrependimento e abandono da prática, Deus a perdoa, mas não assume a responsabilidade de livrá-lo de uma prisão. O que Deus ga-

rante é estar com ele na prisão. Todo pecado tem sua consequência. Por isso, Paulo recomenda em 1 Co 10.12 "Aquele, pois, que cuida estar em pé, olhe que não caia". O pecado traz consigo muito prejuízo, e o pior de todos é a morte espiritual. O crente deve ficar atento para não dar lugar ao pecado em sua vida. Deve também preservar o que de mais precioso tem na vida, a saber, a comunhão que o primeiro Adão tinha com Deus, antes de pecar.

A morte sobreveio para toda a humanidade porque todos pecaram (v. 12)

Paulo continua abordando a relação entre o pecado e a morte, agora com uma abrangência maior: todos os seres humanos, uma vez que todos pecaram (Rm 2.12; 3.23). Existe uma discussão teológica se todos pecaram em Adão, ou seja, o pecado de Adão foi transferido para toda a humanidade, ou se o pecado é de responsabilidade individual de cada ser humano. A situação espiritual da humanidade não é uma fatalidade compulsória. Da mesma forma que Adão pecou, todos os demais seres humanos também pecaram, sendo cada um responsável pela sua própria desobediência. A escravidão do pecado é nutrida pelo próprio desejo pecaminoso no interior do ser humano (Tg 1.13-16). A humanidade não responde pelo pecado de Adão, mas consiste em sua própria culpa.

A cultura influencia o comportamento das pessoas. O ser humano tem a tendência de julgar as pessoas que pertencem a outra cultura ou religião, ignorando que, se nascesse no país onde essa pessoa nasceu e fosse influenciado pela mesma cultura, provavelmente iria ter a mesma crença. Por exemplo, a maioria da população do Iraque professa a fé do islamismo. Enquanto que, quem nasce no Brasil, tem uma tendência a ser cristão. O cristão não pode demonizar as pessoas que pertencem a outras religiões, mas entender que todas as pessoas, indistintamente, precisam da solução que Deus proveu para o pecado da humanidade: Jesus.

Dessa forma, o ambiente formado após a queda também influenciou as pessoas que vieram após o primeiro Adão. No entanto, mais à frente da carta, o apóstolo vai esclarecer que aquele que está em Cristo recebe uma nova natureza que vem de cima e passa a receber influência do Espírito Santo. Todavia, o cristão deve estar atento para não perder a comunicação com Ele para não ser influenciado pelo

mundo. O crente justificado está no meio do mundo, mas não pertence a ele, e sim ao Pai (Jo 17.9, 11, 14b, 16).

B. O Pecado Recebe Destaque com a Lei (v. 13-14)

O pecado existia antes da lei (v. 13-14)

Paulo afirma que o pecado existia antes da lei. Ele assevera que, no período entre Adão e Moises, não havia lei. Todavia, será que existe na história do mundo algum local onde não existisse nenhum tipo de lei? Certo que a lei judaica realmente ainda não existia neste período, mas regras já existiam antes desta lei. Barth (2003, p. 271) afirma que a intenção de Paulo não é convencer que não havia nenhuma forma de lei antes de Moisés:

> "[...] Se, hipoteticamente, tal lugar, ou tal época, ou tal situação existisse, e se, ainda por hipótese, a situássemos [com bastante propriedade], no período histórico que vai de 'Adão a Moisés', isto é, no tempo que medeia entre a 'lei particular' de Adão e a lei nacional dada ao povo de Israel por Moisés, aí caberia dizer: 'onde não há lei, não há imputação de pecado'".

Se a morte reinou desde Adão até Moisés, é certo que havia pecado, pois Paulo afirma que o pecado é o que gera a morte. Como já visto, o próprio Adão recebera recomendação, como diz Barth, uma "lei particular", uma regra de como proceder no jardim do Éden. A ordem era bem específica: não comer da arvore do conhecimento do bem e do mal. Uma oportunidade de desobedecer que desencadeou uma vontade de transgredir. O livre-arbítrio do ser humano, qualidade que o distingue dos demais seres viventes, o conduziu ao pecado, antes da promulgação da Lei de Moisés.

Paulo já havia falado a respeito da ausência de lei no capítulo dois, quando falou sobre os gentios. Deus não deixa a conduta do ser humano sem uma régua de medir; independentemente da lei mosaica, há a lei da própria consciência (Rm 2.14-16). Esta lei escrita no coração testifica "juntamente a sua consciência e os seus pensamentos, quer acusando-os, quer defendendo-os". Portanto, não significa que as ações antes da lei não eram julgadas pelo seu comportamento. Por

isso, há a afirmação "a morte reinou desde Adão até Moisés" (v. 14). A morte reinou mesmo sobre aqueles que não desobedeceram deliberadamente uma ordem expressa de Deus, como fez Adão.

A lei desponta o ser humano em sua fraqueza (v.14)

Onde existe lei, existe transgressão. No relato da queda, vemos a tendência do ser humano em buscar atender seus interesses. O exemplo de Adão demonstra certa inclinação do ser humano para a desobediência. Esta inclinação aumenta quando se impõe regras. Existe um ditado popular que diz: "o proibido é mais gostoso". O que é proibido chama a atenção das pessoas; por isso a dificuldade do ser humano em cumprir a lei. No entanto, como já visto nos capítulos anteriores, a lei tem uma função, que é apontar o pecado do ser humano, bem como a sua fraqueza.

Quando se identifica o pecado e se reconhece a necessidade de correção, faz-se necessária uma solução redentora. A solução anunciada no AT foram os sacrifícios, que eram soluções transitórias e paliativas. Eles não eliminavam o efeito do pecado; no entanto, encobriam-no, aguardando uma solução definitiva. Os sacrifícios serviam para lembrar os judeus de que eram pecadores e que precisavam se purificar. Como a lei, os sacrifícios não resolviam o problema do pecado; contudo, também tiveram sua função, que era apontar para o sacrifício perfeito de Cristo.

Adão, um tipo antagônico de Jesus (v. 14)

Pela primeira e única vez, a Bíblia cita explicitamente um personagem como tipo de Cristo: "o qual é a figura daquele que havia de vir" (v. 14). Adão, como figura de Cristo, porém com resultados contrários. O primeiro Adão e o segundo (Cristo) são inseparáveis, pois o surgimento do pecado e a consequente morte vem do primeiro, enquanto que a justificação e a vida, prevista no projeto de Deus para salvação da humanidade, vem do segundo Adão (Cristo). Enquanto Adão representa os efeitos negativos pela sua desobediência à vontade de Deus, Cristo representa os efeitos positivos pela sua obediência incondicional a Deus. Os efeitos positivos de Cristo serão abordados no próximo capítulo. O ato de Adão, representante da humanidade, representa a aplicação da correção sobre o pecado, independentemen-

te da lei, como citado por Paulo: "porque, para com Deus, não há acepção de pessoas. Porque todos os que sem lei pecaram sem lei também perecerão; e todos os que sob a lei pecaram pela lei serão julgados" (Rm 2.11-12). Tanto judeus como gentios são representados por Adão (1 Co 15.22), pois todos, como Adão, foram escravizados pelo pecado (Rm 3.9, 23). O pecado já existia; porém, com o advento da Lei de Moisés, o pecado foi ainda mais evidenciado. Isso não significa que ele não existia, mas é como se o "holofote" estivesse direcionado para outro lugar. O Adão enfatiza o estado deplorável da humanidade pelo pecado e serve como um antítipo do novo representante da humanidade: Cristo.

C. A Ofensa de Adão Trouxe Juízo para todos (v. 15-21)

A sentença divina proferida sobre a ofensa do pecado (v. 15-19)

A sentença dada por Deus a Adão é extensiva a todos os seres humanos que seguiram o seu exemplo, ou seja, cada pessoa se tornou pessoalmente pecadora e, portanto, destituída da glória de Deus (Rm 3.23). A transgressão de Adão foi sua desobediência a uma ordem divina expressamente revelada por Deus, o que diferencia o pecado de Adão com os demais. A ofensa foi majorada com a promulgação da Lei Mosaica, pois quanto mais evidente for a manifestação da lei, maiores serão as transgressões (Rm 5.20). Ultimamente, tem sido difundida na mídia condenações e aplicações da pena de morte em países que tem esta prática normatizada. Se a ampliação do rigor da lei realmente funcionasse, nestes países não haveria transgressão. Para a "pena de morte espiritual", existe uma saída: o renascimento proporcionado pela justificação por meio da fé em Cristo.

A morte reinou por causa da ofensa do pecado (v. 20)

Existem três conceitos básicos sobre a morte: a) a morte física, a qual toda humanidade está sujeita; b) a morte espiritual, que ocorre quando o ser humano vive na prática do pecado; e c) a morte eterna, a pior de todas, pois ocorre quando não há mais possibilidade de mudança de situação. Trata-se da condenação da separação eterna de Deus. Estas mortes são consequências da transgressão humana, a relação de causa e efeito. De modo geral, as pessoas têm dificuldade para lidar com a morte, devido à tendência natural pela vida. Os crentes

geralmente afirmam que querem estar com Deus, mas, se possível, sem precisar passar pela morte física. Ao longo da história da humanidade, existem relatos da busca pela vida prolongada ou eterna. O evangelho aponta qual o caminho para esta vida sem a presença da morte, e este caminho é Jesus Cristo.

O complexo gerado pela transgressão de adão: pecado – condenação – morte (v. 21)

O relacionamento entre Adão e a humanidade consiste na solidariedade da humanidade no pecado. O apóstolo já relatou nos primeiros capítulos essa tendência pecaminosa do ser humano, considerado indesculpável tanto pelo pecado como na tentativa de se justificar, alegando desconhecimento da existência divina, que é revelada pela própria natureza. Contrários à verdade de Deus (Rm 1.18-19), em vez de buscarem a Deus (Rm 3.11) preferem ser inimigas de Deus (Rm 5.10). Situação impossível de mudar sem a iniciativa divina, pois o ser humano não compreende as coisas do Espírito de Deus (1 Co 2.14). Paulo generaliza a tendência humana ao pecado ao usar a expressão: "servos do pecado", em Rm 6.20. O pecado como um poder reinante no mundo atual (Rm 5.21), conduzindo as pessoas para a condenação sob a ira de Deus e consequente morte espiritual e eterna. Todavia, Paulo aponta uma solução: Cristo, conforme será visto no próximo capítulo.

3. Cristo, o Segundo Adão, e a Graça (Rm 5.15-21)

Ao estudarmos Rm 5.1-11, vimos que os crentes são justificados e reconciliados com Deus por meio da fé no sacrifício de Cristo. Este conceito da certeza da salvação por meio de cristo é fortificado no texto que vamos estudar neste capítulo (Rm 5.15-21), com a informação paulina de que a graça de Cristo vai além do que mera compensação do pecado, pois mais do que simplesmente anular os efeitos do pecado, ela outorga ao crente a vida eterna com Deus. Alguns temas introduzidos neste texto, como graça, morte e o pecado, bem como o contraste entre Adão e Cristo, impactarão os próximos três capítulos da carta (6-8).

Para entender melhor este conceito do apóstolo, vamos refletir sobre como a graça de Cristo: a) proporciona justiça e vida; b) trouxe a liberdade que foi privada pela lei; e c) reina pela justiça para a vida eterna.

A. A Graça de Cristo Proporciona Justiça e Vida (v. 15-19)

A graça de Cristo abundou sobre todos os que creem (v.15)

Neste momento, o apóstolo não faz mais uso da dicotomia entre judeus e gentios, a abordagem da história da redenção é realizada em um escopo universal. A dicotomia agora é entre o relacionamento de dois homens: o primeiro e o segundo Adão (Cristo). A parte da humanidade que se relaciona com o primeiro Adão está debaixo da sentença de morte por causa da desobediência e pecado, enquanto a outra parte tem a segurança da vida eterna por causa da obediência e graça de Cristo, que abundou e desfez os efeitos do pecado. Em Cristo, a humanidade renasce para uma vida plena com Ele. A graça tem muito mais a oferecer. O tempo da graça é eterno, sendo, portanto, infinitamente maior do que o tempo da escravidão no pecado e morte espiritual. A participação na morte (justificação) e na ressurreição de Cristo (glorificação) faz-nos passar da morte para a vida.

O dom gratuito da salvação veio de muitas ofensas para justificação (v. 16,19)

O apóstolo chama o pecado adâmico de ofensa, para contrastar com a palavra dom. Enquanto o pecado adâmico trouxe julgamento e condenação para muitos, a obra de cristo na cruz foi abundante sobre muitos, aqueles que reconheceram seu sacrifício pela fé, sendo justificados. Se a condenação daqueles que estão em Adão é certa, muito mais garantida é a vida eterna por meio da graça e do dom da salvação para as pessoas que estão em Cristo. O contraste entre a condenação introduzida por Adão e a justificação assegurada por Cristo traz de volta o tema central de que a justificação está disponível para "todos os que creem" (Rm 3.22). Como vemos, a justificação é exclusiva para os que creem, e não para "todos", como afirmam alguns que defendem o universalismo (salvação para todas as pessoas, justas ou injustas).

A graça de Cristo trouxe um reino de justiça (v. 17-19)

Pela desobediência de Adão, a morte passou a reinar, enquanto Cristo, pela sua obediência, trouxe um novo Reino de justiça, paz e alegria no Espírito Santo (Rm 14.17). Desse modo, é inconcebível que os que conheceram a Cristo e se dizem cristãos salvos deixem de se esforçar em benefício do Reino de Deus e pela justiça, como Paulo vai

enfatizar nos próximos três capítulos (Rm 6-8). Quem pertence ao grupo de Cristo deve observar sua vida de obediência, como vemos em Fp 2.8 "achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até à morte e morte de cruz". A obediência de Cristo à vontade revelada de Deus envolve uma vida toda, assim também o crente deve envolver-se no reino da justiça, obedecendo a vontade revelada de Deus em sua Palavra.

B. A Graça de Cristo Liberta do Legalismo (v. 20)

Paulo era testemunha viva de alguém que havia sido privado pela lei

A ênfase muda. Agora não é mais a dicotomia entre Adão e Jesus, mas a lei. O apóstolo tinha propriedade para falar sobre a privação daqueles que estavam debaixo da lei. Sem dúvida, ele tinha em mente a rejeição de Jesus pelos judeus, além de o terem entregado aos romanos para ser crucificado. E o próprio Paulo, quando perseguia os cristãos motivado pelo rigor da lei, pensando estar fazendo um favor para Deus. Paulo e os judeus de sua época, pela lei, afundaram no pecado.

O que disse Jesus com relação aos judeus e seus algozes durante sua crucificação? Foram somente palavras de perdão e misericórdia: "Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem" (Lc 23.34a). Para Paulo, no caminho de Damasco, ele diz: "Saulo, Saulo, por que me persegues?" (At 9.4). A graça de Cristo superabundou para Paulo e para os demais judeus que creram nele. Paulo não podia deixar de testemunhar da liberdade que ele alcançou em Cristo.

Paulo e seu relacionamento com os crentes judaizantes

Novamente, o ensino apostólico entra em conflito com a doutrina de redenção sinagogal judaica, pois, para os crentes judaizantes, o cumprimento concreto da lei constitui o ser humano justo diante de Deus. O cumprimento da lei, segundo o ensinamento judaico, garante ao judeu um tesouro para a absolvição no dia do julgamento. Os judeus não conheciam outra forma de salvação a não ser pela lei, sendo este o cerne da doutrina judaica. O zelo demasiado fazia com que eles confiassem em suas próprias obras, impedindo-os de alcançar a justificação para a qual a lei aponta.

Os judeus deveriam ter deixado de procurar estabelecer a sua própria justiça pela prática da lei porque por ela ninguém será justificado, visto que todos, judeus e gentios, estão debaixo do pecado. Paulo, mesmo não havendo consenso pleno, jamais rompeu com os apóstolos judeus-cristãos. Porém, ele entendeu seu chamado especial, que era o de evangelizar aos gentios, conhecidos como "os sem lei", mas justificados por meio de Cristo Jesus.

O legalismo na Igreja de Cristo

O conteúdo histórico-redentor da doutrina de Paulo demonstra que a única base para a justificação é a morte e ressurreição de Cristo, sendo que Jesus é o fim da lei para justificação de todo aquele que crê (Rm 10.4). Com isso, é possível compreender nossa insuficiência, culpa e dependência da graça de Deus. O problema do legalismo não é somente algo do judeu, mas está presente como uma tentação para os cristãos também. É comum hoje encontrarmos crentes legalistas que não se dão conta da incoerência de suas posições. Eles afirmam confiar em Cristo como Salvador, mas sentem que precisam fazer algo para merecer a sua salvação. Problemas de depressão espiritual têm, por vezes, como raiz uma apreensão defeituosa e distorcida da justificação pela fé. Ademais, na evangelização do povo brasileiro, cuja cultura é fortemente influenciada pela idolatria e penitência para receber cura e perdão, é imprescindível focalizar que Cristo põe fim à tendência humana de pensar que se pode "comprar" com obras a eterna salvação.

C. A Graça de Cristo e a Vida Eterna (v. 21)

Deus faz justiça, uma vez que não julgou o ser humano antes da morte de Cristo

A base para a absolvição no julgamento divino é a morte de Cristo. Antes da primeira vinda de Jesus, Deus, fazendo justiça, não havia dado o castigo devido pelos pecados de todas as gerações anteriores. Ele, portanto, reteve seu julgamento e fez de Cristo o meio de propiciação mediante sua morte, após ter ajuntado os pecados do mundo e lançado sobre Cristo. Na morte de Cristo, Deus demonstra o julgamento justo e, na sua ressurreição, a prova de sua justiça. Conforme já visto, a ideia legal de um ambiente forense é demonstrada no fato

de Cristo, ao sofrer a morte de cruz, tornou-se maldição em nosso lugar. Ele que, sem pecado, foi feito pecado por nós, para que nEle fôssemos feitos justiça de Deus. Aqueles que estão em Cristo, pela fé, são absolvidos no julgamento de Deus.

A absolvição pela fé em Cristo garante a vida eterna com Deus

Cristo realizou aquilo que é impossível aos seres humanos, para obter-lhes a justiça, a qual Ele lhes oferece gratuitamente pela fé, à parte das obras da lei. Os judeus deveriam, portanto, ter compreendido que Cristo, para aquele que crê, põe um fim a esta maneira errônea de buscar a justiça pelas obras da lei. Conforme já parcialmente mencionado, Paulo não está afirmando que a lei foi abolida; ele está tratando a partir da perspectiva da experiência dos crentes, do problema do legalismo dos judeus: Cristo, para o crente, é o fim do legalismo.

A graça de Deus é dada sem lei e uma experiência caracterizada pela alegria que causa, pois não exige de quem recebe nenhum pressuposto ou preparo. É simplesmente um puro presente que jorra de Deus sobre sua criação humana. Uma vez justificado, basta ao crente manter sua fé obediente em Cristo para ter uma vida eterna com Deus, não descuidando de sua salvação, seu bem mais precioso.

O complexo gerado pela justiça de Cristo: justiça – justificação – vida eterna

Cristo morreu pela humanidade, não como um estranho, mas como Filho de Deus que encarnou com o propósito de morrer em lugar do ser humano, a fim de que este pudesse receber a justiça de Deus pelo seu sacrifício. É, portanto, o antítipo do primeiro Adão, que, pela sua desobediência, foi o autor do complexo pecado – condenação – morte. Cristo, pelo seu ato de justiça por meio de sua obediência de entrega de si mesmo à morte, no sentido escatológico da palavra, tornou todas as pessoas uma unidade corporativa com Ele.

Uma vez justificados e participantes do processo de santificação, os crentes já estão vivendo a vida eterna com Deus. A graça redentora de Cristo assegura a entrada no gozo de uma vida interminável na presença de Deus, que não se interrompe com a morte física. Dessa forma, a graça de Cristo apresenta um novo complexo gerado pelo seu ato de justiça: justiça – justificação – vida eterna.

Capítulo 5

O Processo da Santificação
(Rm 6–8)

1. Mortos para o Pecado (Rm 6.1-14)

Em Rm 5.1, o apóstolo faz um resumo dos quatro capítulos anteriores quando afirma que, uma vez justificados, temos paz com Deus por meio de Jesus. Ele termina o capítulo recordando que a função da lei era apontar a condenação pelo pecado e a bênção da graça de Cristo. No texto a ser estudado, Paulo apresenta um problema que pode surgir, dependendo da interpretação da nova posição diante de Deus: perdoado gratuitamente e livre em Cristo.Neste capítulo, vamos refletir as mudanças que ocorrem com o crente após a justificação. Após a justificação, o salvo: a) deve morrer para o pecado; b) passa a ocupar uma nova posição diante de Deus; e c) deve andar em novidade de vida.

A. O Cristão deve Morrer para o Pecado (v.1-4, 6-7)

A má interpretação da justificação pela fé pode se tornar um problema (v.1)

A doutrina da justificação somente pela fé não era tão fácil de ser assimilada por alguém que viveu anos debaixo do jugo da lei. Imagine um judeu que viveu a vida toda sendo ensinado que a observância da lei deveria ser rigorosa, pois era o único meio para se justificar diante de Deus. Coloque-se no lugar dele. De repente, aparece um judeu que, há pouco tempo, havia se convertido para uma nova religião (cristianismo), anunciando que Deus se fez ser humano, morreu numa cruz, levando a maldição de toda humanidade sobre si e oferecendo o perdão

gratuito a todas as pessoas que o reconheça como Deus. Praticamente tudo o que ele havia aprendido e tentado praticar é colocado por terra. Considere, então, ele aceitando esta pregação do evangelho. Alguns conversos ao cristianismo, considerando a "facilidade" da vida na graça, continuavam ou poderiam continuar na prática do pecado, confiando no perdão imerecido de Deus. Por isso, o próprio apóstolo responde ao seu questionamento para não deixar dúvida de que o justificado deveria manter sua nova situação diante de Deus com a obediência.

Advertência contra o abuso da graça (v.2)

O comportamento libertino apontado no tópico é a preocupação do apóstolo: "Que diremos, pois? Permaneceremos no pecado, para que a graça seja mais abundante?" (v.1). Este problema não é exclusivo da época da igreja primitiva. Ainda hoje, alguns cristãos interpretam equivocadamente a ação da graça de Cristo. Estes afirmam que, uma vez justificados pela fé em Cristo, justificados para sempre. Para eles, a vida que a pessoa leva não interferirá mais na sua salvação, pois Deus não retiraria o dom da salvação já dado ao crente. Paulo é incisivo em sua resposta: "De modo nenhum!" (v. 2a). O fato de ser justificado gratuitamente não dá o direito de abusar da graça de Cristo (Gl 5.1,13), mas, pelo contrário, ser cada vez mais grato pela sua graciosidade e se espelhar no seu exemplo de vida. A liberdade que Cristo nos dá não é para fazermos o que quisermos, mas, sim, para viver uma vida genuinamente cristã.

Justificados e mortos para o pecado (v. 3-4, 6-7)

Conforme já visto anteriormente, o crente em Cristo é declarado justo no tribunal de Deus, mas, ao mesmo tempo, o velho homem morre legalmente (v.6-7), crucificado com Cristo, e ressurge como uma nova vida em sua ressurreição (2 Co 5.17). Na morte de Cristo, Deus demonstra o julgamento justo e, em sua ressurreição, prova sua justiça. Alguns teólogos defendem que o crente morre e ressurge no batismo nas águas, como um sacramento obrigatório para salvação. No entanto, o crente é crucificado e morto na justificação (v.7). O batismo nas águas é um ato público para atender uma ordenança que formaliza simbolicamente o que já ocorreu: o seu sepultamento (Cl 2.12). Entretanto, aqui não se trata especificamente da obra do Es-

pírito Santo (1 Co 12.13; Gl 3.27). O salvo não pode mais servir ao pecado, pois a morte do escravo o liberta de sua escravidão (v. 6). Em Cristo, ele está livre para servir a Deus em novidade de vida.

B. Nova Posição em Cristo (v. 3-11)

Conhecendo a nova posição em Cristo (v. 3, 5-7, 9)

O batismo nas águas, já citado, é uma bela representação da nova posição do salvo em Cristo (v.3), morto para o pecado (debaixo da água) justificado e reconciliado com Deus (ao sair da água). O crente justificado sendo sepultado pela morte para o pecado e surgindo para uma nova vida em Cristo, uma nova disposição na relação com Deus. Esta nova posição assegura a vida eterna com Deus, mas também exige uma aproximação com a vida de obediência de Cristo, não priorizando a si mesmo e seus desejos, mas o bem da coletividade, o Reino de Deus.

Uma nova identidade, não mais relacionada ao primeiro Adão, mas sim da descendência de Cristo, o segundo Adão, e membro de sua família. Esta nova vida não significa que o crente nunca mais irá pecar, mas sim que não viverá na prática do pecado como seu escravo. Portanto, uma vez justificados (instantaneamente), sigamos a santificação (processo contínuo) durante toda a vida ou até o arrebatamento da Igreja.

Vivificados em Cristo (v.8-11)

A nova vida com Cristo é uma vida separada e de intimidade, vivendo com o propósito de nunca mais morrer espiritualmente. Identificados com a morte de Cristo, da mesma forma que Ele sofreu pelo evangelho, o salvo também passará por aflições (Jo 16.33). Entretanto, acima de tudo, também identificados com sua ressurreição (v.5-7), em que teve a vitória decisiva sobre o pecado e retorna com o corpo glorificado, da mesma forma garantindo ao salvo a transformação do corpo corruptível em um corpo incorruptível, como o de Cristo (1 Co 15.54; 1 Ts 4.16-18). Mas a promessa não é somente para o futuro. O presente também é contemplado, pois a nova vida não é conquistada pela própria força, e sim pela graça de Cristo que sustenta o fiel, até o ponto de suportar as muitas adversidades (Rm 8.35), assim como a palavra do apóstolo para Timóteo, quando ele se achava só no ministério: "fortifica-te na graça que há em Cristo Jesus" (2 Tm 2.1).

Embaixadores de Cristo na terra

Cristo cumpriu sua missão e retornou ao Pai. Porém, sendo nós Igreja, não nos retirou do mundo (Jo 17), mas deixou-nos aqui para representá-lo, anunciando seu evangelho. Morto e vivificado com Cristo, o cristão vive agora guiado pelo Espírito Santo, como embaixador de Cristo, conforme Paulo afirma à igreja de Corinto: "isto é, Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não lhes imputando os seus pecados, e pôs em nós a palavra da reconciliação. De sorte que somos embaixadores da parte de Cristo, como se Deus por nós rogasse. Rogamos-vos, pois, da parte de Cristo que vos reconcilieis com Deus" (2 Co 5.20). Quem era condenado e sem esperança, passa a ser embaixador de Deus, anunciando o poder do evangelho, revelação da justiça de Deus que transforma o ser humano e o prepara para a vida eterna.

C. Novidade de Vida (Rm12-14)

Quem reina na nova vida não é mais o pecado (v.12)

O cristão, ao receber a nova natureza durante o processo da justificação, não aceita mais o reinado do pecado, nem sente mais prazer em se submeter aos seus próprios desejos; agora, sua consciência é orientada pelo Espírito Santo que o convence do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.8-11). Na época do apóstolo, dizer-se cristão era risco de morte e de, no mínimo, preconceito. Atualmente, em determinados meios, tem se tornado até "chique" se dizer evangélico ou gospel. Algumas pessoas têm se infiltrado na comunidade evangélica, dizendo-se convertidas, mas com propósito de explorar as ovelhas do aprisco de Jesus. Fazem toda a pose teatral nas igrejas, porém fora delas continuam com a mesma vida de antes. No entanto, a orientação bíblica é que, uma vez justificado, o crente deve andar em novidade de vida, embora ainda com o corpo de pecado e morte (Rm 6.11; 7.24).

Libertando os membros do corpo do domínio do pecado (13-14a)

A intimidade com Cristo leva a uma mudança de mentalidade, em que as coisas que agradam a Deus é que passam a orientar a vontade e as atitudes do crente. No nosso corpo físico, os membros atendem os comandos do cérebro (mente). No sentido espiritual acontece o mesmo, pois, uma vez tendo a mente de Cristo por meio da renovação do nosso

entendimento, esta mente conduz a emoção, a vontade e os membros do corpo físico. A pessoa que tem a mente de Cristo discerne as coisas espirituais, mesmo no mundo material, e usa os membros do corpo a serviço da justiça (2 Co 2.14-15). O "velho homem" tinha uma mente insubmissa ao Espírito Santo, além de estar entregue ao domínio do pecado. O salvo, porém, submete sua mente ao controle do Espírito Santo. Assim, a paz de Deus, que excede todo entendimento, guarda seu coração e seus sentimentos (Fp 4.6-7) e, consequentemente, conduz seus membros para a prática da justiça.

Vivendo uma vida vitoriosa debaixo da graça de Cristo (v. 14b)

A palavra graça tem sido banalizada no meio evangélico. Pessoas que se dizem viver debaixo da graça fazem todo tipo de sacrifícios para agradar ou barganhar com Deus: jejuns sem objetivo específico, ofertas interesseiras, longas orações repetitivas e mecânicas, choro forçado, entre outras atitudes. Infelizmente, alguns líderes incentivam estas práticas e até utilizam da Palavra para oprimir e controlar as pessoas.

Pela graça, somos livres em Cristo, mas isso não significa que temos menos responsabilidade. Com exemplo, veja a diferença do tratamento em relação ao adultério no AT (Nm 5.11-31; Lv 20.10) e no NT (Mt 5.28). Quem quer viver uma vida vitoriosa debaixo da graça precisa aprender a primar por um bom testemunho (Cl 4.5), seguir a paz com todos com santificação e sem raiz de amargura (Hb 12.14-15), perdoar (Ef 4.32), amar com amor fraternal e dar honra aos outros (Rm 12.10), dentre outras atitudes incentivadas pela Bíblia.

2. Mortos para a Lei (Rm 7)

A. O Exemplo Didático do Matrimônio (Rm 7.1-6)

A lei domina o ser humano enquanto ele vive (v. 1-3)

Esta perícope tem sido mal interpretada por alguns leitores da Bíblia, pois, à primeira vista, o texto pode parecer que o apóstolo tem o interesse em prescrever sobre o matrimônio. O texto pode ser utilizado para analisar os costumes daquela época, mas a intenção primeira do apóstolo não era essa. Por isso, a importância de analisar sempre o contexto antes de fazer a interpretação de um texto, em especial se

for bíblico. No primeiro verso, o apóstolo identifica para quem ele estava falando "aos que sabem a lei". Fica claro que o tema prioritário é a lei. Conforme citado anteriormente, para uma boa hermenêutica se faz necessária identificação dos gêneros literários de cada perícope estudada. Neste caso, a partir do segundo versículo, é utilizada a figura do matrimônio para exemplificar o papel da lei na vida espiritual das pessoas. Lembrando o que já fora dito, na utilização de figuras devem ser observadas as suas limitações. Para aquele que está sob a lei, ela tem domínio sobre ele enquanto viver (v. 1). Logo, na relação do matrimônio, pela lei, a mulher esta sujeita ao marido enquanto ele viver. Todavia, uma vez morto o marido, a mulher está livre para se casar novamente. Entretanto, enquanto o marido estiver vivo, se ela tiver um relacionamento amoroso com outro homem, além do seu marido, estará em adultério. Na figura do matrimônio, a morte se torna o meio libertador. Sem a morte, a "mulher" está presa ao "marido". Os preceitos da lei são dados como terminados com a morte. Trata-se de um princípio universal como uma sentença legal para qualquer tipo de lei: grega, romana ou judaica.

Considerando que toda figura é limitada e não pode ser utilizada na sua integridade, devemos trabalhar com o que nos é fornecido pelo autor, entendendo que as informações fornecidas são suficientes para entendermos sua mensagem. Todavia, não tem como não fazer uso de hipóteses. No verso 3, o autor afirma: "De sorte que, vivendo o marido, será chamada adúltera se for doutro marido". Ele trabalha com a possibilidade da intenção da quebra de vínculo por uma da partes para uma nova aliança. E continua dizendo: "mas, morto o marido, livre está da lei e assim não será adúltera se for doutro marido". A expressão "livre está da lei" demonstra uma situação de alívio, como de uma pessoa que vive debaixo da opressão e vive pensando em se libertar, mas que fica presa a questões legais. O que tudo isso tem a ver com o que o apóstolo vem desenvolvendo na carta? Que relação tem entre a relação dos judeus-cristãos e os gentios convertidos? Um passo importante para entendermos a intenção do autor é descobrir quem os personagens (esposa, marido, terceiro na relação) da figura do funcionamento da relação matrimonial sob o regime da lei representam. Isso, Paulo começa a explicar nos próximos versos.

Quem morre para a lei produz frutos para Deus (v. 4-6)

O verso 4 começa com o termo "assim", delimitando uma nova seção, criada intencionalmente pelo autor para demonstrar uma mudança no texto. Neste caso, o vocábulo "assim" tem a função de uma conjunção conclusiva, em que o autor começa a explicar o que citou anteriormente. Ele começa a desvendar os papeis dos personagens. Todavia, como se trata de uma figura, como citado anteriormente, as interpretações tem suas limitações. Veja que o apóstolo se dirige à comunidade (meus irmãos) e afirma que a comunidade cristã deveria morrer para ser livre. Contudo, ele assevera "mortos para a lei pelo corpo de Cristo". O cristão deve morrer, mas juntamente com a morte de Cristo, para ser "daquele que ressuscitou de entre os mortos", ou seja, de Deus.

Perceba o valor da recomendação para a observância da limitação de figuras para a interpretação dos textos. Parece que a explicação dada por Paulo não bate com o exemplo do matrimônio como figura. Por isso, é preciso considerar o contexto de toda carta para interpretarmos a figura apresentada pelo apóstolo. Na explicação, aparece simbolicamente uma morte dupla, do cristão e de Cristo, mas quem fica livre, no caso, é o morto (v. 6). Paulo afirma que o salvo em Cristo morre para aquilo em que estava retido, que, no contexto, se trata da lei.

Portanto, a ênfase dada é para a liberdade que é obtida por meio da morte. A quebra do vínculo de uma sujeição opressora para a formação de uma nova aliança. Considerando o contexto da carta, o apóstolo estava dizendo aos judeus que eles ainda necessitavam de justificação diante de Deus pela insuficiência da lei. Enquanto eles estivessem sob o domínio da lei, continuariam debaixo de sua opressão e injustificados. Eles precisavam morrer para a lei que exigia sacrifícios permanentes e ineficazes, para que fossem libertos mediante o sacrifício único e perfeito da morte de Cristo. Somente dessa forma, eles fariam parte da aliança com Deus. Os judeus pensavam ter aliança com Deus, mas o apóstolo demonstra que, na realidade, a aliança deles era com a lei. Era necessária a morte do poder da lei sobre suas vidas para que eles pudessem ter uma aliança verdadeira com o Senhor. Ele afirma que somente após essa transformação é que poderiam produzir frutos aceitáveis por Deus. Uma nova vida em Cristo, sob a novidade de espírito, e não na opressão da religiosidade da lei. É importante ressaltar que a "velhice da letra", citada pelo apóstolo, se trata da lei. Alguns cristãos, infelizmente,

interpretam a letra como se fosse o estudo secular. Muitos já sofreram por efeito dessa interpretação equivocada, principalmente as filhas e os filhos de alguns crentes. Por isso, é importante a seriedade que deve ser dada à interpretação dos textos, respeitando os seus gêneros literários e o contexto em que o texto está inserido.

B. Sem a Lei o Pecado Está Morto (Rm 7.7-13)

A lei trouxe o conhecimento do pecado (v. 7-8)

A explicação paulina na perícope anterior pode dar a entender que a lei é desnecessária e descartável. Entretanto, o apóstolo continua desenvolvendo o tema com um questionamento: É a lei pecado? Ele mesmo responde dizendo que não. De modo nenhum! No entanto, ele afirma que a lei tem a função de trazer o pecado ao conhecimento e que passou a conhecer o que era pecado com a lei.

É interessante como as pessoas se habituam a normas e leis. Algumas dificilmente vivem sem elas. Em todos os ambientes (igrejas, organizações governamentais, empresas, escolas, universidades, entre outros), existem normas estabelecidas e que devem ser seguidas. Uma organização que tem várias normas formalizadas geralmente identifica que as pessoas que fazem parte delas precisam de um acompanhamento mais rigoroso, pois, do contrário, podem fazer algo que prejudique aos demais ou a própria organização. Organizações com equipes autogerenciáveis praticamente não necessitam de normatização. Por outro lado, organizações mais técnicas precisam de normas bem definidas devido às suas especificidades. Em algumas situações, práticas e atitudes que até então são consideradas normais, passam a ser proibidas com a normatização e, se não são respeitadas, são consideradas infrações, comumente com penalidades aplicáveis. Paulo dá a entender que a lei, além de trazer o pecado ao conhecimento, acaba por criar motivações para a concupiscência: "Mas o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, despertou em mim toda a concupiscência". O ser humano tem uma tendência a se interessar mais pelo proibido. O relato da criação é um exemplo que pode ser observado. O ser humano tinha praticamente tudo à sua disposição; o que estava em seu alcance poderia ser tomado e desfrutado; mas havia algo que era proibido: tomar do fruto da arvore do conhecimento do bem e do mal. Ele ficou curioso e interessado, até

que transgrediu a lei formalizada e conheceu o pecado. O cumprimento da lei não pode ser considerado como algo meritório, pois o pecado habita no ser humano (Rm 7.7). Portanto, a lei tinha a função de apontar o pecado. Ela nunca foi a solução para problemas, mas, sim, tinha a função de apontar o pecado.

Paulo afirma que, enquanto viveu sob a lei, estava morto (v. 9-11)

O apóstolo tinha uma boa experiência sobre o que estava falando. Por muitos anos, viveu debaixo da lei, como ele mesmo diz ter sido um fariseu dos fariseus. Antes de conhecer a Cristo, o apóstolo acreditava que o único caminho de salvação era a lei judaica. Uma declaração da vontade de Deus e que trazia vida (Gl 3.12), portanto, deveria ser cumprida à risca (Rm 10.5). Todavia, após sua experiência com Cristo, ele reconsiderou o que havia aprendido e percebeu que a lei não aponta para além de si mesma. Ele passa a ensinar que a prática das obras da lei leva à maldição (Gl 3.10), pois nenhum ser humano pode cumpri-la. Assim sendo, não poderia gerar vida (v. 9-11; Gl 3.21).

Paulo não afirma que a lei não era boa ou que não pudesse ser aproveitada para nada, mas apresenta sua inviabilidade na salvação do ser humano. Pois, como vimos no capítulo 4, se os da lei é que são os herdeiros, anula-se a fé e cancela-se a promessa (Rm 4.14). Segundo Kummel (2003, p. 209), a lei torna culpável aquele que tentar praticá-la, embora a lei moral mostre ao ser humano a vontade de Deus. A lei suscita a ira (Rm 4.15), porque mostra ao ser humano seu pecado e que é prisioneiro da carne (Gl 3.21,22). A lei serve apenas para confirmar o quanto o ser humano é falho e distante de Deus. Por isso, o apóstolo diz que, quando estava sob a lei, estava morto.

A lei apresentou o pecado em toda sua realidade (v. 12-13)

Paulo parece contraditório, mas faz parte de seu estilo literário. Nesta perícope, ele diz que a lei é santa e o mandamento santo, justo e bom. Quase todas as coisas têm seus pontos positivos e os negativos. A lei também tem seus pontos positivos. Por mais que os seres humanos não consigam cumpri-la, ela disciplina certos procedimentos. Como a lei tem a capacidade de condenar, apontando o pecado que há no ser humano, ela também tem o seu papel na justificação. Na teologia apresentada por Paulo, se não existisse a lei, o pecado permaneceria oculto. Desde

o início da carta, o apóstolo vem desenvolvendo um ensino que leva o ser humano, judeu ou grego, a reconhecer sua condição de pecador condenado à morte e sem condições de reparação. Portanto, todos são carentes da justificação para se religar com Deus. Porém, Paulo começa demonstrar que conhecer o pecado em sua realidade também tem o seu papel de caráter prático. A incapacidade da lei de levar os seres humanos a Deus parece estar dentro de um plano estratégico de Deus para a humanidade. O doente, para se curar, primeiramente precisa conhecer e reconhecer sua condição e buscar alternativas para sua reabilitação. A lei, por meio das proibições, acaba por desvelar o pecado e, como já vimos, influencia na multiplicação das transgressões. Desmascara, assim, a terrível condição humana na separação de Deus e, também, sua miserabilidade. Desse modo, a lei prepara o "doente" para receber a cura.

C. Lutando Contra a Natureza Pecaminosa (Rm 7.14-25)

Este é um dos textos polêmicos da carta. Existem várias interpretações a respeito de quem realmente o apóstolo está falando, se de um pecador qualquer, se de sua vida antes de conhecer a Cristo, se dele mesmo, entre outras. Como este livro não tem a pretensão de ser um comentário exegético e acadêmico, mas sim pastoral, não será discutido ponto a ponto, mas será tomado por base que Paulo esteja falando de si mesmo, considerando, porém, que a abordagem de pecado aqui é diferente de Rm 6.12-14, em que o apóstolo adverte para que o pecado não reine sobre o ser humano e que não tenha qualquer domínio sobre nós. Paulo não cometia pecados? Como exercício pastoral, será considerado aqui o conflito interno do próprio cristão que, às vezes, não consegue fazer tudo de bom que gostaria de fazer, ou mesmo um mal que não gostaria de praticar. Um ser humano que está liberto do domínio do pecado, mas que comete falhas e que, constantemente, precisa se render à misericórdia de Deus.

A dificuldade humana de fazer o bem (v. 14-23)

Paulo convivia com os conflitos gerados pelo conhecimento da lei, entre fazer a vontade de Deus e a sua própria vontade. O pecado que habita no ser humano luta para dominá-lo e para conduzi-lo à desobediência aos mandamentos, mesmo contra sua própria vontade. O

conflito interno entre o que é espiritual e o que é carnal (v. 14), entre o querer fazer a vontade de Deus e a própria vontade (v. 15-20). Quais seriam os desejos carnais que Paulo não conseguia controlar? Ele não menciona. Certamente, não eram práticas que comprometeriam sua espiritualidade, mas que, devido à sua dedicação e comprometimento com o Reino, ele deveria se cobrar muito. Isso é comum acontecer com pessoas que buscam agradar e fazer a vontade de Deus. Como ser imperfeito, em determinado momento não conseguirá fazer tudo que pretende em benefício do Reino e poderá se sentir frustrado. O interessante é que Paulo não menciona um terceiro para demonstrar essa "frustração", mas apresenta a si mesmo como uma pessoa incapaz de fazer tudo o que queria fazer para agradar a Deus. Paulo radicaliza ao afirmar que o próprio pecado que habitava nele é o que controlava suas vontades (v. 17, 20). Lendo essa observação, pode se ter a impressão de que Paulo estava perdido em seus pecados, pois dizia que não conseguia realizar o bem (v.18). Como os cristãos em Roma interpretaram à primeira vista? Um Paulo que não parecia liberto. Diferentemente do que se vê em muitos púlpitos, em que os "super-crentes" fazem uso do microfone para se autopromoverem como os semideuses. Pisando em tudo e todos e representando como se pudessem fazer o céu descer com tanta "santidade", além de promoverem supostos milagres para comover e tirar proveito das ofertas dos fiéis. Paulo assumia sua condição de ser humano falho e dependente da graça de Deus. Era isso que principalmente os judeus que se achavam superiores precisavam aprender com o apóstolo.

De certa forma, as pessoas se sentem aliviadas ao ouvir essas palavras do apóstolo Paulo. Pessoas que constantemente lutam para manter sua vida espiritual e estar ativas na igreja procuram cumprir suas obrigações em todas as áreas, mas não conseguem fazer tudo como gostariam e, às vezes, se pegam cobrando a si mesmas, estando insatisfeitas. Paulo está nos dizendo que somos falhos, pessoas humanas acima de tudo.

Lutero (1998, 258-9) afirma que o pecado caminha também com o homem espiritual para que ele exercite a graça de Deus e combata a soberba e a presunção. Somos chamados para combater nossas paixões e deixar que o Espírito de Deus controle nossa vida. Se essa luta for ignorada, o cristão poderá ter uma recaída. O homem espiritual não é somente espírito, mas também carne, é um ser integral. Como a dor

do corpo natural, ela é desagradável, mas serve para percebemos que somos frágeis e que devemos tomar cuidado. Quando sentimos dor, é porque algo está errado. Quando sentimos dificuldade para vencer nossas próprias fraquezas, devemos reconhecer nossa dependência de Deus e nos humilharmos ainda mais diante dEle.

Somente Cristo pode nos libertar do corpo de morte (v. 24-25)

Tudo no capítulo vem sendo preparado para este momento. O reconhecimento de que o ser humano é o mais miserável e precisa de um livramento de seu "corpo da morte". A partir de Cristo, tudo muda. A humanidade ímpia e pecadora tem a oportunidade de experimentar a justiça de Deus, até então tida como inalcançável. A justiça que somente pode ser acessada por meio da graça, sem a lei que acusa e condena.

O apóstolo demonstra sua gratidão pela graça de Deus, pois sabe que, diferentemente do que acreditava por grande período de sua vida, ele nada podia fazer para se justificar diante de Deus. Tanto tempo e espaço na carta ele dedica para falar desse assunto. Quanta argumentação ele utiliza para demonstrar a miserabilidade do ser humano, parecendo até mesmo pessimista em certos momentos. Até que ponto os judeus-cristãos estavam incomodando a igreja para que o apóstolo investisse tanto para chegar a esse momento e apontar para Cristo, o único que pode livrar da morte.

Mesmo em Cristo, como citado Lutero anteriormente, o cristão continua lidando com as duas naturezas: humana e espiritual, como interligadas. Paulo ainda diz que com o entendimento serve a Lei de Deus, mas, "com a carne, à lei do pecado". Realmente, não é fácil entender a Paulo, como diz a carta universal de Pedro. Ele inicia o capítulo utilizando o exemplo didático do matrimônio para afirmar que, para ser livre, é preciso morrer para a lei e agora diz que ele mesmo continua na carne, servindo à lei do pecado. Como, então, se dá essa morte para a lei? Considerando o contexto da carta e das escrituras, a saída é reconhecer que, como seres humanos, estamos sujeitos a errar constantemente. Todos os dias nós erramos; mas, como afirma o próprio apóstolo, não temos prazer em errar e buscamos nos aperfeiçoar a cada dia. Diferentemente do ser humano sem Deus, que peca e tem prazer em pecar. Aquele que está em Cristo, reconhece sua condição de pecador e se prostra diante do Deus soberano, sendo grato pela

graça dispensada por meio do sacrifício de Cristo e, mesmo errando, continua caminhando e firmando seus olhos no autor e consumador da fé, como aconselha o autor da Carta aos Hebreus.

3. A VIDA NO ESPÍRITO (RM 8)

A. A Lei do Espirito Dá Vida em Cristo (Rm 8.1-13)

Não há condenação para os que estão em Cristo (v. 1-4)

No capítulo anterior, o apóstolo apresenta Jesus como o libertador do corpo da morte. Agora, ele começa a descrever a segurança para aqueles que estão escondidos em Cristo. A pessoa que foi justificada pela fé na obra vicária de Cristo não pode mais ser condenada, pois ela foi declarada justa, e sua dívida foi quitada. No tribunal de Deus, ninguém poderá julgá-la como injusta, uma vez que foi justificada. Todavia, existe uma condicional: não andar segundo a carne, mas segundo o espírito. A pessoa justificada deve ter cuidado para não voltar à condição de réu no tribunal de Deus, vivendo debaixo da lei do pecado e da morte. Na nova situação diante de Deus, o cristão deve andar sob a lei do Espírito de vida. Uma pessoa avivada, espiritualmente falando. Muitas pessoas confundem uma pessoa avivada com manifestações externas e de dons espirituais, mas Paulo deixa claro no segundo versículo e, principalmente, na carta aos Gálatas, que a pessoa avivada é aquela que tem vida espiritual, manifestada pela presença do fruto do Espírito em sua vida (Gl 5). Não é uma vida de aparência, mas sim de transformação comprovada mediante seu testemunho pessoal.

Esta nova vida não poderia ser conquistada por meio da lei. Paulo diz que isso era impossível à lei, que, como visto anteriormente, tinha a função de apontar o pecado e era incapaz de impedir seu efeito, por isso "estava enferma pela carne". Então, é apresentada a grande revelação do evangelho: o Deus que se fez semelhante à carne do pecado, mas que, diferentemente do ser humano apresentado por Paulo no capítulo 7, não foi vencido pela lei da carne. Pelo contrário, Ele a subjugou, fazendo a vontade do pai e não cometendo pecados. Portanto, Cristo atendeu os requisitos da lei que o ser humano não poderia

fazê-lo e apresentou o sacrifício perfeito diante do pai. Os sacrifícios da lei encobriam, mas não apagavam de forma definitiva o pecado. Dessa forma, todos que reconhecem o efeito do sacrifício de Cristo, são justificados pela fé diante de Deus. Sendo assim, livres da condenação.

Os que vivem no Espírito se interessam pelas coisas do Espírito (v. 5-13)

Nesta perícope, a humanidade é dividida em dois tipos de pessoas: as que vivem segundo a carne e as que vivem segundo o Espírito. Para Paulo, viver segundo a carne é se entregar ao próximo egoísmo, fazer de si um ídolo, bem como adorar outras pessoas. Enquanto que viver no Espírito é ser guiado pela vontade de Deus revelada na Palavra e pelo Espírito de Deus.

Aquelas que vivem segundo a carne são pessoas que buscam atender os desejos da natureza carnal, que não tem o compromisso com o Reino de Deus e que priorizam tudo para o atendimento de seu próprio "eu". As demais pessoas lhe interessam desde que atendam algum projeto ou vontade pessoal; caso contrário, são descartadas. O poder fascina essas pessoas de forma radical, pois lhe fornece uma vida de controle das demais pessoas, uma forma de se colocar no lugar de Deus (desejo satânico) e receber um tipo de adoração pelos seus subalternos. O poder possibilita que essas pessoas possam possuir outras também na área sexual para atendimentos de seus desejos eróticos. Uma prática do mal atrai outras de mesma origem. Para se manter no poder e ter o domínio sobre os demais seres humanos, tal pessoa acaba por se sujeitar a práticas ilegais para obter cada vez mais dinheiro. A mídia constantemente tem divulgado pessoas com essas práticas. Por isso, a Bíblia diz que o mundo jaz no maligno. Essas atitudes acabam por perenizar a miserabilidade não somente espiritual, mas de qualidade de vida, uma desumanização global. Essa vida necrófila não agrada a Deus e traz inimizade contra Ele. Por outro lado, existem as pessoas que vivem segundo o Espírito. O apóstolo é um bom exemplo de alguém que foi realmente transformado, uma mudança radical de atitudes e propósitos. Por mais que fosse religioso antes de conhecer a Cristo, ele buscava manter uma vida de aparência e se manter entre aqueles que tinham o poder, independentemente do que fosse necessário fazer. Exemplo disso é o que registra o livro de Atos a partir do capítulo 6,

no mínimo o consentimento ao assassinato de líderes como Estevão e perseguições violentas em nome de Deus. Todavia, a partir do capítulo 9, vemos outro ser humano, que agora passa a priorizar o Reino de Deus e fazer a vontade dEle. Quem vive no Espírito tem prazer em fazer a vontade de Deus; desse modo, sempre verá Deus na face do outro, o seu próximo. Se algo vai prejudicar alguém, prefere não fazer, mesmo que sofra perdas como consequência.Interessante que o apóstolo faz um elogio em tom de advertência (v. 9). Ele diz que os destinatários não estavam na carne, mas no Espírito, mas ele não para por aí e inclui uma condicional: "se é que o Espírito de Deus habita em vós". Provavelmente, o apóstolo estava alertando possíveis comportamentos carnais entre a comunidade dos cristãos de Roma, em especial, as pessoas que tinham vindo do judaísmo. Existe uma tendência de pessoas carnais se esconderem por detrás do legalismo. Os cristãos legalistas precisam de uma atenção especial, pois, muitas vezes, escondem sérios problemas espirituais sob a aparência de santidade e pureza. Para o ser humano saber se anda na carne ou no espírito, basta somente observar o que mais tem alimentado em sua vida: se as coisas que são da carne ou as que são do Espírito, conforme citados nos parágrafos anteriores. Paulo incentiva os cristãos a viverem segundo o Espírito e ser gratos a Deus, como devedores ao Espírito pela mortificação das obras do corpo, que nos traz vida espiritual. Enquanto a sociedade romana afirmava "nós somos devedores do fatalismo" (BORTOLINI, 2013, P. 59), Paulo afirma que os cristãos salvos são devedores do Espírito.

B. A Herança da Vida no Espírito (Rm 8.14-27)

Todos os guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus (v. 14-17)

Esta unidade literária é considerada o núcleo do capítulo 8. Uma estrutura retórica dual que contém expressões relacionadas com a tradição judaica (v. 14-15) e também gregas/helênicas (vv. 16-17). O que é de se esperar, considerando a formação cultural e intelectual do apóstolo, uma mescla entre as tradições judaicas e helênicas. O texto inicia com a definição da filiação divina como exclusiva para aqueles que são guiados pelo Espírito de Deus, ou seja, a filiação não é universal. Essa afirmação se torna polêmica para um ambiente não cristão, que tem to-

das as pessoas como filhos e filhas de Deus. Todavia, o apóstolo faz uma diferenciação ao afirmar que somente os que são guiados pelo Espírito de Deus têm esse privilégio. As demais pessoas são identificadas como as que têm o espírito de escravidão, ou seja, aquelas que são escravas da lei do pecado e vivem debaixo do temor. Por mais que uma pessoa tenha uma aparente vida feliz debaixo dos deleites da carne, ela não tem a paz, e o temor aflige sua alma. Na realidade, por mais que o ser humano não queira reconhecer, a sua alma clama por Deus. O Deus que não encontrarão nesta forma de vida, por isso o medo por falta de sentido para a vida.No entanto, aqueles que vivem na submissão ao Espírito de Deus, guiados para fazerem a vontade dEle, sentem a paz com Deus que somente em Cristo pode ser alcançada. Segundo o apóstolo, essa paz é produzida pelo Espírito que testifica ao salvo que ele é filho de Deus. A este é permitido chamar Deus de "Aba, Pai" (v. 15). A fórmula "ἀββὰ ὁ πατήρ", expressão máxima da relação de Jesus com o Pai, é transferida também ao cristão salvo. A expressão era entendível pelos judeus por causa da etimologia aramaica, inteligível aos gentios convertidos ao cristianismo por causa do grego e pela utilização na liturgia primitiva. No entanto, o judeu ainda não convertido ao cristianismo teria dificuldade com a expressão, como ocorreu quando citada por Jesus. O conflito judaico surge porque a palavra Abba significava uma paternidade no sentido próprio, e não metafórico. Dessa forma, quando Paulo afirma que, como Jesus, as pessoas guiadas pelo Espírito também podem chamar Deus de "Aba, Pai", ele quer dizer que são verdadeiros filhos de Deus. Por isso que complementa dizendo que estes se constituem herdeiros de Deus e coerdeiros de Cristo. Imagine a herança que passa a ser outorgada a esses filhos. Paulo destaca que o sofrimento solidário com Cristo tem sua recompensa, pois, da mesma forma que sofre o sofrimento de Cristo, também será glorificado como Ele. Glória a Deus!

A redenção de toda a criação (v. 18-25)

A igreja primitiva sofreu muitas perseguições e sofrimentos por causa do evangelho. A comunidade deve ter se alegrado ao ler essa afirmação paulina com tanta convicção ("tenho por certo") de que o sofrimento por Cristo não seria em vão, e a redenção é certa. Nos escritos de Paulo, fica evidente a certeza que ele tinha de uma vida eterna com Deus. Mesmo no final de sua vida, quando muitos de seus companheiros

o haviam abandonado, praticamente esquecido o apóstolo em uma prisão úmida e fria, tendo a morte como certa, ele continuava comprometido com a pregação do evangelho e com a mesma confiança de que, após a sua execução, estaria nos braços de Deus. Esta confiança ele transferia para seus discípulos. Para uma sociedade como a romana, que defendia a servidão ao fatalismo, ou seja, de que as pessoas estão sujeitas ao destino, a resposta de Paulo é de que o destino do ser humano depende de sua atitude diante de Deus. O determinismo paulino é para coisas concretas, ou seja, para as pessoas que vivem no Espírito, as aflições presentes não poderão se comparar com a glória que Deus tem preparado para eles na vida após a morte. Dessa forma, não somente a vida terrena, mas também a vida após a morte depende das atitudes do tempo presente.

As atitudes das pessoas não somente definem seu futuro, mas também o futuro da natureza. Paulo afirma que toda a criação geme, devido às ações dos seres humanos. Em nome do desenvolvimento e da tecnologia, muito se tem destruído da natureza, e o resultado a sociedade está colhendo. Problemas na área urbana e rural (inundações, poluição, inversão térmica, chuva ácida, desmatamento, extinção de espécies, buraco na camada de ozônio, entre outros), que trazem sérios problemas para a saúde e qualidade de vida do planeta. Não tem como separar o desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e a paz. Eles são interdependentes e inseparáveis, e devem caminhar juntos para a preservação da vida. Os principais países consomem os recursos naturais radicalmente em nome da economia e prejudicam os países subdesenvolvidos, que funcionam como receptores de resíduos dos países ricos. Atualmente, muito se tem falado sobre sustentabilidade, mas o valor econômico-financeiro tem influenciado muito nas decisões. Não se vê uma esperança de resolução dos problemas ecológicos em médio prazo, mas o apóstolo Paulo já anunciava uma redenção para toda a criação. Deus está atento não somente para as pessoas, Ele também busca a redenção da natureza.Por fim, o apóstolo fala sobre a esperança. O que será do ser humano se não for a esperança? Ela é o que dá sentido para a vida e motiva a caminhada, independentemente das circunstâncias e aflições. Muitos céticos questionam a fé cristã, que defende a vida eterna com Deus, a encarnação de Deus, a ação de Deus no mundo, entre outras crenças, por não serem coisas que se possam ver e tocar. Paulo afirma que a esperança em coisas que se vê não é esperança, pois, como poderá esperar o que se

está vendo? Por isso, a necessidade de se confiar em Deus, pois, quando não se vê, é necessário esperar até que se tenha aos olhos aquilo que se esperava. Nem sempre as coisas acontecem no momento que se espera! De tal modo que se deve perseverar até ser redimido.

O Espírito Santo intercede por nós (v. 26-27)

Paulo, depois de afirmar que o cristão precisa ser paciente diante da expectativa de uma redenção futura, perseverando frente às aflições e os mais diversos sofrimentos, apresenta o Consolador para auxiliar nesta perseverança. Nos momentos de aflição em que não aparecem possibilidades visíveis de solução, as pessoas tendem a ficar inativas sem saber o que fazer. Neste momento, toda ajuda é bem vinda. Há indivíduos que aceitam ajudas até de pessoas que, em situações normais, não aceitariam. O desespero leva as pessoas a fazerem coisas inimagináveis. O cristão salvo também passa por momentos de aflições. Conforme já mencionado, o próprio Jesus fez essa afirmação (Jo 16.33). Todavia, Paulo afirma que o cristão tem à sua disposição o Espírito Santo, inclusive para pedir em nosso favor por não sabermos o que convém. O cristão, por mais fiel que seja, nem sempre sabe o que lhe convém em determinada situação, principalmente de sofrimento e angústia. Afinal de contas, o cristão continua sendo humano, não vira "super-homem" com a conversão. Nesses momentos, o apóstolo afirma que o Espírito Santo toma a nossa causa, se coloca em nosso lugar (empatia) para pedir por nós, porém sabendo o que é, de fato, conveniente. Em linguagem figurada, Paulo afirma que o Espírito Santo chega a gemer a nosso favor. Há momentos em que não há o que falar ou fazer, a não ser se render em adoração a Deus e esperar pelo renovo e refrigério de nossa alma. Se você está passando por um momento difícil de sua vida, experimente mergulhar no Espírito Santo de Deus e desfrute do refrigério que somente Ele pode dar.

C. A Lei do Espírito É Libertadora (Rm 8.28-39)

Tudo contribui para o bem daqueles que estão sob Lei do Espírito (v. 28-30)

Os cristãos romanos certamente questionavam o que estava acontecendo com eles (BORTOLINI, 2013, P. 61). Na visão de muitos, para não dizer todos, a conversão trouxe mais problemas do que era normal.

Não bastasse os problemas com a sociedade, ainda restavam os problemas internos, como já vimos no início do livro, principalmente com os judeus-cristãos que conduziam suas vidas pelo legalismo. O desenvolvimento da argumentação às vezes repetitivo de Paulo, a respeito das questões entre o legalismo do judaísmo e o cristianismo, demonstram como essa era uma dificuldade séria enfrentada pela igreja em Roma. Como entender isso? As pessoas ouvem o evangelho, se entregam a Cristo, mas o sofrimento e as aflições não acabam; pelo contrário, aumentam. E a libertação, onde está? A experiência de Paulo lhe credenciava para aconselhar os cristãos que viviam em Roma e, por conseguinte, para a igreja de todos os tempos.

Quantas mudanças ocorreram na vida do apóstolo: a) aquele que perseguia passou a ser perseguido; b) aquele que mandava acoitar passou a receber diversos açoites; c) aquele que usufruía do *status* e conforto do poder passou a viver na dependência de outros; d) aquele que convivia entre os membros do sinédrio passou a viver com pessoas das mais diversas classes sociais. Um homem que passou pelas mais diversas adversidades e sofrimentos, mas sabia que estava no caminho certo, dentro da vontade de Deus. Ele podia dizer que tudo contribui para o bem das pessoas salvas em Cristo. Pode até parecer que as coisas saíram do controle, mas tenha paciência, Deus está no controle. Muitas pessoas tiveram sérios problemas em sua vida, a ponto de não visualizar uma saída e se sentir abandonado por Deus e, de repente, o milagre aconteceu. Dessa forma, depois de tudo resolvido, é fácil perceber a mão de Deus dirigindo tudo. O apóstolo deveria ter vários exemplos como este e, com tranquilidade, poderia orientar os cristãos em Roma. Paulo afirma que, além de Deus conduzir nossas vidas no presente, Ele garante que aqueles que estão sob a lei do Espírito serão glorificados, a exemplo de Cristo.

Não há condenação contra os eleitos de Deus (v.31-34)

A perícope de Rm 8.31-39 é um hino litúrgico que exalta o amor de Deus e culmina com uma confissão triunfante que se torna como uma espécie de conclusão de tudo o que o apóstolo havia escrito até então. Exalta o amor divino como motivação para os cristãos em perseverarem firmes e seguros em Deus, mesmo em perigo de morte, a exemplo de Cristo.

No primeiro verso da perícope (v. 31), Paulo reforça aos cristãos romanos, dizendo: "Deus é por nós". Um conceito de Deus próximo e que age em defesa de seus filhos e filhas, segundo a fé no filho que Ele entregou por amar a humanidade. Um Deus que dá o próprio filho por amor, o que negaria para os salvos? Tudo é dEle, provém e retorna para Ele (1 Co 15.27,28; Cl 1.16,17), mas Ele não retém para si, pelo contrário, dá gratuitamente aos seus (Hb 7.25). Como vimos anteriormente, essa herança é especifica para os filhos, mediante a Lei de Cristo.

Que acusação esse Deus aceitaria contra os que foram justificados? Paulo reforça que não há condenação para os que estão em Cristo Jesus (v. 34), o que havia afirmado no início do capítulo (8.1). Rm 8.33-34 é um paralelo de Isaías 50.8-9. Independentemente de quem seja o acusador, humano ou não, não tem poder sobre quem foi justificado por Deus. No caso dos cristãos romanos, eles tinham entre seus acusadores os pagãos incrédulos e os judeus legalistas, que se recusavam a reconhecer a justificação pela fé, como visto, principalmente nos capítulos iniciais deste livro. Paulo parece ter a intenção de reforçar para não restar dúvidas de que eles realmente estavam justificados. Se Deus os justificou, quem poderia condená-los? Por isso, deveriam manter a vida em conformidade com a Palavra. No capítulo 10, ele vai reforçar novamente que as pessoas que se entregaram a Cristo não devem temer acusação alguma, pois ele diz: "a saber: Se, com a tua boca, confessares ao Senhor Jesus e, em teu coração, creres que Deus o ressuscitou dos mortos, serás salvo" (Rm 10.9).

Paulo conclui ressaltando a intercessão divina do Cristo ressuscitado em favor do justificado. O terceiro capítulo do profeta Zacarias tem um exemplo semelhante de intercessão divina, quando, na figura de um tribunal celeste, o acusador (Satanás) do sacerdote Josué é silenciado por Deus. Ao estudar Rm 8.26, já vimos a intercessão divina exercida pelo Espírito Santo, inclusive com "gemidos inexprimíveis", que decodificam como convém nossas necessidades. Aqui, no verso 34, Paulo complementa com a terceira pessoa da trindade, afirmando que o Cristo Ressuscitado continua sendo o advogado do justificado.

Nada separa o eleito[1] do amor de Cristo (v. 35-39)

Alguém que possui o privilégio citado na seção anterior da proteção do próprio Deus, da intercessão divina a seu favor e da promessa de vida eterna com Deus, tudo gratuitamente como prova do amor divino, um Deus que se dá pela criatura, trocaria tudo isso por algo ou alguém?

Em sua exposição, o apóstolo primeiramente faz os seus destinatários pensarem no privilégio que tinham como filhos e filhas de Deus. Depois, ele os desafia com o questionamento de quem ou o quê poderia separar um salvo do amor de Cristo. Ele relaciona sete possibilidades, mas não por acaso, pois as sete fizeram parte da história do martírio cristão: tribulação, angústia, perseguição, fome, nudez, perigo e espada. Paulo sabia do que estava falando. Uma perícope do evangelho de Lucas ajuda a entender um pouco mais o argumento do apóstolo, quando ele identifica como bem-aventurados os pobres, os famintos, os perseguidos e os aflitos (Lc 6.20-23)."Como está escrito". Paulo mais uma vez recorre ao AT (Sl 44.22) para reforçar sua argumentação, o que ele faz 17 vezes nesta carta. Ele quer demonstrar que o sofrimento dos cristãos romanos não era novidade. Desde o início da história do povo de Deus até o presente momento, os eleitos sempre sofreram pelo amor a Deus. O apóstolo aponta para o exemplo de Cristo, como aquEle que sofreu e morreu, mas foi vitorioso com sua ressurreição. Ele também chama os cristãos para se gloriarem na vitória de Cristo como a vitória de todos que creem nEle. Em Cristo, somos mais que vencedores.

É por esse motivo que o apóstolo afirma que nada poderá nos separar do amor desse Cristo. Ele relaciona uma série de forças hostis, tanto no plano terreno e material (tribulação, angústia, perseguição, fome, nudez, perigo, espada, vida e seus atrativos, morte e seus mistérios) como no plano espiritual (anjos e demônios) ou no plano temporal (presente e futuro), até mesmo no plano espacial (altura e profundidade). Ele enfatiza que nenhuma delas poderá separar o verdadeiro salvo do amor de Cristo. Palavras estas que devem ter encorajado a comunidade cristã em Roma a persistir na fé, mesmo diante de tantas adversidades.

[1] A referência ao eleito está relacionada às pessoas que aceitaram a Cristo como salvador e que vivem segundo a Lei do Espírito. Não se tem a pretensão de relacionar com a predestinação incondicional (salvação independentemente da decisão humana).

Capítulo 6

O Plano de Deus para Israel e as Nações (Rm 9–11)

1. A Justiça de Deus com Israel e os Gentios (Rm 9)

A. A Incredulidade de Israel e a Escolha de Deus (v. 1-13)

A incredulidade de Israel (v. 1-5)

Nesta perícope, o apóstolo levanta uma questão que se estenderá até o final do capítulo 11 (Rm 9-11). Como um povo tão abençoado por Deus como o povo de Israel pode rejeitar a oferta de salvação de Deus? Nos três capítulos citados, o apóstolo vai usar a própria Escritura hebraica para argumentar em tom fraternal com seus compatriotas judeus, buscando convencê-los da realidade de salvação em Jesus Cristo. Depois do brado de vitória do hino na parte final do capítulo 8, o capítulo 9 começa de forma súbita com uma queixa do apóstolo. Ele invoca o nome de Cristo e do Espírito Santo para consolidar seu lamento intenso e comovente pela incredulidade de seus irmãos judeus na revelação máxima de Deus, a salvação por meio da fé em Jesus Cristo. O apóstolo afirma também ter uma profunda e contínua tristeza por esse fato. Sua queixa é surpreendente, a ponto de desejar uma troca, sua separação de Cristo pela redenção dos judeus, sua própria família e nação. Que amor pela nação judaica é esse? O fato é que a incredulidade dos judeus incomodava constantemente ao apóstolo porque ele queria que o povo da promessa fosse alcançado pela salvação em Cristo. Mas se a maioria do povo judeu o rejeitou, o que fazer?

Brunner (2007, p. 134) assevera que a reação de Paulo não se deve apenas pela relação de sangue ou de uma relação histórica. Ele afirma que "[...] Ele sente em si mesmo o conflito entre a condição espiri-

tual atual de Israel e sua história divina. A herança de Israel!" A história e a relação entre Javé (o Deus de Israel) e seu povo era comovente. Paulo conhecia bem essa relação. Ele também era um judeu, porém transformado pela graça de Deus, e ele queria que seu povo também tivesse a mesma experiência. Bruce (2004, p. 148) afirma: "[...] Como ansiava por que eles também tivessem as escamas dos seus olhos removidas!"

Após o desabafo, o apóstolo relaciona as dádivas concedidas graciosamente a Israel por Deus: a adoção, a glória, os concertos, a lei, o culto, as promessas, os patriarcas. Por último, a maior de todas as dádivas, seu próprio Filho, o Cristo. Este que é rejeitado pela maioria dos membros da nação que podia se gloriar de tantas dádivas recebidas. Por outro lado, membros de povos das mais diversas nações e que nunca haviam desfrutado daquelas dádivas o reconhecem, aceitam o evangelho de primeira mão, como diz um ditado popular: "amor à primeira vista".

Deus escolhe os filhos da promessa (v. 6-13)

Este é um dos textos preferidos dos deterministas, que afirmam que Deus escolhe as pessoas de antemão, sem intervenção humana, simplesmente mediante a soberania dEle. Ele escolhe e pronto. Se atentarmos para o contexto de toda a carta, iremos perceber que não é isso que o texto está falando. Por isso, o cuidado já mencionado de considerar o contexto em todas as interpretações de texto. Quem tira os textos dos contextos, consciente ou inconscientemente, fará virar pretexto para interpretar por meio de conceitos preconcebidos. Esta é a diferença fundamental entre exegese (extrair do texto a intenção do autor) e eisegese (colocar no texto a intenção do leitor).

O interessante na Bíblia é que a história secular do povo de Israel se confunde com a história divina. Essa proximidade tem provocado muitas falhas nas interpretações porque alguns leitores e estudiosos não conseguem separar as duas coisas, quando necessário. Brunner (2007, p. 135) faz a seguinte observação em relação sobre o duplo Israel:

> O que é peculiar e único com referência a Israel é o fato de que uma história divina esta incrustada em sua história natural enquanto povo. Assim, há sempre um duplo Israel: um Israel no sentido da natureza e da história secular, e um Israel no sentido da historia divina. O quanto estes dois divergem se

> torna especialmente claro ao apóstolo na história de Abraão e Jacó, os dois patriarcas. Em ambos, há uma interseção da história divina e da natural.

A família dos dois patriarcas (Abraão e Jacó) é utilizada por Paulo para exemplificar a soberania de Deus na eleição de seus escolhidos. Nos capítulos 2 e 4 da carta, o apóstolo já havia afirmado que nem todos os filhos de Abraão eram verdadeiros herdeiros da promessa que Deus havia feito ao patriarca. Diferentemente do que afirmavam os judeus, não era linhagem sanguínea ou o nascimento nas terras de Israel que tornava os judeus eleitos como descendentes espirituais de Abraão. Deus escolhe pela conduta das pessoas e, como Ele é onisciente, de antemão já sabe quem irá aderir à sua vontade e quem não vai. Por isso, a afirmação da escolha antes ou desde o ventre materno.

Há quem afirme que as promessas de Deus falharam devido à incredulidade de Israel. De forma alguma! Schnelle (1999, p.90) afirma que Paulo diz o contrário: "[...] A eleição é válida, as promessas prevalecem, mas Israel caiu em crise perante a revelação de Deus em Jesus Cristo". Não foram as promessas que falharam, e sim as ações de alguns judeus, que, de fato, não o são de verdade (v. 6). Aqueles que confiaram e viveram confiados na promessa foram abençoados, como no caso de Jacó, neto de Abraão. Abraão teve mais filhos, mas foi Isaque o filho da promessa. Por sua vez, Isaque teve dois filhos. Enquanto um deles (Jacó) buscou a promessa, o outro a desprezou (Esaú). Portanto, quem buscou a promessa se constituiu o filho da promessa, que foi Jacó. Aqui, na figura de Isaque, o apóstolo esclarece a distinção entre o Israel segundo a carne e o verdadeiro Israel da promessa. Este com direito a verdadeira descendência de Abraão, aquele somente a filiação carnal.

Por isso, a citação das palavras de Malaquias pelo apóstolo: "Amei Jacó e aborreci Esaú". Esaú foi aborrecido pela sua conduta, e o profeta Malaquias faz referência a ele devido a sua descendência. O povo de Edom seguiu a mesma atitude desprezível de seu patriarca e também estava sendo rejeitado por Deus. Jacó não foi escolhido, e Esaú foi rejeitado por Deus. Assim como Deus fez com Israel nos tempos do apóstolo Paulo, Ele continua fazendo nos dias atuais com a humanidade de uma forma geral.

B. A Justiça de Deus para com Israel (v. 14-33)

Deus não é injusto com Israel (v. 14-29)

O ser humano tem uma tendência de querer medir as ações de Deus pelo seu próprio padrão, em vez de viver de medir com o padrão da justiça de Deus. Muitas pessoas ficam questionando a ação misericordiosa de Deus com determinadas personalidades bíblicas ou do dia a dia porque, em sua própria régua, a pessoa não merece tal tratamento. Na realidade, ninguém tem o direito à misericórdia divina, mas Deus a dá soberanamente e por livre dádiva, todavia, sob o critério de sua justiça. Com relação a Israel, Brunner (2007, p. 139) afirma: "Deus é livre para rejeitar Israel por causa da sua descrença sem, portanto, se tornar infiel à sua promessa."

O apóstolo novamente busca nos textos do AT subsídios para desenvolver sua argumentação com relação à soberania de Deus, exercida sob a régua de sua justiça. Ele faz reportar a um dos mais importantes fatos da história do povo de Israel, o êxodo, que fora liderado por uma das mais importantes figuras para aquele povo, Moisés. Como exemplo da execução da ira de Deus, ele cita a principal figura de poder opressivo da época, Faraó. Stott (2003, p. 317) comenta sobre a aplicação da misericórdia e da ira de Deus neste exemplo paulino:

> [...] porventura Deus é injusto ao exercer com soberania suas escolhas (14)? De modo nenhum! A Moisés ele ressaltou sua misericórdia (15) e a Faraó seu poder de julgá-lo (17). Mas nenhum dos dois é um gesto de injustiça – nem ter misericórdia de quem a merece, nem endurecer o coração de quem se mostra endurecido (18). Misericórdia e juízo são plenamente compatíveis com a justiça.

Portanto, o que definiu a aplicação da misericórdia ou da ira foi o comportamento dos dois personagens. Quando é utilizada a figura de linguagem de que Deus endureceu o coração de Faraó, não quer dizer que Deus colocou a maldade no coração de Faraó, e sim que a maldade já estava dentro dele e estava sendo alimentada pelo próprio Faraó. No primeiro capítulo da carta, já vimos um exemplo similar

quando Paulo afirma que Deus entrega os seres humanos a suas próprias concupiscências. Faraó não se submeteu à vontade de Deus e resistiu confiante no poder de seu império, sendo, dessa forma, alvo da ira de Deus. Por outro lado, Moisés foi humilde e obediente à voz do Senhor. Por isso, alcançou a misericórdia de Deus, que agiu de acordo com o comportamento das duas personagens; portanto, com justiça.

Paulo utiliza esse exemplo para demonstrar que, com Israel, como para toda a humanidade, Deus age da mesma maneira, com justiça. Israel estava rejeitando a maior dádiva de Deus, o seu próprio filho. Esta atitude comprometeria o futuro daquele povo. Paulo utiliza a própria Escritura, história e exemplos dos principais líderes para convencer os judeus para que eles não sejam alvos da ira, mas sim da misericórdia de Deus. Eles não foram gerados para a ira de Deus; porém, se o comportamento deles não mudasse, eles mesmos estariam se colocando nesta condição. Como afirma Brunner (2007, P. 138-9), "[...] Deus certamente não fez Israel para a ira. Mas, por sua desobediência – como veremos no capítulo dez – Israel se tornou um vaso da ira de Deus." Portanto, o vaso não pode questionar o oleiro, pois, além de sua soberania, suas ações são pautadas na justiça. Como afirma Schnelle (1999, p.90) "a fidelidade de Deus não se anula por causa da infidelidade de alguns seres humanos do povo de Israel. A veracidade de Deus também permanecerá ante a injustiça humana".

O apóstolo enfatiza também a paciência de Deus. Davi foi sábio ao escolher o julgamento de Deus do que o dos seres humanos, pois ninguém tem a misericórdia de Deus (1 Cr 21.13). O ser humano tem dificuldade para ter misericórdia em determinados momentos, principalmente na ingratidão. Imagine o que seria da humanidade se não fosse a misericórdia de Deus.

Paulo mais uma vez cita o AT (v. 25-29). Desta vez, dois profetas (Oseias e Isaías) para demonstrar como a rejeição da maioria do povo de Israel acaba por favorecer as demais nações. Destaca, no entanto, que um remanescente se salva. Na época do apóstolo, ficava mais clara a inclusão de outros povos nas promessas de Deus feitas a Abraão e à sua descendência. Numa releitura cristã do AT, é possível perceber que a promessa também era espiritual e como os gentios poderiam ser alcançados. O livro de Atos deixa claro como o evangelho sai dos territórios judaicos com a perseguição e chega até os gentios. O anúncio

do evangelho é intensificado com o apóstolo dos gentios e autor da carta em estudo, e os frutos foram colhidos pelo mundo conhecido da época, chegando até nossos dias.

Pela misericórdia de Deus, a igreja em Roma era formada tanto de judeus (parte do remanescente) como de gentios. Eles não deviam brigar entre si, mas juntos anunciar o evangelho para que novos judeus e gentios chegassem ao conhecimento da salvação.

Israel esbarrou na pedra de tropeço (v. 30-33)

Nestes últimos versículos do capítulo 9, o apóstolo começa a desenvolver uma tese que irá aprofundar no próximo capítulo. De forma sucinta, nesta perícope ele demonstra que a situação lamentável da maioria do povo judeu era culpa de suas próprias atitudes. Paulo mantém seu método dialético de perguntas e respostas (v. 30-32). Ele utiliza expressões dos jogos olímpicos, nos quais os atletas corriam perseguindo uma meta pelo desejo de triunfar com a vitória. Essa figura era comum nos escritos atribuídos a Paulo (1 Co 9.24-27; Gl 2.2; 5.7; Fp 3.12-13; 2 Tm 4.7-8).

Paulo demonstra que não havia contradição na justificação dos gentios, como se não buscassem a justiça e tivessem alcançado injustamente. O que ele afirma é que Israel, que achava estar buscando a justiça de Deus, a buscou de forma equivocada, ou seja, por meio das obras da lei, e não da Lei da justiça de Deus. Um grande número de gentios foi sendo agregado à Igreja e alcançou a benção messiânica (1.16-17; 3.21-26; 4.1-5; 5.1; 9.24-26). Enquanto isso, a maioria dos judeus, que estavam focados nas obras da lei, cada vez mais se afastava do evangelho da graça. Ainda entre os poucos que foram aceitando o evangelho, havia, como na comunidade em Roma, aqueles que estavam em dúvida, e outros que retornaram à opressão do jugo das obras da lei. O grande problema dos judeus era que a mensagem do evangelho de Cristo era inaceitável para eles. Assim como os atletas que, nas competições, eram enganados pelos objetos que eram jogados nas pistas e que tiravam o foco deles, os judeus pensavam perseguir a "justiça de Deus", mas perseguiram a justiça errada (Rm 3.28; Gl 2.16; Ef 2.8-9). Infelizmente, eles, que foram os receptores da lei e das Escrituras, cuja história se confundia com a própria história divina, não compreenderam o plano divino da justificação pela fé, que o apóstolo evidenciou estar presente já no AT (4.2-8) e era o objetivo final da lei (3.31; 8.4; 10.4; Gl 3.24).

Os judeus tropeçaram na pedra de tropeço. Mas que pedra era essa? Brunner (2007, p. 142) dá uma importante pista. Ele afirma: "[...] A mensagem da justiça de Deus em Jesus Cristo tornou-se para eles esse obstáculo e pedra de tropeço a respeito da qual Isaías fala". O legalismo havia cegado os judeus de tal forma que a mensagem da cruz parecia loucura, e a doutrina da justificação pela fé, uma blasfêmia. Enquanto que para eles a morte de Jesus na cruz era humilhante, amaldiçoada e repugnante (1 Co 1.23; Gl 5.11), para os cristãos era a fonte de justiça. Jesus para os cristãos era a pedra angular e o único meio de se chegar a Deus, conforme o corajoso discurso do apóstolo Pedro perante o Sinédrio, na presença do sumo sacerdote e familiares, quando, juntamente com João, estavam sendo julgados pela cura do aleijado que ficava na porta do Templo.

Para verificar a contradição entre o evangelho e a prática judaica, basta recordar os relatos dos evangelhos sobre os embates entre Jesus e os escribas e fariseus. Estes, focados em detalhes da lei, deixaram de perceber a essência do evangelho.

2. A Finalidade da Lei É a Justificação em Cristo (Rm 10)

A. Paulo Deseja que os Judeus Conheçam a Justiça de Deus (v. 1-3)

Paulo deseja a salvação dos judeus (v. 1)

Paulo procura esclarecer minuciosamente a revelação de justificação por meio da fé em Cristo, que chega a ser repetitivo em alguns pontos. Todavia, quem somos nós para questionarmos o trabalho do apóstolo que praticamente sistematizou a teologia cristã? Uma das regras da hermenêutica é identificar as palavras e temas que mais se repetem em um texto para serem analisadas, pois quanto mais se repetem, tendem a ser mais importantes. Nesse caso, o apóstolo quer deixar bem claro o sentimento que ele tem pelos judeus e pela nação judaica. Parece que ele quer deixar claro não somente para os judeus, mas também para os gentios convertidos ao cristianismo, provavelmente devido aos conflitos entre eles na maioria das igrejas cristãs da época.

A história do apóstolo até a sua conversão esteve praticamente ligada de maneira estreita ao desenvolvimento do judaísmo. A teologia paulina não se estabelece por completo na experiência de sua conversão em Damasco. Nem o fato de reconhecer Jesus como seu Senhor no caminho, nem a consequente colisão com a lei judaica o tornou num antinomista, mas lhe trouxe uma nova compreensão da lei. Entretanto, esta experiência foi significativa para a convicção de seu chamado. Depois de Damasco, os olhos do apóstolo foram abertos para a ilusão de que o ser humano poderia gloriar-se diante de Deus pelos seus méritos. Ele então passa a se opor à tese dos judaizantes de que a lei seja o caminho da salvação.

Paulo foi, inicialmente, um fariseu convicto, discípulo de um importante rabino de Jerusalém (Gamaliel). Ao mesmo tempo, fora um judeu da diáspora em contato com não-judeus e, naturalmente, com sua cultura. Sua teologia foi influenciada pelos conceitos judaico-palestinos, judaico-helenistas, como também gentílico-helenistas. Entre os estudiosos do Novo Testamento, há o reconhecimento crescente de que a matriz do seu pensamento dever ser encontrada em sua formação judaica. Todavia, ele precisa ser entendido como um judeu da dispersão; portanto, um estilo diferente do judaísmo da Palestina. Por isso, suas interessantes releituras do AT, conforme já visto nesta carta, diferente da interpretação ortodoxa judaica palestinense.

Toda a experiência de Paulo o levou ao conhecimento do evangelho da justificação pela fé em Cristo, que continuava sendo rejeitada pela maioria dos judeus. Isso incomodava o apóstolo, que desejava que todo judeu chegasse ao mesmo conhecimento e experimentasse a mesma comunhão com Deus que ele tinha, vida bem diferente daquela antes de Damasco. Algo tão bom assim precisava ser compartilhado com seus compatriotas.

Para conhecer a justiça de Deus, os judeus precisavam conhecer a finalidade da lei (v. 2-4)

Paulo reconhecia o zelo religioso dos judeus, conforme já visto, pois ele mesmo fazia parte daquele grupo e afirmava ter sido um fariseu dos fariseus. Ele conhecia a devoção com que aquele povo buscava atender os detalhes da sua religião. Todavia, o esforço deles era para algo que não daria o resultado que eles queriam. Embora Paulo reconheça o zelo dos judeus com a sua religião, ele lamenta que eles te-

nham estabelecido a sua própria justiça e rejeitado a verdadeira justiça de Deus. Esta que se dá por meio da morte de Cruz, desprezada por eles. Quando se diz que Israel por conta própria buscava estabelecer a justiça, tem o sentido de manutenção de uma visão exclusivista que impossibilitava a oferta da salvação para as demais nações, que não faziam parte do pacto com o pai Abraão.

Esta exclusividade colocava os costumes judaicos acima do próprio poder justificador de Cristo. Paulo criticou o próprio apóstolo Pedro que impôs aos gentios que vivessem como judeus (Gl 2), afirmando categoricamente que ninguém se justifica pela pratica da lei, mas somente por meio da fé em Jesus Cristo. Um bom exemplo sobre a relação da igreja primitiva liderada pelos primeiros judeus-cristãos e os gentios foi a realização do concílio de Jerusalém (At 15). O assunto principal era a necessidade ou não de imposição de costumes judaicos sobre os novos convertidos que não eram judeus. Como visto, os próprios líderes da época, a maioria com contato direto com Jesus, estavam impondo sobre os gentios as mesmas práticas dos judeus-cristãos. Felizmente, o resultado foi a conscientização de que algumas práticas eram exclusivas para os judeus e não deveriam ser impostas aos gentios. Esse foi o entendimento de que não se poderia exigir algo que não implicasse na salvação (legalismo), no caso, principalmente algo que era exclusivo de uma nação para as demais nações.

Os judeus-cristãos de Jerusalém continuaram com algumas práticas do judaísmo, mas não as colocavam acima e nem invalidavam o sacrifício de Cristo, enquanto que os gentios valorizavam da mesma maneira o sacrifício de Cristo, mas não tinham as mesmas práticas que os judeus-cristãos. Eram todos membros da Igreja de Cristo. Todavia, mesmo que atenuado com o concílio, a tensão entre esses dois grupos permaneceu dentro da igreja cristã, tanto que continuava sendo uma preocupação do apóstolo quando escreveu a Carta aos Romanos. Essa prática continua presente na igreja atual. Há muitos líderes e membros de igrejas evangélicas que, infelizmente, continuam impondo sobre a membresia práticas exclusivas do judaísmo. Isto é uma contradição do evangelho.

A situação de Paulo e dos judeus é semelhante a um grupo de pessoas que programam a viagem de seus sonhos, adquirem um mapa por um alto preço para chegar ao local desejado. Depois de um longo

caminho percorrido, um dos líderes do grupo descobre que o mapa não está completo e apenas a direção está correta. Mas para chegar ao local desejado, será necessário um novo mapa, que é fornecido gratuitamente. Esse líder, após sua descoberta, volta para o grupo e fala o ocorrido. O grupo fica incrédulo, pois como poderia um mapa distribuído gratuitamente ser melhor do que um mapa que foi comprado por um bom preço. O líder fica tentando convencer o grupo de que está falando a verdade, pois sua vontade é que todos alcancem sua meta.

A ilustração é simples, limitada como toda ilustração, mas auxilia o entendimento da relação entre Paulo e os judeus. Eles eram zelosos com sua religião, mas sua doutrina (lei) era dura (alto preço) e não iria levá-los até Deus. Paulo descobriu a verdade, mas não conseguia convencer os judeus, pois estes procuravam sua própria justiça e não se sujeitaram à justiça de Deus. Os judeus rejeitavam essa justiça, principalmente por causa de sua gratuidade que, para eles, não era confiável. Paulo afirma que o fim da lei é Cristo. Portanto, a lei apontava a direção, o salvador; todavia, não era suficiente para salvação.

A justiça de Deus se dá por meio da fé, independentemente de nacionalidade (v. 5-13)

Mais uma vez, o apóstolo cita Moisés, o grande legislador e personagem respeitado pelos judeus. O nome de Moisés já lembra a lei. Paulo cita o texto atribuído a Moises que afirma que o ser humano que seguir a lei viverá por ela, ou seja, estará amarrado a ela. Ele continua dizendo que não é o ser humano que vai definir como se chegar a Deus. O caminho para se chegar a Deus não depende de interpretação particular do ser humano, como se cada pessoa tivesse a liberdade de definir como quer chegar até Ele. Paulo retoma indiretamente, mais uma vez, um dos temas ou o tema principal da carta de Rm 1.16-17. Deus já tem o caminho definido para que o ser humano chegue até Ele. Basta ao pecador seguir esse caminho caso queira se reconciliar com o Senhor.

Paulo, como representante do cristianismo, é enfático ao apresentar Cristo como o único caminho. Deus credenciou o próprio filho para ser o salvador da humanidade. Para Paulo, não existe caminho alternativo. Ele, inclusive, dá a "receita" para alcançar a justificação.

No verso nove, ele afirma que é necessário confessar com a boca e no coração crer que Jesus foi ressuscitado por Deus após sua morte de Cruz e que Cristo tem poder para restaurar o pecador com Deus. Como isso é possível a um judeu? O apóstolo responde na primeira carta canônica escrita à igreja em Corinto (1 Co 12.3) que somente pelo Espírito Santo de Deus se pode confessar a Cristo como Senhor. Por outro lado, afirma que ninguém poderia chamar Jesus de anátema se tivesse o Espírito Santo. Dessa forma, fica caracterizada a falta de abertura dos judeus para o Espírito Santo de Deus, pois desprezavam o evangelho de Cristo. A esperança de Paulo era que os judeus tomassem como verdadeiro e fizessem o que está recomendado em Fp 2.7-11.Paulo dedica boa parte da argumentação para os judeus, mas conclui a perícope afirmando que o caminho é o mesmo, tanto para os judeus como para os gentios. Deus é Senhor de todos e está aberto a todas as pessoas que se aproximem dEle, independentemente de sua nacionalidade.

B. A Fé que Justifica vem pelo Ouvir a Palavra (v. 14-21)

A importância de anunciar a Palavra (v. 14-15)

Os judeus não tinham como crer em quem nunca ouviram falar (v.14). Porém, será que os judeus poderiam dizer que o evangelho não havia sido pregado para eles? Na verdade, os judeus foram os primeiros a ouvir o evangelho de Jesus Cristo. Não somente foram os primeiros a ouvir, como também foram a geração da época de Jesus que teve a oportunidade de ouvir o próprio filho de Deus encarnado. Como registra o autor do evangelho de João: "[...] Está escrito nos profetas: E serão todos ensinados por Deus. Portanto, todo aquele que do Pai ouviu e aprendeu vem a mim". No início da carta, o apóstolo, ao defender seu apostolado, já fez menção de sua missão de pregar o evangelho de Jesus, que é a salvação de todo aquele que nEle crê. Ele afirmou veementemente que não se envergonhava de anunciar esse evangelho. Essa afirmação certamente tinha endereço, tanto para os membros da igreja em Roma como para a Igreja ao longo de toda sua história até os dias atuais. Existem cristãos que negligenciam a responsabilidade de anunciar a Palavra de Deus, como se não fosse devedor pelo privilégio de ter sido alcançado pela pregação do evangelho. Como afirma o apóstolo, não tem como crer em quem não se

ouve. Portanto, se alguém conheceu o evangelho de Cristo é porque teve um cristão responsável que pregou para ele. Existem vários motivos que levam um cristão a se acovardar diante da responsabilidade de pregar a Palavra. Um desses motivos é a própria vergonha de se apresentar como cristão, como o medo da reação de quem ouve, entre outros motivos. Todavia, diante de Deus, não haverá justificativa para tal procedimento. Uma das mensagens que Paulo teria que pregar e vem pregando ao longo da carta é mostrar a infidelidade de Israel em contraponto à fidelidade de Deus. Uma palavra difícil de ser entregue, mas por amor aos compatrícios judeus, Paulo o fez. Este é um exemplo a ser seguido por toda pessoa que experimentou a revelação da justiça de Deus em Cristo.

Nem todas as pessoas obedecerão ao evangelho (v. 16)

No comentário da perícope anterior, foi mencionado que um dos possíveis motivos de uma pessoa se negar a pregar o evangelho é o medo da reação de quem ouve. O desejo de quem prega e ensina a Palavra é de que todos os ouvintes cheguem ao conhecimento da Verdade e se entreguem integralmente a Deus para servi-lo por toda sua vida. Entretanto, essa não é a realidade. Como cristãos, temos a responsabilidade de pregar o evangelho, e devemos fazê-lo independentemente do resultado. Paulo lamenta que o evangelho tenha sido pregado entre seus irmãos judeus e que a grande maioria havia rejeitado. Eles ouviram o evangelho, porém não creram e nem obedeceram. Paulo desistiu por isso? De forma alguma! Ele tinha ciência de que nem todos que ouvem, aceitam de bom grado. Ele continuava pregando, mesmo ao final da vida, abandonado e esperando ser executado por amor ao evangelho que pregava e, acima de tudo, incentivava os seus sucessores que estavam à frente das igrejas a não abandonar a missão para a qual foram chamados.

O evangelho que foi rejeitado pelos judeus foi aceito pelos gentios (v. 17-21)

Paulo afirma que a fé vem pelo ouvir a Palavra de Deus. Por isso, a ênfase dada anteriormente sobre a importância de pregar a Palavra de Deus, seja qual fosse a reação dos ouvintes. Agora, ouvir também é importante. O texto está se referindo aos judeus, mas antes de falarmos sobre eles, serão destacados dois pontos relevantes para quem já ouviu e aceitou o evangelho: a) a dedicação em ouvir a Palavra; e b) a dedicação

de quem prega a Palavra de Deus. Muitos crentes que estão acostumados ao longo de sua caminhada cristã já não dão tanto valor em ouvir a pregação e o ensino bíblico. A fé também precisa ser cultivada. Se a fé vem pelo ouvir, o cristão precisa ouvir constantemente a Palavra para que sua fé seja fortalecida. Por outro lado, os crentes que tem a incumbência ministerial para pregar e ensinar a palavra de Deus precisam se dedicar aos estudos. Como o etíope que foi abordado por Felipe, muitas pessoas não conseguem entender porque não tem quem explique adequadamente. Muitas congregações têm padecido por falta de preparo de obreiros que não manejam bem a Palavra de Deus por negligenciarem o chamado do Senhor para sua vida. O apóstolo afirma que os judeus não creram, não por falta de quem pregasse, mas pela dureza de coração, porque eram rebeldes. No entanto, Paulo enfatiza o ponto positivo da rejeição dos judeus: a expansão do evangelho pelas demais nações. Novamente, ele faz uso da releitura do AT, citando Isaías, o qual anunciava que outros povos chegariam ao conhecimento do Deus e que isso causaria ciúmes a Israel, chamado de povo de Deus. Aquilo que o povo judaico rejeitou o povo gentio acolheu. Aquele que não buscava e nem perguntava foi alcançado pela revelação do evangelho de Jesus Cristo.

3. Deus não Rejeitou Israel (Rm 11)

A. Um Remanescente Alcança a Misericórdia Divina (v. 1-10).

Nem todos os judeus rejeitaram o evangelho (v. 1-6)

A fidelidade de Deus supera a infidelidade do ser humano. O apóstolo continua falando a respeito do seu povo, sua nação. Ele afirma que Deus não rejeitou seu povo. Na realidade, Paulo já vem construindo esse tema bem antes, procurando exaurir o assunto para deixar bem claro a posição de Israel diante de Deus, ainda que pareça repetitivo. Aqui, ele começa a trazer mais argumentos para evidenciar essa sua afirmação. Ele começa citando a si mesmo, ele que era um israelita, descendente de Abraão, e delimita ainda mais a si mesmo, dizendo ser da tribo de Benjamin. Benjamin também era uma tribo influente. Foi dessa tribo que saiu o primeiro rei de Israel, o rei Saul.

Paulo ainda se descreve como um zeloso fariseu que defendeu, durante muito tempo de sua vida, a exclusividade de Israel e a necessidade de rituais e a lei para a justificação. Ele se apresenta como a primeira evidência de que Deus não rejeitou Israel, pois, se assim fosse, não teria lugar para ele entre a comunidade cristã. Ele assume que também pensava e agia como os judeus, mas que havia conhecido a verdade e sonhava com a conversão de todo judeu a Jesus.

Mais uma vez, o profeta se fundamenta nas escrituras judaicas, desta vez citando um dos mais considerados profetas de Israel, Elias. Ele cita o momento em que Elias se achava o único humano que ainda restava ser fiel a Deus, mas Deus mostra para Elias que ele não era o único. O Senhor faz Elias compreender que sempre houve e sempre haverá, ainda que seja um grupo menor, talvez até insignificante para alguns, um remanescente que manterá sua fidelidade a Deus. Pessoas que não trocam suas experiências e gratidão a Deus por outras ofertas que o sistema do mundo possa oferecer. O apóstolo pretende com isso convencer o povo israelita de que o espaço ao lado de Deus continua reservado para o judeu, todavia condicionado à mediação de Cristo, o único sacrifício eficaz para resolver o problema do pecado humano. Se existe um remanescente de Israel, onde ele estava? Vimos que o apóstolo apresentou a si mesmo como a primeira evidência da não rejeição de Deus para os judeus. Agora ele diz que, no tempo presente, ou seja, na época do apóstolo, continuava existindo um remanescente fiel a ele e que era justificado. Ele afirma também que esse remanescente não havia sido justificado pelas obras da lei, e sim pela graça de Deus. Como os judeus não acreditavam na justificação por meio da fé, então esse remanescente não poderia estar no meio do judaísmo, mas sim entre a comunidade cristã. Comunidade esta que era inclusiva, aberta para as pessoas de todas as raças, credos, gênero, classe social, entre outras possibilidades de diferenciação. Uma comunidade aberta para todas as pessoas, inclusive aos judeus. Nem todos os judeus haviam rejeitado o Senhor. Dentre as comunidades cristãs, existiam aqueles que haviam tido a experiência com Cristo.

Os judeus que buscaram justiça própria não alcançaram a justiça de Deus (v. 7-10)

Os judeus buscavam a Deus, porém o buscavam de forma errada. Por isso, não obtiveram sucesso em sua busca. Os eleitos, que Paulo

cita na perícope anterior, os quais Deus de antemão já os conhecia, estavam na comunidade cristã onde estavam os outros. Os demais judeus continuavam buscando chegar a Deus por seus méritos pessoais, fazendo as chamadas obras da lei, porém com seus corações endurecidos pela religiosidade judaica. Algumas pessoas utilizam o termo eleitos para defender um determinismo de Deus, mas o apóstolo deixa bem claro que eram eleitos pela onisciência de Deus, que, previamente, já conhece as pessoas que farão a decisão por Jesus. Ele, porém, continua agindo e dando oportunidades a todas as pessoas por ser um Deus justo. Ninguém poderá dizer que o Senhor o rejeitou ou que não deu oportunidade para conhecer a salvação em Cristo Jesus, mas terão que assumir que não foram eleitos devido à dureza de seus corações, a exemplo dos judeus.

Outra expressão que é utilizada pelos deterministas para defender a eleição incondicional[1] é a afirmação de que os corações dos judeus foram endurecidos. Neste caso, não quer dizer que Deus manipulou os sentimentos e ações das pessoas de forma que elas sejam excluídas da possibilidade de salvação, como um Deus tirano que, simplesmente, por sua vontade, lança sua criação para o Inferno. Na realidade, eles não viam e nem ouviam o evangelho devido às suas próprias concupiscências, como já vimos ao analisar Rm 1.29: "estando cheios de toda iniquidade". Deus, que pela sua soberania poderia mudar as atitudes e ações das pessoas, não o faz, mas deixa as pessoas fazerem uso do seu livre-arbítrio para escolher seu próprio caminho. Ele mostra o caminho correto, porém resta ao ser humano fazer sua escolha.

O apóstolo retoma novamente uma citação do AT, agora o rei Davi. A citação de Davi serve para corroborar com a afirmação paulina de que as pessoas recebem a retribuição de acordo com suas atitudes e comportamentos. O evangelho foi anunciado aos judeus, o caminho para a salvação por meio de Cristo foi apresentado para eles, mas voluntariamente escolheram o caminho da justiça própria. Por isso não alcançaram a justiça de Deus, que é gratuita.

[1] Eleição incondicional significa que, independentemente da vontade ou ação da pessoa, Deus a destina para a salvação, ou seja, não há condições estabelecidas previamente para a pessoa se salvar, a não ser a soberania de Deus.

B. A Rejeição de Israel e o Enxerto das Nações Na Oliveira (V.11-24)

A rejeição de Israel resultou na reconciliação do mundo (v. 11-15)

O apóstolo é irônico em seu questionamento: "porventura, tropeçaram, para que caíssem?" Dá-se a impressão de que o apóstolo está dizendo: "vocês vão querer culpar quem? Vão dizer que alguém os jogou para o precipício?" Desde o relato da criação, quando nem Adão nem Eva assumem a responsabilidade pelo erro e coloca em terceiros, o ser humano vem agindo desta mesma maneira, sempre achando um culpado para seus pecados, como um "bode expiatório". Israel, ou seja, a maioria do povo judaico, rejeitou deliberadamente a oferta de Deus em Jesus Cristo. Portanto, eles não tinham como se justificar.

O que fazer agora? Recolher a oferta e deixar a humanidade perdida? Não! Deus ofereceu gratuitamente a salvação pela graça por meio da fé em Cristo Jesus a toda a humanidade. Todavia, o apóstolo afirma que os judeus foram privilegiados por receber de primeira mão a oferta. Eles, no entanto, a desprezaram. A oferta continua disponível, e os gentios a aceitam de bom grado. Vale ressaltar que, quando o apóstolo cita os gentios, não quer dizer que todos os gentios abraçaram a oferta, mas ele utiliza a expressão para incitar os judeus que a oferta de Deus, que foi oferecida diretamente a eles com a encarnação do próprio filho de Deus em suas terras e, depois, foi rejeitada, foi acolhida pelo povo que eles consideravam como impuros. Paulo afirma que a queda dos judeus se transformou em riqueza para a humanidade. Paulo faz questão de dizer que ele pretende incitar o ciúme de seu povo, porém esclarece que a intenção é boa, e busca a salvação de alguns judeus que, enciumados pela aceitação dos gentios, se aproximam de Deus. Brunner (2007, p. 158) ao comentar sobre a ação de Paulo em favor dos judeus, faz a seguinte afirmação: "[...] Deste modo ele trabalha, mesmo que indiretamente, para a conversão do seu povo". No entanto, Paulo também enaltece o seu chamado para o ministério com os gentios. Parece que Paulo sente que está focando sua atenção para os judeus. Então, ele volta sua atenção para os gentios, uma vez que existia uma rivalidade dentro da igreja entre os dois grupos: judeus e gentios. O apóstolo demonstra sua satisfação de ser considerado o apóstolo dos gentios, o líder da igreja que priorizou a pregação do evangelho para os povos que eram desprezados

pelos judeus e considerados indignos de receber a Palavra de Deus, bem como as demais dádivas divinas.

Os judeus recebem a exortação paulina pelo desprezo à graça de Deus manifestada em Jesus Cristo, mas também reconhecem a prontidão dos gentios para receber o evangelho. Ele enaltece a escolha dos gentios ao demonstrar sua satisfação de ser o principal líder desse povo, que fora beneficiado com a rejeição judaica. Paulo havia deixado de lado muitos privilégios pessoais que tinha outrora no judaísmo. Após o encontro e experiências com o Cristo ressuscitado, o apóstolo não tinha mais como viver da mesma maneira que vivia. Ele abre mão de uma vida que construiu ao longo de muitos anos de sua vida, provavelmente os sonhos de seus pais e parentes; mas, de repente, tudo mudou. Ele dedica o que possui de melhor: sua vida, competências e talentos que foram desenvolvidos para contribuir com pessoas das mais variadas nações, antes consideradas por ele próprio como desprezíveis.

Os gentios são enxertados na Oliveira Verdadeira (v. 16-24)

Para exemplificar a situação da perícope anterior, uma nova metáfora é introduzida para identificar a situação de Israel e a relação com os gentios: a Oliveira Verdadeira. Paulo afirma que a oliveira como um todo é santa (primícias – massa; raiz – ramos); no entanto, alguns ramos da oliveira são cortados, e um zambujeiro é enxertado no lugar deixado pelos ramos. Esta ilustração demonstra a situação de Israel, considerado no exemplo como ramos naturais da oliveira, cortados pela sua desobediência e rejeição a Cristo. Do outro lado, temos o zambujeiro que representa as demais nações que, pela aceitação da obra vicária de Cristo e obediência, foram enxertados no lugar dos ramos originais (judeus). Assim como os ramos enxertados produzem mais rapidamente que uma árvore natural, os gentios promovem um crescimento vertiginoso pela pregação do evangelho. Dessa forma, a situação muda. Os ramos naturais (judeus), que estavam recebendo toda a forma da raiz e da seiva, perdem este provimento, e o zambujeiro enxertado passa a receber esse provimento (v. 17). Contudo, o zambujeiro é exortado para não se gloriar contra os ramos cortados, pois eles eram dependentes da raiz e da seiva. Da mesma forma que os ramos originais foram cortados, eles poderiam também ser cortados, caso não se sensibilizassem de sua dependência da oliveira. Paulo não traz esse exemplo em vão. Certa-

mente existiam na igreja em Roma gentios que estavam desprezando os judeus-cristãos. Então, a advertência não era somente aos judeus-cristãos que estão confusos em relação a necessidade das obras da lei para a justificação e que queriam impor aos gentios essas práticas, mas também para os gentios que estão prevalecendo sobre os judeus pela sua condição de "enxertados na Oliveira Verdadeira".

Paulo procura ser coerente no tratamento dos dois grupos da igreja: judeus e gentios. Ele demonstra que seus sentimentos pelos judeus, seus irmãos conterrâneos, continuavam movendo seu coração em direção aos judeus e almejava ardentemente a conversão deles. Todavia, Paulo falava com firmeza no que se refere à necessidade de eles mudarem a rota de suas vidas, voltando-se para Cristo, o único meio de justificação. Mas ele também demonstra sua alegria com a expansão do evangelho além das fronteiras de Israel para os demais povos, os gentios. Paulo confirma sua satisfação em ser chamado de apóstolo dos gentios, porém também é firme em exigir respeito dos gentios aos judeus, acreditando na possibilidade de uma reversão na situação de Israel, ou seja, sua conversão. Paulo adverte severamente aos gentios, alertando-os que Deus não poupou nem mesmo os próprios ramos naturais, que eram os judeus, e que também não os pouparia se agissem da mesma forma que aqueles. O apóstolo tinha um grande desejo e esperança: que Israel fosse novamente reintegrada à Oliveira Verdadeira. Todavia, Paulo coloca uma condicional: "se não permanecerem na incredulidade".

C. A Salvação É Tanto para Judeus como para os Gentios (v. 25-36)

Esta perícope é utilizada por alguns teólogos que defendem a doutrina da salvação universal. Nesta doutrina, eles ensinam que Deus, no final dos tempos, vai conceder a salvação para todas as pessoas, independentemente de crerem ou não. Eles questionam: "Como pode um Deus bom e amoroso condenar as pessoas que foram criadas por Ele?" Tal afirmação contraria a teologia do apóstolo Paulo, que, como vimos desde o início da carta, vem demonstrando que todo ser humano é um pecador, inimigo separado de Deus e que necessita da justificação por meio de Jesus Cristo para ser reconciliado com o Senhor. O que dizer do desenvolvimento de toda a doutrina da justificação pela fé e o pro-

cesso de santificação que o apóstolo defende? Portanto, fica incoerente defender tal teoria com base neste texto. Ainda mais considerando todo o contexto da Carta aos Romanos sem falar nos demais escritos do Novo Testamento.

O endurecimento de Israel vai até a entrada da plenitude dos gentios (v. 25-32)

Nesta seção, o apóstolo assegura estar revelando um segredo sobre a redenção de Israel para a comunidade cristã romana. Ele assevera que o endurecimento e a falta de sensibilidade por parte de Israel tinha dias para acabar, até que fosse completada a plenitude do tempo dos gentios. Ele não informa quando se dará esse tempo, mas afirma que somente após esse tempo, Deus se voltará novamente para os judeus para restaurar a nação para si. Para se completar a nova aliança, o povo da velha aliança deverá ser incluso. Quando Paulo fala que o endurecimento de Israel vai acabar, não quer dizer com isso que todos os judeus se converterão, mas fala de Israel como nação. A entrada da plenitude dos gentios citada nesta carta não pode ser confundida com os tempos dos gentios, citado no evangelho de Lucas (Lc 21.24). Enquanto a primeira se refere às bênçãos espirituais, a segunda se refere ao poder terreno. Paulo inicia o capítulo, demonstrando que nem todos os judeus rejeitaram a Jesus, e que um remanescente, desde o AT, a exemplo da época do profeta Elias, se mantinha fiel a Deus, inclusive no tempo da escrita da carta. No entanto, ele enfatiza que a maioria o rejeitou e que esta rejeição resultou no alcance da salvação pelos gentios, os zambujeiros enxertados. O interessante é que Paulo não para por aí sem uma solução para o povo de Israel, mas anuncia "profeticamente" a restauração do povo conhecido como o povo de Deus. O povo de Israel não ficaria esquecido, mas continuaria no projeto de Deus. Todos os seres humanos são nivelados na condição de pecadores destituídos da glória de Deus e sem qualquer privilégio ou direito de reivindicar algo para Eles. Portanto, todos estão com a sentença promulgada e com a condenação sem condições de apelação, pois todos são comprovadamente culpados (v. 32). Todos estão nesta condição, não porque Deus os rejeitou ou porque não se interessa por eles, mas para que Ele possa manifestar sua misericórdia para com aqueles que reconhecem sua condição de pecador condenado e, assim, se voltem para Ele. No entanto, como já

mencionado por Paulo, aqueles que se mantiverem em sua dureza de coração não alcançarão essa misericórdia. Isto é, portanto, bem diferente do que os defensores da doutrina da salvação universal ensinam. Para Paulo, a salvação é para aqueles que reconhecem sua condição de pecador e dependência da graça de Deus e que se submetem ao poder regenerador de Jesus Cristo, que fora conquistado na sua morte de Cruz. Assim sendo, tanto a salvação dos judeus como dos gentios têm como base a misericórdia de Deus, e não o mérito humano.

Hino de louvor à sabedoria de Deus (v. 33-36)

Esta perícope se trata de um hino litúrgico de louvor, conhecido da comunidade cristã. Bortolini (2013, p. 74) justifica a inclusão do hino para demonstrar qual a intenção do projeto de Deus para os povos: "[...] a perplexidade diante da incapacidade de sondar os pensamentos de Deus se transforma em hino de louvor". Esta doxologia arremata praticamente tudo o que foi tratado até aqui por Paulo, como se fosse uma síntese. Ela expressa o maravilhoso plano de salvação, no qual um Deus justo e misericordioso justifica e salva pecadores arrependidos que continuam justos nEle, mediante a santificação. É o projeto de Deus que, na obra de Cristo, glorifica a Ele e restaura a benção perdida por Adão devido ao pecado. A geração de uma vida santa que nunca poderia ser produzida pela lei. Quão insondável e inescrutável é a sabedoria deste Deus! Como entender um Deus que age dessa forma (v. 34)?A expressão "[...] Ou quem foi seu conselheiro?" é uma citação clara de Is 40.13. O hino enaltece ao Deus soberano, que não precisa de alguém que diga a Ele o que fazer. Quem é o ser humano para dizer ou definir como pensa Deus? O que de Deus se sabe é o que Ele quis revelar. A sua maior revelação é Cristo, como expressa o autor da carta aos Hebreus (Hb 11.3), que afirma ser Jesus a expressão exata de seu ser. O Deus que dá, sem esperar receber em troca (v. 36). O Deus soberano que criou e sustenta todas as coisas existentes, que, mesmo sendo tão poderoso, soberano e transcendente, é, ao mesmo tempo, um Deus imanente, presente na história e na vida de cada um. Ao ser humano que, mesmo insignificante diante da grandiosidade da criação de Deus, Ele faz questão de dar atenção pessoal e acompanhar na sua rotina. Como pode a humanidade, apesar de tudo isso, rejeitar um Deus tão glorioso e amoroso?A Ele glória para todo o sempre!

Capítulo 7

O Modo Cristão de Viver e as Saudações Finais de Paulo (Rm 12–16)

1. O Cristão e a Consagração (Rm 12.1, 2)

O culto racional mencionado por Paulo não é o culto oferecido semanalmente nos templos. Paulo vai além da cultura do AT, onde os sacrifícios eram realizados de forma mecânica e localmente. O culto que ele menciona é a consagração diária, sem intervalos. Na realidade, no templo, o crente abastece sua fé com a Palavra e a comunhão com Deus e com a comunidade cristã. Portanto, o desafio está em oferecer o culto racional no dia a dia, onde devemos expor a nossa espiritualidade.

Neste capítulo, vamos refletir sobre: a) como o cristão pode consagrar um culto racional a Deus; b) como o cristão pode ter uma mente renovada; e c) como o cristão pode experimentar qual seja a boa, perfeita e agradável vontade de Deus.

A. O Cristão e a Consagração do Culto Racional (v.1)

Consagrando o corpo como sacrifício vivo

No AT, a liturgia tinha como uma das práticas principais o sacrifício de animais. Estes rituais serviram para apontar para Cristo e encobrir os pecados, mas não eram eficazes para removê-los (Hb 10.3-4). As pessoas justificadas passam a ter acesso ao sacrifício único e perfeito realizado por meio de Cristo, porém isso não elimina a liturgia e a consagração a Deus. Diferentemente disso, exige-se uma consagração autêntica, e não simplesmente algo mecânico e repetitivo.

Paulo esclarece como entrar em comunhão com Deus, uma vez que os antigos rituais não eram mais necessários. O culto agora deve-

ria ser realmente espiritual, onde o adorador entrega sua própria vida, seguindo o exemplo de Jesus. O corpo do crente passa a ser o lugar de encontro e da comunhão, lugar privilegiado na adoração, o templo do Espírito Santo (1 Co 3.16; 6.19).

Consagrando o corpo em santidade

O apóstolo orienta ao crente para oferecer o corpo como sacrifício vivo, mas ele acrescenta que deve ser um corpo santo. No AT, a santidade era preocupação dos sacerdotes. O povo era responsável por levar o sacrifício a ser oferecido, mas era o sacerdote que o oferecia. Era ele quem deveria tomar as precauções previstas na Lei mosaica, tanto para quem oferecia como para o sacrifício em si (Ex 28.1-4; Lv 4.3; 21; 23.12; Hb 8.7-8). Devido sua limitação, o sacrifício deveria ser repetido várias vezes (Hb 10.3).

Na nova aliança, o crente não precisa mais de intermediário, pois cada crente possui um sacerdócio santo para oferecer o sacrifício espiritual e agradável a Deus (1 Pe 2.5). O crente passa a adorar a Deus por meio de seu próprio corpo, de forma integral (corpo e alma). Oferecer um corpo santo é oferecer corpo e alma de forma exclusiva (separada) para Deus, o culto espiritual.

Consagrando o corpo de forma agradável a Deus

Deus se interessa pelo interior das pessoas, lugar onde está o verdadeiro eu, mas é inegável que o interior reflete no exterior. Desse modo, como devemos cuidar do templo do Espírito Santo? Um cuidado com o corpo que está incorporado nas igrejas evangélicas é a abstenção do fumo e das bebidas alcoólicas, algo que já é de conhecimento até das pessoas fora da comunidade evangélica. Todavia, isso não é suficiente! Outros cuidados também são necessários com nosso corpo. Este é um bom momento para refletirmos sobre a mordomia do corpo, para que possamos consagrá-lo a Deus de forma agradável. Dentre vários cuidados, pode ser citado a alimentação e exercícios físicos (Pv 23.2; Gl 5.22-23). Alguns crentes levam uma vida desregrada e, quando as consequências deflagram no corpo, eles correm para Deus, como se Ele tivesse a obrigação de curar. No entanto, devemos oferecer o melhor de nosso corpo para o serviço. Isso é agradável a Deus.

B. O Cristão e a Renovação da Mente (v. 2a)

A mente renovada não se acomoda ao padrão estabelecido pelo sistema dominante do mundo (v. 2a)

A cultura tem um poder expressivo na formação da cosmovisão e no comportamento das pessoas. O sistema dominante do mundo, que, segundo a Bíblia, "jaz no maligno" (1 Jo 5.19), tem seus meios para manter sua ideologia e controle sobre o comportamento das pessoas.

A educação, a mídia, a televisão, os jornais, entre outros meios de comunicação se tornam ferramentas eficazes para moldar o pensamento dominante de acordo com os interesses do poder dominante. Por isso, o crente deve estar atento, conhecendo a Bíblia e mantendo uma vida de comunhão com Deus para ser influenciado pelas coisas que são de cima (Jo 3), e não pelas forças que dominam o mundo secular sem Deus. Os jovens estão mais expostos a esta influência através de sua rede de relacionamentos. Dessa forma, precisam ser fortes para influenciar, e não para serem influenciados.

A mente renovada pelo Espírito Santo (v. 2a)

Só o Espírito Santo por meio da Palavra é capaz de renovar a nossa mente, mas esse processo não acontece de forma passiva. O Espírito Santo nos auxilia, mas nós temos que querer e buscar ter uma mente renovada permanentemente. Antes do evangelho, a mente da pessoa é alimentada pela sua natureza pecaminosa. Depois do evangelho, sua mente deve se ocupar das coisas de Deus (Fp 4.8), pois recebe o poder de discernir as coisas espirituais (1 Co 2.14-16).

As maiores batalhas espirituais acontecem no campo da mente. O Espírito Santo orienta o ser humano sobre a vontade de Deus. A diferença é que a pessoa que ainda não se rendeu a Deus não dá ouvidos ao Espírito Santo, procurando agir de acordo com sua vontade e buscando ter vantagem em tudo. Jesus disse que onde estiver o tesouro do ser humano, aí estará também seu coração e sua mente (Mt 6.21-24).

A mente renovada transforma o modo de vida (v. 2a)

Enquanto as pessoas sem Deus vivem de acordo com o padrão estabelecido pelo mundo, os crentes devem viver uma vida de forma que tudo o que fizerem seja para a glória dEle (1 Co 10.31). O que se

espera de uma pessoa que teve um encontro com Cristo é que ela viva de maneira digna, para não ser oprimida pela sua própria consciência e ser irrepreensível. Essa recomendação não é para o crente se excluir do mundo, rejeitar os amigos, se isolar dos relacionamentos, mas, sim, mudar a conduta, demonstrando o impacto do evangelho em sua vida.

Apesar da natureza corrompida e de viver num mundo que "jaz no maligno", o crente precisa ter uma vida consagrada a Deus. A maneira como vemos o mundo interfere na maneira como agimos (Pv 23.7), por isso devemos seguir a vida no espírito "de poder, amor e equilíbrio" (2 Tm 1.7), sendo fiel a Deus independentemente das circunstâncias (Fp 4.11-13).

C. O Cristão e a Boa, Agradável e Perfeita Vontade de Deus (v. 2b)

O cristão e a boa vontade de Deus

Para se conhecer a vontade de Deus para o ser humano, em primeiro lugar se faz necessário conhecer a Bíblia, não de forma superficial, mas sim por meio de um estudo sistemático e com compromisso.

A vontade de Deus é boa porque Ele é bom, e sua misericórdia se estende de geração em geração. O cristão pode voltar a perguntar: "Como saber se estou na boa vontade de Deus?" Uma coisa é certa: existe a boa vontade universal de Deus, ou seja, a vontade de Deus que se aplica a todas as pessoas de forma geral e, por outro lado, existe a vontade de Deus que é específica para uma pessoa. Dedicar-se ao campo missionário é uma ação que agrada ao Senhor, mas nem todas as pessoas tem o chamado específico para trabalhar num campo missionário. Todavia, todos podem participar contribuindo ou orando por um trabalho missionário. Por outro lado, às vezes, o crente pode estar fazendo algo que agrada a Deus, mas não é a boa vontade de Deus porque Ele tem outro propósito para aquela pessoa naquele momento (ver At 16.7).

O cristão e a agradável vontade de Deus

A Bíblia nos exorta a aprender como discernir o que é agradável a Deus (Ef 5.10). Entretanto, existe um procedimento que se tornou comum em algumas comunidades evangélicas e que pode confundir as pessoas na hora de identificar o que agrada a Deus: porta aberta (tudo

dá certo) ou porta fechada (barreiras na hora de realizar algo). O fato de que, ao buscar determinado objetivo, as coisas acontecerem conforme se esperava, bem como o contrário, não se constitui parâmetro para definir se é a vontade de Deus ou não. As coisas podem acontecer da maneira que o indivíduo esperava e não ser da vontade de Deus. Por outro lado, as coisas podem acontecer de forma totalmente diferente do que se esperava e ser a vontade de Deus. O que importa não é a vontade humana, mas a vontade divina. No entanto, ter uma vida consagrada é estar na vontade agradável a Deus, pois, mesmo que as coisas não aconteçam do jeito que se espera, o cristão terá força e persistência para continuar fazendo o que agrada ao Senhor.

O cristão que consagra sua vida estará em harmonia com Deus, conectado com o Espírito Santo e saberá discernir o que é agradável a Ele (Ef 5.10). Cristão, queres experimentar a agradável vontade de Deus? Torne a paz dEle como árbitro em suas decisões. Você pode não estar tranquilo devido às aflições, mas deverá estar em paz com Deus.

O cristão e a perfeita vontade de Deus

A Bíblia revela a justiça de Deus e qual é a perfeita vontade de Deus para a humanidade. No quesito da vontade moral, não resta dúvida, a definição é clara. A título de exemplo, temos a explicitação da vontade moral de Deus aos Tessalonicenses: "que vos abstenham da imoralidade sexual" (1 Ts 4.1-3). Este é um parâmetro que todo cristão deve ter para sua vida. Não importa o que a sociedade e as pessoas com quem ele se relaciona digam, essa é perfeita vontade de Deus. Aos colossenses, a prescrição é frutificar em toda boa obra, crescer no conhecimento de Deus, perseverar nas dificuldades, ter alegria do Espírito e dar graças em tudo (Cl 1.10-12).

Cristão, mesmo que a vontade de Deus para você seja algo "inaceitável" por não ser de seu próprio interesse, confie em Deus, pois tudo contribui para o bem daqueles que amam a Deus (Rm 8.28).

2. A Comunidade Cristã (Rm 12.3-21)

A diversidade de dons é um grande tesouro para qualquer comunidade, desde que o dom não seja considerado um fim em si mesmo. Paulo aconselha a humildade na utilização dos dons dados por Deus e também adverte sobre o perigo de se utilizar os dons dados por Deus

para projeção própria. Os dons são dados gratuitamente pelo Senhor, para serem compartilhados e trazerem mais benefícios quando se complementam entre si (sinergia). Portanto, a autoavaliação não deve ser feita comparando entre si, mas avaliando qual a contribuição dada para a totalidade dos dons concedidos à comunidade cristã.

Neste capítulo, vamos refletir sobre: a) a formação da comunidade em um só corpo; b) o compartilhamento de sofrimento e alegria em comunidade; e c) a necessidade de uma atitude pacífica, tolerante e benevolente na comunidade cristã.

A. A Comunidade de Cristo É Formada por um só Corpo (Rm 12.3-8)

Saiba respeitar os limites nos relacionamentos sociais (v.3)

O apóstolo, antes de iniciar com as orientações doutrinárias, relembra os destinatários sobre a autoridade de seu apostolado, recebido pela graça de Deus e a serviço do Reino. Paulo podia chamar atenção para seu ministério, pois, por mais responsabilidades que Deus havia colocado sobre ele, seu comportamento era de servidão e humildade. Seu exemplo constrangia seus destinatários a receber seus ensinamentos. Em seguida, ele adverte os crentes romanos a não irem além da capacidade e da vocação dada por Deus.

Provavelmente, entre a comunidade havia pessoas que ultrapassavam seus limites no relacionamento interpessoal. Esta é uma característica mais comum entre os jovens que são às vezes movidos pela ansiedade, causando neles a impaciência excessiva, fazendo-os ir além dos limites estabelecidos, extraviando-se.

Valorize e use o seu dom para benefício da coletividade (v. 4-5)

Paulo dá continuidade às suas orientações, demonstrando o motivo da advertência quanto aos limites no relacionamento. Ele evidencia que a comunidade é um corpo social, no qual Deus imprime sua marca especial: a diversidade. Paulo, para ilustrar esta ação inclusiva e graciosa de Deus, utiliza a figura do corpo humano, como faz também de forma mais detalhada em 1 Co 12.12-27.

Cada parte do corpo tem a sua função, mesmos os considerados mais fracos ou menos honrosos, funcionando como engrenagens interdependentes e trabalhando harmoniosamente. Neste conjunto, se

uma das engrenagens não fizer seu papel ou avançar em seus limites, acaba prejudicando o resultado como um todo. Paulo tem o objetivo de demonstrar que na igreja o funcionamento é idêntico, os membros recebem os mais diversos dons de Deus, que devem ser utilizados para o benefício da coletividade, e não para proveito próprio.

A sinergia traz mais benefício (v. 6-8)

Na sequência, o apóstolo começa a relacionar a diversidade de dons na igreja. O primeiro dom citado é o da profecia, que deve ser segundo a medida da fé, sem excesso. É bem diferente do que vemos muitas vezes nas comunidades pentecostais, nas quais as pessoas não se satisfazem de entregar o que Deus manda, mas preferem improvisar ou dizer o que Ele não disse. São pessoas que não ficam satisfeitas se não houver uma "profecia de Deus" em cada reunião. Geralmente, são as que não estudam a Bíblia e precisam se fazer ouvir, usando o nome do Senhor. Grande é a responsabilidade de quem fala em nome de Deus, pois este será julgado pelo que fala.

Na sequência, ele aborda sobre o ministro, o educador, o conselheiro, a assistência social, o administrador e a assistência aos doentes, idosos, deficientes, entre outros (a misericórdia), enfatizando que devem exercer seu dom com dedicação, e não buscando projeção pessoal, mas visando atender a necessidade coletiva, com simplicidade e humildade. Trata-se de uma recomendação perfeitamente aplicável aos nossos dias. Que benção seria se todas as pessoas que receberam dons ou que ocupam cargos em nossa comunidade simplesmente exercessem seu papel e respeitassem o chamado dos demais! Se cada pessoa exercer com afinco a função pela qual foi chamada por Deus, será uma bênção indescritível para a igreja.

B. A Comunidade Cristã deve Sofrer e se Alegrar Mutuamente (v. 9-16)

A comunidade cristã se constitui por meio do amor fraterno (v. 9-13)

Paulo passa a dar orientações para que o corpo social (comunidade cristã) se mantenha em comunhão e permaneça saudável. Ele adverte que o amor não pode ser hipócrita, mas fraternal, honrando uns aos outros. Será que havia hipocrisia entre os crentes romanos? Se Paulo estava recomendando, certamente havia. O maior problema de

estar fora da vontade de Deus é quando a pessoa não reconhece suas falhas, pois assim não poderá corrigir a rota. Não podemos perder o caminho do céu por caprichos pessoais.

Na época de Paulo, as igrejas passavam por várias dificuldades, tanto externas como internas. Isso devia estar acabando pouco a pouco com a esperança de alguns, bem como os distanciando da comunidade. Paulo sabia que o caminho da vitória seria a comunhão, a aproximação e a comunicação das necessidades de uns para com os outros e entre eles e Deus. Aproximação necessária em nossas comunidades ainda hoje, principalmente nos grandes centros.

Participe das alegrias e dos sofrimentos uns dos outros (v. 15)

O apóstolo procura atacar dois sentimentos reprováveis, respectivamente: a inveja e a desumanidade. Há quem diga que se alegrar com os que se alegram é mais difícil do que chorar com os que choram, devido à inveja que domina alguns corações, mesmo nas comunidades cristãs. Existem pessoas que não conseguem se alegrar com a felicidade do irmão, principalmente se este for considerado, de alguma forma, um concorrente em qualquer área da vida (sentimental, profissional, ministerial, pessoal).

Por outro lado, existem pessoas que não se dedicam a dar um ombro-amigo quando uma pessoa está passando por situação de calamidade. Este é o momento em que um simples abraço ou mesmo a companhia silenciosa pode significar muito. Todavia, as preocupações da vida têm deixado alguns cristãos desumanos em relação ao sofrimento alheio.

Não sejais sábios a vossos próprios olhos (v. 16)

Em continuidade ao tema do amor fraternal, semelhantemente ao conselho dado aos filipenses (Fp 2.2), a orientação é para que haja o mesmo sentimento entre a irmandade. Na nova aliança, o orgulho humano não tem espaço, pois o que prevalece é o exemplo da graça de Deus, e não as obras humanas (Rm 3.27).

O cristão não deveria ter obsessiva ambição por realizações por demais elevadas, nem considerar-se mais sábio do que os demais, alimentando sentimentos de superioridade. Pelo contrário, ele deveria priorizar as coisas humildes. Para a comunidade cristã em Roma, essa recomendação era expressiva, pois entre os membros havia pessoas desde altos oficiais a escravos. Na sociedade secular, a separação era

bem evidente; mas, na comunidade cristã, a recomendação era o tratamento igualitário. Nada é mais danoso a um objetivo de unidade e coletividade do que o sentimento de superioridade entre os membros.

C. A Vida em Comunidade Exige Conduta Pacífica, Tolerante e Benevolente (Rm 12.14, 17-21)

A ninguém pagueis mal por mal (v. 14, 17-18)

As palavras de Jesus em Mt 5.44 são repetidas por Paulo: "bendizei os que vos maldizem". Será que alguém, além de Jesus, já conseguiu cumprir integralmente esta recomendação? Mesmo no meio cristão, existe uma grande dificuldade para bendizer (falar bem) as pessoas que falam mal a seu respeito, ou fazer o bem aos que lhes fazem mal. Imagine o impacto para as pessoas que convivem com você, se elas presenciarem você falando bem de alguém que tem procurado te prejudicar. Isso é cristianismo genuíno.

Pelo contrário, qual seria o impacto negativo presenciar uma maldade contra alguém que lhe fez o bem? Devemos procurar a paz com todas as pessoas, ainda que, em muitas situações, isso não seja possível, como deixa transparecer o próprio apóstolo quando diz: "Se for possível, quanto estiver em vós, tende paz com todos os homens" (Rm 12.18).

Os que se vingam são vencidos pelo seu sentimento (v. 19)

Paulo afirma que a vingança pertence a Deus e que não devemos vingar a nós mesmos (v.19; Dt 32.35). Outra recomendação difícil e semelhante à anterior, pois a fonte da dificuldade é a mesma, é o amor desordenado a si mesmo e a intolerância com os erros alheios. Isso é comum acontecer em ambientes de disputa acirrada por cargos, posição ou privilégios. Neste contexto, geralmente, as pessoas não medem as consequências para atingir seus objetivos. A Bíblia recomenda: "Não deis lugar ao diabo" (Ef 4.27).

Paulo ordena: "mas dai lugar a ira" (v. 19), que, neste contexto, significa entregar-se pacientemente e suportar a ira de quem cometeu o erro. Dessa forma, Deus, o vingador, entrará com seu socorro. De outra forma, mesmo sendo ofendido, se tomar a vingança para si, não deixará lugar ao socorro divino e trará juízo sobre si. Não se vingue, mas dê lugar ao socorro divino!

Vença o mal com o bem (v. 20-21)

Um citação de Pv 25.21: "Se o que te aborrece tiver fome, dá-lhe pão para comer; e, se tiver sede, dá-lhe água para beber". A orientação é para tratar o inimigo (aquele que nutre inimizade por você) com bondade, pois isso poderá envergonhá-lo a ponto de se arrepender do que fez e buscar a reconciliação. Este gesto faz lembrar a figura materna e os filhos que são ingratos e desobedientes à mãe, que retribui com carinho e cuidado aos filhos, que se sentem constrangidos e pedem perdão à sua mãe.

O que a pessoa espera, geralmente, é a retribuição do mal com o mal, quando recebe o bem em troca. A tendência é ela rever o que fez e se sentir envergonhada. Infelizmente, dependendo do grau da maldade humana, nem sempre este vai ser o resultado. Mas independentemente disso, não se deixe vencer pelo mal, mas vença-o com o bem!

3. O CRISTÃO E O ESTADO (RM 13.1-7)

O apóstolo Paulo, em Rm 13.1-7, recomenda à igreja de Roma certo cuidado no relacionamento com as autoridades. Existia relativa paz entre igreja e estado, e o próprio apóstolo se beneficiava de certos privilégios pela proteção romana e dos direitos da cidadania romana. O livro de Atos registra, em suas viagens missionárias, até libertação de perigo de morte devido a estes privilégios. Paulo defende a boa relação com as autoridades do Estado para que a igreja pudesse manter sua paz e liberdade para o cotidiano, assim como para pregar o evangelho.

Neste capítulo, vamos refletir sobre: a) o estabelecimento de todas as autoridades por Deus; b) as autoridades como ministros a serviço de Deus; e c) a submissão às autoridades pelo cristão.

A. As Autoridades do Estado São Estabelecidas por Deus (Rm 13.1-2)

A relação da igreja de Roma com o Estado

Quando Paulo escreveu a Carta aos Romanos, havia relativa paz entre o Estado e a igreja. Entretanto, devido à inserção deste texto no final desta carta, alguns teólogos sugerem haver pelo menos algum sinal de rebeldia por parte de alguns membros da igreja em relação ao Esta-

do. O imperador na época era Nero (54-68) e, neste período, por todo o império, surgiram rebeliões contra o imperialismo romano, que eram sufocadas pelas legiões romanas. Alguns anos antes da escrita da carta, foram deflagradas algumas insurreições como a dos judeus de Alexandria, que influenciou no decreto do Imperador Claudio em 49 d. C., que expulsou os judeus de Roma, incluindo Priscila e Áquila.

Na data da escrita da carta, o decreto já havia caducado, e os dois já estavam entre os membros da comunidade cristã em Roma. A principal questão das revoltas eram os impostos e tributos estabelecidos pelo império. O apóstolo tinha interesse que a relativa paz entre Estado e igreja permanecesse, visando a liberdade para a pregação do evangelho.

Todas as autoridades são constituídas por Deus (v.1)

Considerando o histórico citado no item anterior, bem como o da tradição do AT, que apresenta o poder como propriedade exclusiva de Deus (Sl 62) e a autoridade política como instrumento de Deus, tanto para proteção como para o castigo (Jr 27; Is 10.5-6; Is 41.1-7; 44.28), o apóstolo procura incentivar a manutenção da relação de paz entre o Estado e Igreja. Paulo usa do bom senso, afirmando que todas as autoridades estão debaixo da ordem divina e foram constituídas por Deus, e por isso devem ser respeitadas.

No entanto, a afirmação de Paulo não significa uma obediência absoluta, pois iria contra os princípios éticos cristãos e sua própria afirmação em Rm 1.18, em que previa a ira de Deus sobre práticas que eram comuns ao império ditatorial romano. Veremos em tópicos posteriores que Paulo orienta o respeito às autoridades, desde que suas ordens e ações não fossem contraditórias à autoridade da Palavra de Deus.

A insubmissão às autoridades traz condenação (v. 2)

Paulo age com prudência, procurando evitar um mal pior, como ocorreu com a perseguição de Nero, em 64 d. C. Os judeus eram testemunhas disso. Eles tinham privilégios expressivos no Império Romano, e a religião judaica estava legalmente registrada entre as permitidas. Algumas práticas e rituais judaicos estavam garantidos por lei dentro das muralhas de Jerusalém, como a dieta alimentar, a lei do sábado, a proibição de imagens de escultura. Inclusive, o império ratificava a lei judaica de pena de morte para quem violasse os átrios internos do templo de Jerusalém.

Todavia, quando comunidades judaicas foram insubmissas às autoridades romanas, elas foram massacradas, como já foi citado anteriormente. Paulo não queria isso para a igreja, por isso orientou os membros a terem boa relação com o Estado, a fim de garantir a liberdade pessoal e de cultuar a Deus.

B. As Autoridades do Estado Estão a Serviço de Deus (Rm 13.3-5)

As autoridades são constituídas para proteger os bons cidadãos (v. 3)

Paulo recorre à tradição do AT e se baseia em textos como Pv 8.15-16 e Is 11.1-9, que afirmam a constituição das autoridades por Deus para o exercício da justiça e manutenção da ordem na sociedade. Conforme já citado, devemos considerar o contexto de Paulo na época da escrita da carta, em que havia relativa paz no império em relação à igreja. Neste período, a igreja era vista como uma ramificação do judaísmo, uma religião permitida. Devido a esta confusão, o cristianismo não era incomodado.

Desse modo, sendo uma religião "legalizada", todo cuidado seria importante para não perder essa prerrogativa e liberdade. A maior dificuldade da igreja, na realidade, era com os judeus que perturbavam o exercício de ministério do apóstolo devido ao legalismo. Portanto, neste contexto, os cristãos eram protegidos legalmente pelas autoridades romanas.

As autoridades são constituídas para punir os maus cidadãos (v. 4)

O versículo anterior (v. 3) termina com a frase: "Faze o bem e terás louvor dela". Os cristãos, não se envolvendo em nenhum delito, não seriam incomodados pelos magistrados e seriam vistos como bons cidadãos, que mereciam ser protegidos. Uma vida sossegada, conforme o conselho de 1 Tm 2.1-2: "Admoesto-te, pois, antes de tudo, que se façam deprecações, orações, intercessões e ações de graças por todos os homens, pelos reis e por todos os que estão em eminência, para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade".

No entanto, as pessoas de fora da igreja, ainda dominadas pelo pecado, tinham a tendência de descumprir as leis de ordem estabe-

lecidas pelos magistrados. Para estes não haveria proteção, mas sim a punição prevista em lei e, consequentemente, a falta de paz, com o Estado e com Deus, devido aos seus delitos e pecados.

A submissão não deveria ser por medo do castigo, mas sim pela boa consciência (v.5)

Paulo introduz um conceito que demonstra a superioridade da verdadeira moralidade cristã, que é motivada, não pelo medo do castigo, mas por algo muito maior. O cristão verdadeiro não serve a Deus por ter medo de punições humanas ou de ir para o Inferno, mas pelo amor e gratidão ao Senhor pela sua justificação por meio da fé no sacrifício vicário de Cristo. Diferentemente do ímpio, que poderia deixar de cometer delitos, mas por medo da punição das autoridades constituídas, o que não demonstra atitude interior.

A recomendação paulina era uma submissão com foco em Deus, e não somente na lei humana. O cristão deve ter uma consciência pura e honrada (2 Tm 1.5; At 24.6; Hb 13.7; 1 Pe 3.16), não fraca (1 Co 8.7,12;), nem má (Hb 10.22; Tt 1,15) ou cauterizada (1 Tm 4.12). Agindo assim, ele viverá em paz com Deus e com as autoridades constituídas.

C. O Cristão e a Submissão às Autoridades (Rm 13.6-7)

Os cristãos devem pagar os impostos e tributos (v. 6)

O pagamento de impostos é uma medida necessária para manutenção da ordem, infraestrutura e outros recursos necessários para sustentabilidade da sociedade. Contudo, este pagamento era um problema para uma série de grupos judaicos, dos menos radicais (fariseus) aos mais radicais e revolucionários (zelotes), que entendiam ser um crime, uma ofensa à sua religião e ao Deus de Israel pagar impostos para um povo estrangeiro e dominador do povo israelita.

Isto não parecia ser uma preocupação de Jesus, que incentivou o pagamento (Mt 22.21; 17.25-27; Lc 20.20-25), nem de Paulo, que recomenda o pagamento, reforçando que é para suportarem financeiramente os "ministros de Deus" para manutenção da ordem e proteção dos bons cidadãos, como os cristãos. Na época do apóstolo, o imperialismo romano não dava ao povo oportunidade de participar da gestão pública.

Os cristãos devem pagar a todos o que é devido (v.7)

A ênfase paulina para estas questões monetárias (impostos e tributos) denota alguns pontos de atenção para a comunidade de Roma, que não poderia ser por acaso. Provavelmente, Paulo sabia de práticas de alguns membros da comunidade que lhe preocupava, temendo alguma consequência, não somente de forma individual, como também para a igreja. Paulo vai além, afirmando que devemos pagar os tributos e impostos, mas também o temor e a honra. Nos escritos atribuídos a Paulo, ele se refere à honra, que tem origem na palavra grega *time*, que também pode ser traduzida por "respeito, estima e consideração", sendo sempre atribuída a pessoas. Enquanto que a palavra grega *fobos*, traduzida para temor, é atribuída a Deus e a Jesus (Rm 3.18; 8.15; 2 Co 5.11; 7.1; Ef 5.21). Devemos respeitar as pessoas, mas temer a Deus, a fonte de toda autoridade. Alguns líderes abusam deste versículo para cobrar honra para si. Que Deus os julgue.

A igreja e o Estado no século XXI

A realidade da época de Paulo era diferente do contexto brasileiro; porém, o conceito bíblico continua. A maneira de Deus estabelecer as autoridades hoje é por meio do voto de cada cidadão brasileiro, que tem o direito de eleger os cargos executivos e legislativos. A obrigatoriedade de pagamento de impostos e tributos sempre existiu e continua nos dias atuais, bem como a responsabilidade do cristão de ser exemplo também neste quesito. Todavia, esta obrigatoriedade, diferentemente da época de Paulo, não exime os cristãos de participarem e acompanharem da gestão pública, pois a realidade hoje é outra.

O direito ao voto dá certa autonomia aos cidadãos brasileiros para acompanhar e cobrar transparência da gestão pública. Nas últimas décadas, os brasileiros têm presenciado as mais variadas manifestações e protestos por meio dos mais diversos grupos, contrários ou a favor dos princípios bíblicos. Como Paulo, o cristão deve ter bom senso.

4. A LEI DO AMOR (RM 13.8-10)

Os judeus buscavam o cumprimento da lei por meio de aspectos externos e jurídicos, mas não foram bem-sucedidos. Jesus, que não

buscava o atendimento de seus próprios interesses nem fazia acepções de pessoas, demonstrou pelo seu exemplo de vida que a lei somente poderia ser cumprida por meio do amor. O conteúdo do famoso Sermão do Monte de Jesus (Mt 5-7), provavelmente chegou aos ouvidos de Paulo, que utiliza os seus conceitos para ratificar que toda a lei se resume na lei áurea: "amarás a teu próximo como a ti mesmo".

Neste capítulo, vamos refletir sobre: a) o problema da dívida e sua relação com a lei do amor; b) a dívida do amor com base no exemplo de Jesus; e c) o cumprimento da lei por meio do amor.

A. A Lei do Amor e a Dívida (Rm 13.8a)

A dívida no Antigo Testamento

"A ninguém devais coisa alguma" (v. 13.8a). A dívida, desde os tempos antigos, incomodava muito o povo judeu. Nos tempos bíblicos, Israel tinha uma economia predominantemente agrícola, e os empréstimos, quando realizados, tinham o objetivo de auxiliar os camponeses em momentos de crise financeira. A lei protegia os judeus que estivessem nessas condições, visando coibir a exploração da desgraça de um compatriota (Ex 22.25; Dt 23.19; Lv 25.35), enquanto que aos estrangeiros era permitida a cobrança de juros (Dt 15.1-8; 23.20). Para tomada de empréstimos, eram exigidas garantias como penhor pela dívida, que poderia ser um objeto pessoal (Dt 24.10; Jó 24.3), hipoteca de uma propriedade (Ne 5), fiança de um financiador (Pv 6.1-5). Em não havendo garantia, não sendo pago a dívida, o devedor era vendido com escravo (Ex 22.3; 2 Rs 4.1; Am 2.6; 8.6), uma das condições mais humilhantes e desumanas. Todavia, depois de seis anos de servidão, no ano do jubileu (Dt 15.1-15), o judeu que havia se tornado escravo tinha o direito de liberdade incondicional. Neste ano, também ocorria a devolução de todos os campos aos seus proprietários originais.

A dívida no Novo Testamento (NT)

No AT, o empréstimo tinha mais um caráter de filantropia. Todavia, pouco antes do NT, no período judaístico com Hillel, começaram as mudanças no procedimento devido à ampliação da economia comercial em Israel, principalmente com adaptação para não cumpri-

mento integral do ano do jubileu, em que todas as dívidas tinham que ser perdoadas a cada sete anos (Dt 15.1).

Na época do NT, a falta de pagamento passou a ser punida por meio de prisão (Mt 18.23-35; Lc 12.57-59) o que não estava prevista no código levítico. Jesus aconselhou atitudes amigáveis e hospitaleiras, o bom senso, para busca de solução dos problemas de dívidas, em vez de coerção legal (Mt 5.25-26). O conhecimento da relação devedor e credor (dívidas), além de demonstrar as relações entre devedor e credor, ajuda entender a condição do ser humano pecador/devedor que fora liberto em Jesus gratuitamente (Rm 6.18-22; 1 Co 6.20; 7.23; Tt 2.14).

O cristão e a dívida

O conflito gerado pelo relacionamento entre devedor e credor leva Paulo a se posicionar contra a contração de dívidas (Rm 13.8a). A igreja hoje não vive mais naquele contexto do AT, em que a liberação de empréstimos se caracterizava mais como uma atitude de caridade com quem tinha menos poder aquisitivo. As condições econômicas são bem diferentes, pois o que se prioriza não é a ajuda mútua, e sim o lucro a todo custo. No entanto, as consequências do endividamento não são tão diferentes daquele contexto, pois muitas pessoas têm prejudicado sua vida pessoal, conjugal, bem como a vida espiritual pelo descuido nesta área. A sociedade atual contribui de forma exponencialmente maior do que na época do apóstolo.

O consumismo é incentivado diariamente na mídia, e muitas pessoas são influenciadas pelo *marketing*. A cultura de que o ter é mais importante do que o ser tem levado muitas pessoas a comprar para manter as aparências, fazendo com que se endividem e tenham sérios problemas, inclusive conjugais. O cartão de crédito também tem causado estragos na vida financeira de muitas pessoas. A facilidade da compra conduz pessoas a comprar sem avaliar as consequências, às vezes até por falta de organização e controle. Os juros são exorbitantes e, em determinadas situações, funcionam como uma bola de neve. Portanto, o cristão deve ter um planejamento econômico-financeiro eficaz, de forma que gaste conforme suas condições financeiras. Antes de qualquer compra ou investimento, deve-se observar a viabilidade.

B. A Única Dívida Recomendada É o Amor (Rm 13.8b)

Jesus, o maior exemplo da Lei do amor

Durante o estudo dos capítulos anteriores da carta, ficou evidenciado a condição da humanidade diante de Deus, condenada por uma dívida impagável. Condição esta alterada para todas as pessoas justificadas gratuitamente pela fé no sacrifício de Cristo, que foi motivado unicamente pelo amor à humanidade pecadora (Rm 5.8), passando a condição de livres da dívida e do pecado (Mt 6.12; Rm 4; Rm 6.23). O ser humano ingrato e pecador teve Jesus como fiador de sua dívida, conforme Hb 7.22: "de tanto melhor concerto Jesus foi feito fiador".

Dessa forma, a dívida de quem é salvo em Cristo não é com a lei e a carne, que exige servidão (Rm 8.12), mas a Deus, não por obrigação, e sim por gratidão pelo amor revelado em Cristo, por meio da obediência voluntária (Mt 18.27; Lc 7.41-42). Jesus deu o exemplo a ser seguido.

Quem é servido deve amor a quem serve

Paulo foi servido pelos judeus-cristãos de Jerusalém a quem ele era grato e, ao escrever a Carta aos Romanos, demonstra a retribuição do amor para com a igreja em Jerusalém, levando donativos para socorrê-los no momento da dificuldade (Rm 15.26-27). O apóstolo não se sentia devedor somente aos de Jerusalém, de quem recebera o evangelho, mas de todas as pessoas, conhecidas ou desconhecidas, independentemente da origem: "Eu sou devedor tanto a gregos como a bárbaros, tanto a sábios como a ignorantes" (Rm 1.14).

A dívida que Paulo reconhecia deve ser a mesma a ser reconhecida por todo cristão justificado gratuitamente pela fé no amor de Deus, retribuindo a Deus por meio do serviço ao próximo para que alcancem os mesmos privilégios recebidos: a salvação e a vida eterna com Deus.

O perdão de Deus é uma dívida de amor ao próximo

Paulo aponta para os cristãos de Roma, o que serve para a igreja de todos os tempos, a grande dívida do cristão salvo para com Deus, a ser paga com o amor ao próximo (v. 8b). O uso metafórico do pecado como dívida era uma prática comum dos judeus, e Jesus também faz uso dela, não para reforçar e cobrar o ser humano pela sua dívida, mas para enfatizar a grandiosidade da graça de Deus (Lc 7.41-42), bem

como o dever de quem foi perdoado por Deus (verticalmente) também perdoar quem o ofendeu (horizontalmente).

O perdão ao próximo (na horizontal), após a justificação, é colocado como uma condicional para o perdão de novas dívidas na vertical (Mt 6.12; Mt 18.21-27). Infelizmente, algumas pessoas estão desapercebidas da realidade da mensagem na oração do Pai Nosso: "perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores" (Mt 6.12).

C. O Cumprimento da Lei É o Amor (Rm 13.8c-10)

Quem ama como Jesus amou cumpriu a lei (v. 8c)

A mensagem do amor incondicional de Jesus é reforçada pelo apóstolo Paulo, sendo um verdadeiro consolo aos cristãos em Roma, diante de uma realidade marcada pelo desafio de viver a sua fé em meio ao imperialismo romano, uma sociedade norteada pela guerra, pela ambição e pela disputa de poder.

A mensagem do evangelho aproxima ricos e pobres, senhores e escravos. Do amor dependem toda a lei e os profetas (Mt 22.40). Jesus ensinou qual abrangência do amor ao próximo com a parábola do bom samaritano (Lc 10.27-37): um amor não limitado às pessoas da própria nação, da mesma religião, da liderança, mas também às pessoas distantes, inclusive inimigas. Diferentemente do conceito que o judeu tinha de "próximo" (Lv 19.18,34; Mt 5.43). Os judeus buscavam atender o aspecto externo e jurídico da lei e, por isso, nunca conseguiram cumpri-la. Quem ama o próximo cumpre a lei em sua plenitude (Rm 13.8c-10).

O resumo dos mandamentos é: "amarás ao teu próximo como a ti mesmo" (v. 9).

Jesus foi questionado sobre qual seria o maior ou principal dos mandamentos, e Ele apresenta dois, o primeiro relacionado ao amor a Deus, e o segundo foi: "amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 22.34-40; Mc 12.28-34), uma citação de Lv 19.18. Jesus, utilizando a mesma fonte utilizada pelos judeus para justificar a aplicação do aspecto externo e jurídico da lei, destaca o sentido moral da lei, harmonizando o Antigo e o Novo Testamento (Mt 5.17-48).

Paulo parece ter tido acesso ao conteúdo do Sermão do Monte proferido por Jesus, implícito em sua afirmação em Rm 13.9, deixan-

do claro que quem ama não tira o que é do outro ou o prejudica de alguma forma. Da mesma forma, Paulo resume o cumprimento da lei para os cristãos da Galácia: "Porque toda a lei se cumpre numa só palavra, nesta: Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Gl 5.14).

Os judeus colocavam a lei acima do amor. Em muitas ocasiões, Jesus desmascarou os mestres judaicos comprovando esse comportamento. Enquanto isso, Jesus demonstrava por meio de suas atitudes que o amor prevalece sobre a lei e os costumes. Isso vale também para os legalistas da atualidade, que ignoram o próprio ser humano em nome de uma religiosidade.

Quem ama não deseja o mal a outra pessoa (v. 10)

Viver o evangelho do amor proposto pelo cristianismo é gerar no coração das pessoas, que antes apenas enxergavam afronta, miséria e morte, a compaixão pelo próximo. A transformação da vida dos romanos pelo evangelho os conduziu para a ajuda mútua, amizade e a cumplicidade de orar uns pelos outros. Eles receberam a esperança de uma nova realidade permeada pelo amor divino impregnado nas pessoas, diferentemente da antiga fé imprecatória que buscava a morte dos inimigos. Matthew Henry (2002, p. 943) afirma que "não somente devemos evitar o dano às pessoas, aos relacionamentos, à propriedade e ao caráter dos seres humanos, mas também não devemos fazer nenhuma classe nem grau de mal a ninguém, e devemos nos ocupar em ser úteis em cada situação da vida". A dívida contraída pelo amor é uma dívida que nunca poderá ser liquidada. Portanto, a ação de amar e fazer o bem às pessoas nunca poderá cessar. A prática do amor une as pessoas na mesma esperança de construir um mundo mais justo, cada vez melhor para se viver. Esta é a verdadeira religião (o que religa o homem com Deus) defendida por Cristo, a do amor, que não deseja o mal para o próximo.

5. Exortações, Orientações e Saudações Finais (Rm 14-16)

Neste capítulo do livro, serão abordados os três últimos capítulos da carta. Eles tratam de alguns deveres práticos dos cristãos, sobre as relações mútuas dentro da comunidade, relações do cristão no exercí-

cio de suas responsabilidades sociais e políticas, o plano missionário, saudações e agradecimentos pessoais. A maior parte da perícope se ocupa com os conflitos gerados na relação entre os judeus-cristãos e os gentios (maioria na igreja na época da escrita).

A. Não Devemos Julgar os Outros (Rm 14)

O Reino de Deus é formado por fracos e fortes (v. 1-12)

O retorno dos judeus-cristãos para Roma em 54 a. C. trouxe tensões no relacionamento entre os judeus e os gentios que faziam parte da comunidade cristã. Os judeus-cristãos, quando foram expulsos de Roma juntamente com os demais judeus, voltaram influenciados pelos costumes judaicos. Alguns, provavelmente ao serem expulsos de Roma, voltaram a conviver com judeus, que começaram a questionar a fé cristã e impor sobre eles as práticas da religião judaica. Outro fator que aumentou a crise foi a independência que os gentios da igreja foram conquistando com o tempo que os judeus estiveram ausentes de Roma. Os judeus-cristãos passam a ser chamados de "fracos", enquanto os gentios são chamados de "fortes". Os judeus são considerados fracos por continuarem acreditando que era necessário cumprir os costumes judaicos. Os gentios eram considerados fortes por discernir a revelação divina de que não era necessário observar as práticas judaicas para se salvar, mas somente crer em Cristo e em sua obra. Esta tensão acaba por tomar boa parte dos textos dos capítulos 14 e 15.

Como os judeus-cristãos em Roma, os crentes fracos são imaturos tanto emocional quanto espiritualmente. São crentes que se ocupam com coisas secundárias que não agregam valor à vida cristã. No texto em estudo, pode se observar que as discussões se baseavam em alimentos permitidos e não permitidos. Não conseguem contextualizar os textos bíblicos, têm pressa para julgar os outros, separam os dias da semana entre santos e seculares, julgam pela aparência, entre outras formas de julgar com base no legalismo. No entanto, Paulo recomenda nesta carta, assim como também recomenda na carta que escreve aos coríntios, para os crentes comerem, beberem ou fazerem qualquer coisa com o objetivo de glorificarem a Deus, e não para incentivarem a dissensão e divisões entre os irmãos e irmãs.

Os crentes fortes são maduros na fé, sabem interpretar as situações com bom senso, usam o conhecimento bíblico a favor da vida e da comunhão entre os irmãos e irmãs, sabem identificar os pontos fortes e os pontos fracos e trabalhar para o amadurecimento. Acima de tudo, Paulo afirma que eles sabem suportar os fracos na fé, aqueles que ainda não atingiram o mesmo nível espiritual, conforme citado acima.

Por fim, no versículo 11, o apóstolo cita o profeta Isaías (45.23) para enfatizar que cada cristão será responsável pelo que diz, fala, fez ou deixou de fazer. Todos terão que se apresentar diante do tribunal de Deus para prestar contas. Neste tribunal, não há injustiça, e os responsáveis responderão por seus atos.

Devemos buscar o que traz paz e edificação mútua (v. 13-23)

O ser humano tem uma tendência a julgar antecipadamente as pessoas, o chamado pré-conceito. Construir o conceito das pessoas antes de conhecê-las tem provocado injustiças. Muitos mudam a opinião preconcebida das pessoas depois de conviver com elas. O apóstolo dá continuidade às orientações anteriores e reprova a atitude dos judeus-cristãos que julgavam os crentes gentios, justificados e salvos por Cristo, pelo que comiam e bebiam. Ele enfatiza que o amor está acima destas coisas. No lugar de julgar e criticar os irmãos gentios, os judeus-cristãos deveriam usar palavras que os edificassem em vez de palavras destrutivas e improdutivas.

Os judeus-cristãos estavam valorizando mais os costumes do que as próprias pessoas. Eles, portanto, estavam invertendo os valores. Este texto lembra a reprimenda que Paulo deu no apóstolo Pedro, quando, comendo e bebendo com os gentios, Pedro abandonou a companhia dos gentios com a chegada dos líderes de Jerusalém (Gl 2). Enquanto estava comendo e bebendo com os gentios, ele não estava recriminando aquela prática, mas para manter as aparências e agradar os líderes judaicos, acabou desprezando as pessoas com quem estava se confraternizando minutos antes. Este comportamento é comum acontecer no meio cristão evangélico ainda hoje. Membros de comunidades cristãs, mesmo não concordando com algumas imposições normativas e de costume, continuam com essas práticas à vista dos líderes, mas, na ausência, tem comportamentos bem diferentes. Jesus chamava as pessoas com esse comportamento de hipócritas. Por isso

que o apóstolo diz que bem-aventurados são aqueles que não condenam aquilo que aprovam. Infelizmente, muitos crentes têm lançado, principalmente novos convertidos, para fora da igreja por falta de bom senso e, acima de tudo, por falta de amor pelas almas. Em vez de discipular essas pessoas, preferem impor um jugo legalista e opressor sobre elas. Jesus pagou um preço muito alto para a salvação das vidas, e não temos o direito de desfazer deste gesto de amor. Se os cristãos se preocuparem com o bem-estar e a maturidade espiritual dos membros da comunidade, suas ações promoverão a paz e a edificação mútua sugerida pelo apóstolo. Muitos conflitos e mal-estares têm sido gerados nos ambientes cristãos por falta de bom senso na convivência nas comunidades cristãs.

B. Devemos Seguir o Exemplo de Jesus (Rm 15.1-21)

Cristo não buscou satisfazer a si mesmo e acolheu a diversidade (v. 1-13)

Paulo continua no tema do conflito entre os "fortes" e "fracos", mas recorre ao exemplo de Cristo para solidificar seu ensino. Ele recomenda aos cristãos romanos que eram fortes no sentido espiritual que suportassem os mais fracos. Como vimos nas perícopes anteriores, neste contexto os cristãos fortes eram os gentios convertidos ao cristianismo. Estes deveriam suportar a fraqueza dos fracos (judeus-cristãos), pois ainda não conseguiam diferenciar o essencial do que era efêmero, sem valor para salvação e edificação. Paulo pede paciência, pois, teoricamente, o mais forte tem mais condição de contornar certas situações do que os mais fracos, que ainda não têm a maturidade suficiente e dificultam as relações interpessoais. Interessante que Paulo considera mais forte aqueles que por último tiveram acesso à revelação da justiça de Deus em Jesus. Da mesma forma, nem sempre as pessoas com mais tempo de crente e membro das comunidades cristãs são as mais maduras e produtivas. É incrível como existem pessoas que conhecem a Bíblia capa a capa, que exerceram ou exercem funções importantes na igreja, mas que ainda se comportam como se fossem crianças espirituais.

A tendência do ser humano é buscar pelo que lhe agrada e atende seu desejo. Paulo afirma que o cristão não deve agradar a si mesmo,

mas agradar ao próximo naquilo que for bom para edificação. O tema edificação é uma constante nos escritos atribuídos a Paulo, que, com frequência, utiliza esse tema para incentivar o amadurecimento cristão (Rm 14.19; 1 Co 14.26; 2 Co 10.8; Ef 2.21; 1 Ts 5.11). O apóstolo então se reporta ao magno exemplo de Cristo. Ninguém deu maior exemplo de dedicação ao amor e edificação do próximo. Jesus não tinha a preocupação de ganhar questões e, sempre que questionado ou envolvido em conflitos, teve autocontrole, usou do bom senso e priorizou a justiça.

O apóstolo cita as escrituras judaicas para enfatizar que tudo o que foi escrito tinha o objetivo de ensinar e fortalecer a esperança, tendo como paradigma o sentimento que Jesus tinha uns com os outros. Por mais que Jesus tenha sido firme em algumas situações de conflitos, sempre teve por base o amor às pessoas e a proteção dos menos favorecidos. Ele nunca buscou atender seus próprios interesses, mas, sim, o interesse do Reino de Deus. Por esse motivo, Paulo orienta aos judeus-cristãos e os gentios convertidos em Roma para não julgarem uns ao outros e nem buscarem ganhar as questões entre os grupos, mas seguirem o exemplo de Jesus, que convivia com a diferença e priorizava sempre a satisfação e o bem-estar comum.

O maior exemplo do acolhimento de Jesus é o fato de aceitar a todos para a glória de Deus. Cristo "foi ministro da circuncisão", viveu como um judeu comum, foi circuncidado, frequentador das sinagogas, entre outras práticas. No entanto, não teve dificuldade para acolher os diferentes como as prostitutas, os samaritanos, os publicanos, os gentios, entre outras pessoas que eram excluídas pela sociedade judaica. Jesus como ministro da circuncisão, para os judeus cumpre a promessa do AT, o messias tão esperado (v. 8; Mt 15.24). Para os gentios, incircuncisos, é a expressão da misericórdia de Deus, incluindo-os entre (v. 9-12; Ef 2.11-22). Todos, circuncisos ou incircuncisos, em Cristo são aceitos na família de Deus.

Paulo se gloria em Cristo Jesus (v. 14-21)

Paulo, antes da despedida e da saudação costumeira, pede desculpas aos seus destinatários pela escrita com tanto detalhes e firmeza (ousadamente). Ele elogia as qualidades da comunidade cristã em Roma, atribuindo-lhes maturidade para se ajudarem mutuamente

com admoestações para correção do rumo coletivo. Certamente, um reconhecimento por não estar lidando com iniciantes, mas com uma comunidade cristã madura. Ele justifica a maneira com que escreveu pela intenção de vê-los receber as mesmas bênçãos que ele havia recebido, incentivados pela memória de sua tarefa missionária, em especial aos gentios. O constrangimento de Paulo talvez se deva ao fato de ele não ter sido o fundador da igreja em Roma, conforme descrito anteriormente (Rm 1.10-13) e por ter como regra para seu ministério "não edificar sobre fundamento alheio" (v. 20; 1 Co 3.10; 2 Co 10.15).

Paulo, ao escrever aos cristãos romanos, não tem a pretensão de se apresentar como um exímio teólogo, porém, mesmo o sendo, se apresenta como um missionário, e seus argumentos têm como base a sua experiência missionária, em especial, na região fora de Jerusalém. Brunner (2007, p. 208) afirma que a experiência de Paulo "não é 'subjetiva', mas, ao contrário, é totalmente 'objetiva': o efeito de Cristo por meio do mundo. O efeito verdadeiro do qual isso depende é a obediência. De fato o que ele está pretendendo, como disse no início da carta, é pregar a fim de criar obediência a Cristo".

O apóstolo agradece pelo seu chamado para ser apóstolo dos gentios. Apesar da simpatia que tinha pela sua nação e seus compatrícios, conforme detalhado em capítulos anteriores, Paulo estava convicto de que estava dentro da vontade de Deus ao anunciar o evangelho de Cristo para as demais nações. Ele afirma que se gloria em Cristo por todas as coisas que foram realizadas durante o exercício de seu ministério, pois sabia do cuidado de Deus com seu ministério para que os gentios, junto com os judeus, também fossem resgatados e consolados pelo Espírito Santo. Ele demonstra também que tudo o que havia realizado foi para que, por meio da igreja que se expandiu entre os gentios, Cristo fosse glorificado e se cumprisse o que havia sido predito pelos profetas do AT.

O evangelho havia sido pregado pelo apóstolo com ousadia e presença de sinais e prodígios em uma vasta região (de Jerusalém e arredores até o Ilírico). Os registros bíblicos demonstram como ele se esforçou e dedicou sua vida para que o evangelho chegasse ao maior número de pessoas que ainda não havia ouvido falar sobre Jesus. Entretanto, em nenhum momento, Paulo se vangloria pelo seu trabalho. Toda sua realização ele atribui para a glória de Cristo.

C. Os Planos de Paulo e suas Saudações Finais (Rm 15.22-16.27)

Paulo revela seus planos futuros (Rm 15.22-33)

Paulo, mais uma vez, expressa o desejo que há muito tempo vem nutrindo de conhecer e estar com os membros da comunidade cristã em Roma. Ele anuncia que este seu desejo estava prestes a ser atendido, pois considera que sua missão no Oriente ("nestes sítios") estava concluída e agora seu escopo havia sido ampliado para o mundo conhecido. Ele, então, começa a revelar os seus planos para o futuro de sua missão.

Paulo tinha como princípio não edificar sobre fundamento alheio, mas tinha bom senso para planejar uma parada em Roma durante a sua viagem para Espanha. Não se pode afirmar com certeza se Paulo realmente conseguiu realizar a viagem para a Espanha. O livro de Atos dos Apóstolos encerra a narrativa com a prisão de Paulo em Roma, e as cartas pastorais dão a entender que, após ser solto de sua primeira prisão, Paulo voltou à Ásia para visitar as comunidades. Quanto ao edificar sobre fundamento alheio, de acordo com o que ele afirma na Carta aos Coríntios (1 Co 3.8), enquanto um planta, outro pode regar; todavia, cada um recebe de Deus o reconhecimento conforme o trabalho executado.

Paulo assevera que pretende fazer uma visita breve à igreja em Roma. Ele provavelmente esperava poder contar com voluntários missionários daquela igreja para continuar com ele em sua missão. No entanto, antes de visitá-los, o Espírito Santo o havia impelido em sentido contrário: ir à Jerusalém levar uma coleta aos pobres. Paulo também destaca a ação voluntária ("pareceu bem") de comunidades gregas (Macedônia e Acaia) em coletar ajuda para os irmãos que estavam passando por necessidade na cidade mãe do cristianismo, Jerusalém. Ele tratava essa ação muito mais do que uma ação social, mas como um presente em retribuição ao Evangelho que foi originário de Jerusalém (v. 27), que simbolizava a unidade da igreja, a comunhão entre gentios e judeus.

O apóstolo mais uma vez demonstra sua humildade ao pedir as orações dos cristãos romanos pela sua viagem a Jerusalém. Paulo já previa possíveis dificuldades na relação com a igreja em Jerusalém quando fosse levar as coletas, que poderiam ser causadas por alguns

judeus, a semelhança do tratamento de alguns judeus da diáspora, conforme registrado na maioria de suas cartas. O livro de Atos (At 21) comprova que a desconfiança de Paulo tinha fundamento. Por fim, o apóstolo antecipa sua alegria pelo prazer que sentirá, quando, enfim, chegar ao território romano e poder abraçar e ser abraçado pelos irmãos e irmãs da igreja de Roma. Paulo tinha grande expectativa quanto à sua recepção pelos cristãos romanos.

Saudações pessoais e exortações finais de Paulo (Rm 16.1-20)

O leitor pode achar desnecessárias as saudações finais, mas para Paulo elas tinham um grande valor. O líder deve valorizar as pessoas, pois, afinal de contas, a igreja é formada de pessoas. As saudações demonstram o amor, o maior de todos os dons, que Paulo nutria pelas comunidades cristãs. Ele mantinha um bom relacionamento com seus auxiliares e valorizava o serviço que realizavam para auxiliá-lo na sua missão de levar o evangelho nos territórios fora de Jerusalém.

A extensa lista de pessoas desconhecidas de início parece sem importância, porém ela traz ricas informações sobre a comunidade cristã em Roma. Nela é possível constatar a formação de várias comunidades que se reuniam nas casas, a simplicidade na hierarquia e a valorização das mulheres, que contraria algumas afirmações de que Paulo não valorizava as mulheres. O fato de Paulo citar vários nomes de pessoas da comunidade de Roma surpreende, uma vez que nunca havia estado em Roma até a escrita da carta. O contato com essas pessoas, provavelmente foi possível pela facilidade de locomoção durante o Império Romano, o que facilitava também a pregação do evangelho. Das 29 pessoas citadas (11 mulheres e 18 homens), uma ainda não era conhecida da comunidade romana, Febe, a portadora da carta.

Portanto, as saudações de Paulo nos trazem importantes informações sobre a comunidade de Roma. Um fato interessante é a citação de Priscila antes do marido Áquila, o que demonstra que ela possuía mais prestígio que o marido na comunidade. Segundo Bortolini (2013, p.14), entre os nomes dos homens, há dois que, provavelmente, tinham uma condição social elevada: Aristóbulo e Herodião. Dessa forma, fica evidenciado que a comunidade de Roma era heterogênea (judeus, gentios, homens, mulheres, minoria rica, maioria pobre e es-

cravos). Paulo interrompe bruscamente as saudações para incluir uma exortação, que é uma característica típica do gênero literário "carta ou epístola". A advertência está relacionada a algumas pessoas que eram risco para a unidade da igreja. Elas provocavam divisões e pregavam doutrinas contrárias aos ensinos que a comunidade cristã havia recebido. Paulo os classifica como instrumentos de Satanás, pois estavam a serviço do próprio estômago e enganavam as pessoas. O apóstolo profetiza a derrota deles em breve.

Os companheiros e os agradecimentos finais de Paulo (Rm 16.21-27)

O apóstolo, enquanto estava hospedado na casa de Gaio, como visto na introdução, estava acompanhado de Timóteo, Lúcio, Jasão, Sosípatro, Erastro e Quarto. Timóteo era companheiro de Paulo em suas viagens missionárias e co-fundador da comunidade em Corinto; Erasto, tesoureiro da cidade; Gaio, hospedeiro de Paulo e um dos poucos que teve o privilégio de ser batizado pelo apóstolo (1 Co 1.14).

Por fim, a conclusão da carta se dá com um solene hino de louvor a Deus (v. 25-27). Agradecimento pela manutenção da fidelidade da comunidade, mesmo diante de tantas adversidades, também pela aceitação da revelação do evangelho de Jesus Cristo, anunciada pelos profetas e aceita pelos gentios. A vontade de Deus, que era ignorada pela humanidade, é abraçada pela comunidade cristã em Roma, o reconhecimento da revelação da justiça de Deus em Jesus Cristo. O hino é uma forma de celebrar o tema central da carta, já anunciado em Rm 1.16-17.

Considerações Finais

Os dezesseis capítulos da Carta aos Romanos apresentam uma síntese da doutrina cristã. Dentre outros temas da teologia sistemática, a carta descreve sobre a doutrina de Deus, a doutrina de Jesus e a doutrina do ser humano. O apóstolo Paulo, por meio dela, transfere aos seus destinatários um tipo de testamento teológico.

Durante a leitura da carta, tem-se a sensação de que o apóstolo está sendo exaustivo e até repetitivo; mas ao final se percebe que é um zelo para apresentar uma argumentação completa sobre a doutrina da justificação pela fé em Jesus Cristo, que aparenta ser a principal preocupação de Paulo, devido aos conflitos entre os dois grupos internos da igreja em Roma: os judeus-cristãos e os gentios. O apóstolo inicia demonstrando que tanto judeus como gentios são indesculpáveis diante de Deus e que necessitam de alternativa para a justificação diante dEle. Paulo apresenta a solução para a humanidade, o único meio de reconciliação com Deus, a aceitação pela fé do sacrifício vicário e perfeito de Jesus. Para isso, utiliza de vários textos e figuras do AT para demonstrar que o plano de Deus para a salvação da humanidade já estava presente nas escrituras judaicas. Destaque para o exemplo didático da doutrina da justificação pela fé por meio do modelo de fé de Abraão. Contudo, o apóstolo deixa claro que a vida cristã não termina com a justificação, mas é o início de uma nova vida com Deus, a vida no Espírito. A justificação não pode ser motivo para libertinagem, mas sim a causa para a santificação, que é um processo contínuo na vida do cristão salvo.

Paulo expõe seu amor profundo pela nação judaica e pelos judeus. Todavia, ele demonstra que a justiça de Deus não faz acepção de pessoas. Fica evidente o desejo ardente pela unidade da igreja para a promoção do evangelho de Cristo. Mesmo não sendo o fundador da igreja em Roma, Paulo, como um pai na fé, faz várias orientações para a vida prática na comunidade de fé. A Carta aos Romanos revela que a justiça de Deus se manifesta na salvação por meio da fé em Cristo, que está disponível a todo ser humano que nEle crê, independentemente de gênero, nação, cor, classe social, faixa etária, entre outras formas de distinção.

Referências

BALL, Charles Fergunson. **A vida e os tempos do apóstolo Paulo.** Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

BARTH, Karl. **Carta aos Romanos: Tradução e comentários Lindolfo K. Anders.** São Paulo: Novo Século, 2003.

BERKHOF, Louis. **Principios de Interpretação bíblica.** 2ª Edição. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

BROWN, Raymond E. **Introdução ao Novo Testamento.** São Paulo: Paulinas, 2004.

BRUCE, F.F. **Romanos: introdução e comentário.** São Paulo: Editora Vida Nova, 2004.

CABRAL, Elienai. **Mordomia Cristã:** aprenda como servir melhor a Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.

CABRAL, Elienai. **Romanos: o evangelho da justiça de Deus.** 7ª edição. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.

CALVINO, João. **Romanos.** 2ª Edição. São Paulo: Edições Paraklétos, 2001.

CHAMPLIN, R. N. **O Novo Testamento interpretado: versículo por versículo.** V.3. 10ª Edição. São Paulo: Candeia, 1995.

DUNN, James D. G. **A teologia do apóstolo Paulo.** São Paulo: Paulus, 2003.

GABY, Wagner Tadeu dos Santos. **As doenças do Século.** Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

GILBERTO, Antônio. **O fruto do Espírito:** a plenitude de Cristo na vida do crente. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

GOPPELT, Leonard. **Teologia do Novo Testamento.** 3ª Edição. São Paulo: Teológica, 2003.

GREEN, Michael. **Evangelização na Igreja Primitiva**. São Paulo: Vida Nova, 1970.

GUSSO, Antônio Renato. **Como entender a Bíblia?** Curitiba: Editora A. D. Santos, 1998.

HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico de Matthew Henry.** Tradução: Degmar Ribas Júnior. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

JEREMIAS, Joaquim. **A mensagem central do Novo Testamento**. São Paulo: Editora Academia Cristã, 2005

KASEMANN, Ernest. **Perspectivas paulinas**. 2ª edição. São Paulo: Teológica, 2003.

KÜMMEL, Werner Georg. **Sintese teológica do Novo Testamento**. São Paulo: Teológica, 2003.

LOHSE, E. **Contexto e Ambiente do Novo Testamento**. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

LUTERO, Martin. **Comentarios de Martin Lutero**: Romanos. Volumen I. Traducción de Erich Sexauer. Barcelona: Editorial Clie, 1998.

MACARTHUR JR., John et all. **Justificação pela fé somente: a marca da vitalidade esperitual da igreja**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2005.

MOODY. **Comentário bíblico Moody: Romanos à Apocalipse**. V. 5. São Paulo: Editora Batista Regular, 2001.

MURRAY, John. **Romanos: comentário bíblico fiel**. São Paulo: Editora Fiel, 2003.

POHL, Adolf. **Carta aos romanos**. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 1999.

REGA, Lourenço Stelio e BERGMANN, Johannes. **Noções do Grego Bíblico: gramática fundamental**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2004.

RICHARDS, Lawrence O. **Comentário Histórico-Cultural do Novo Testamento**. Tradução de Degmar Ribas Júnior. Rio de Janeiro: CPAD, 2014.

RICHARDS, Lawrence O. **Guia do leitor da Bíblia**: uma análise de Gênesis a Apocalipse capítulo por capítulo. Rio de Janeiro: CPAD, 2012.

RIDDERBOS, Herman. **A teologia do apóstolo Paulo: a obra definitiva sobre o pensamento do apóstolo dos gentios**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

RONIS, Osvaldo. **Geografia bíblica**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: SEGRAFE, 1978.

SANDERS, E. P. **Paulo, a lei e o povo judeu**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

SCHNELLE, Udo. **A evolução do pensamento paulino**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

SOUZA, Itamir Neves. **Carta aos Romanos: um evangelho singular**. Londrina: Editora Descoberta, 2004.

STOTT, John. **Romanos**. São Paulo: ABU editora, 2000.

SCHRAGE, Wolfgang. **Ética do Novo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1994.

STUHLMACHER, Peter. **Lei e graça em Paulo: uma reafirmação da doutrina da justificação**. São Paulo: Vida Nova, 2002.

TRASK, Thomas E.; GOODALL, Waide I. **Um retorno à Vida Santificada**. In: De volta para a Palavra: um chamado à autoridade da Bíblia. Rio de Janeiro: CPAD, 2001, P. 187-205.

ZUCK, Roy B. **Teologia do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

Justiça e Graça

A Carta aos Romanos é um dos escritos com maior profundidade teológica e, ao mesmo tempo, com o cuidado pastoral do apóstolo Paulo. Nela, o apóstolo faz um espetacular tratado para demonstrar que a justificação se dá por meio da fé, e não pelas obras.

A Carta de Paulo aos Romanos é singular por ter sido um importante veículo de reavaliação teológica em toda a história das ideias cristãs e do protestantismo. Basta lembrar a importância que teve no processo de transformação da vida dos mais variados líderes durante a história de igreja, entre eles: Agostinho, Martinho Lutero, William Tyndale, John Wesley e Karl Barth. Muitos outros personagens importantes da história da igreja poderiam ser citados; porém, se considerarmos apenas esses, já é possível perceber o impacto da Carta aos Romanos na história da Igreja.

Dessa forma, o leitor poderá antecipar o que está por vir ao iniciar o estudo dessa maravilhosa carta, escrita pelo apóstolo Paulo há aproximadamente dois milênios e que continua atual para nossos dias.



Natalino das Neves é pastor e atualmente é o Coordenador Geral de Discipulado e Reunião Devocional nos Lares (RDL) do campo da Assembleia de Deus em São José dos Pinhais, PR.

Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Natalino das Neves também é mestre em Teologia pela PUCPR (2010); bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista do Paraná – FTBP (2005); mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR (2011). Possui especialização em Planejamento, Operação e Comercialização na Indústria de Energia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2004), especialização em Contabilidade Gerencial pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO (2002); e licenciatura Plena em Contabilidade e Estatística pela Universidade Paranaense – UNIPAR (1990). Como escritor, já tem 5 livros publicados.

ISBN 978852631308-8